

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

**SOBRE SUBALTERNIDADES E ENFRENTAMENTOS**

**Sexualidade, poder e agenciamentos na experiência de mulheres prostitutas**

**André Geraldo Ribeiro Diniz**

**Belo Horizonte**  
**2013**

**ANDRÉ GERALDO RIBEIRO DINIZ**

**SOBRE SUBALTERNIDADES E ENFRENTAMENTOS**

**Sexualidade, poder e agenciamentos na experiência de mulheres prostitutas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudia Mayorga

**Belo Horizonte  
2013**

150 D585s 2013	<p>Diniz, André Geraldo Ribeiro</p> <p>Sobre subalternidades e enfrentamentos [manuscrito] : sexualidade, poder e agenciamentos na experiência de mulheres prostitutas / André Geraldo Ribeiro Diniz. - 2013.</p> <p>173 f.</p> <p>Orientadora: Cláudia Mayorga.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia</p> <p>1. Psicologia – Teses. 2. Prostituição - Teses. 3. Relações de gênero – Teses. 4. Sexo – Teses. I. Mayorga, Cláudia. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
----------------------	--



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A Dissertação "SOBRE SUBALTERNIDADES E ENFRENTAMENTOS: Sexualidade, poder e agenciamentos na experiência de mulheres prostitutas."


elaborada por André Geraldo Ribeiro Diniz

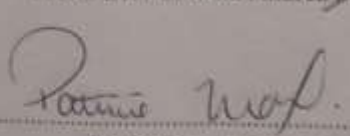
e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de

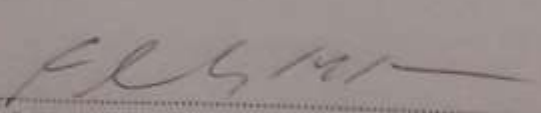
**MESTRE EM PSICOLOGIA**

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2013.

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof. Dra. Cláudia Andréa Mayorga Borges

  
Prof. Dra. Patricia Castro Mattos

  
Prof. Dra. Alessandra Sampaio Chacham

*Aos meus pais, Terezinha e Silvério  
por sempre acreditarem em mim*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço minha família, especialmente meus pais, pelo apoio, confiança e afeto constantes.

Ao Júlio, pela paciência e companheirismo... Pela revisão e normalização deste trabalho. Pela vida compartilhada.

À Claudia... Agradeço muito por compartilhar, por fazer-se bússola, por compreender limitações... e por encarar o desafio de se misturar com a “ralé”.

Às colegas do “Conex”... Esse trabalho tem um pouquinho de cada uma. Luana, Geíse, Larissa, Luciana, Daniela, Lucas, Tayane.

À Letícia Barreto por suas indagações, provocações e pelos ricos debates.

Aos colegas de turma, especialmente aqueles que compartilharam os bons momentos do I Seminário Interno do PPGPSI. Um carinho especial para o “trio parada dura”, Sérgio, Leidiane e Celso.

Aos amigos da vida... Leandro, Luciana, Tati, Marconi, Isabela, Helen, Dalcira, Déborah... Vocês me fazem mais felizes...

À Márcia Mansur... obrigado pelo apoio, confiança, admiração e amizade. Sem você não estaria aqui.

Ao Colegiado do PPGPSI, onde estive nos dois últimos anos. Aprendi muito nesse espaço.

Ao *Núcleo de Estudos de Género, da Universidad Nacional de Colômbia*, pela acolhida, pelas trocas. Certamente marcaram um divisor de águas. Em especial à Ochy Curiel, Luz Gabriela Arango e Mara Viveros.

À Cláudia Natividade, pelo apoio e carinho constantes.

Ao Instituto Albam, pelo aprendizado. Obrigado Rebeca e Luciene.

Àqueles que deixei na PUC São Gabriel.

Ao Observatório da Juventude/FAE, pela acolhida e ricos aprendizados.

Às professoras Alessandra Chacham e Patrícia Mattos pela disponibilidade ao debate e pelas contribuições ao trabalho.

À Bruna, Capitu, Gabriela, Jéssica, Laura e Madalena, por terem compartilhado conosco as dores e delícias de suas vidas.

À APROSMIG pela acolhida e pelos aprendizados.

À CAPES, pelos dois anos de custeamento da bolsa de mestrado.

*“Se acaso me quiseres,  
Sou dessas mulheres  
Que só dizem ‘sim!’,  
Por uma coisa à toa,  
Uma noitada boa,  
Um cinema, um botequim.*

*E, se tiveres renda  
Aceito uma prenda,  
Qualquer coisa assim,  
Como uma pedra falsa,  
Um sonho de valsa  
Ou um corte de cetim.*

*E eu te farei as vontades.  
Direi meias verdades  
Sempre à meia luz.  
E te farei, vaidoso, supor  
Que és o maior e que me possuis.*

*Mas na manhã seguinte  
Não conta até vinte:  
Te afasta de mim,  
Pois já não vales nada,  
És página virada,  
Descartada do meu folhetim.”*

**“Folhetim”, Chico Buarque**

## RESUMO

Diniz, A. G. R. (2013). *Sobre subalternidades e enfrentamentos: sexualidade, poder e agenciamentos na experiência de mulheres prostitutas*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Este estudo buscou identificar e analisar posições de agenciamento na experiência de mulheres prostitutas da zona boêmia de Belo Horizonte. Objetivou-se, assim, analisar as condições de subalternidade que circunscrevem o cotidiano dessas mulheres, com vistas a identificar experiências de resistência e afirmação de autonomia. O campo de pesquisa se situa no centro da capital mineira: os hotéis de prostituição da zona boêmia de Belo Horizonte. As estratégias metodológicas envolveram observações participantes no entorno da Rua Guaicurus e a realização de entrevistas semiestruturadas com seis prostitutas que lá trabalham. O horizonte teórico do estudo buscou convergir algumas contribuições da teoria política de gênero de Gayle Rubin, das teorias feministas da interseccionalidade, da microfísica do Poder de Foucault, da antropologia filosófica de Charles Taylor, da teoria do *habitus* de Bourdieu e da sociologia política de Jessé Souza. Buscou-se construir uma interlocução com esses autores a partir de pressupostos de uma epistemologia feminista, a partir da “análise da experiência” (Scott, 1992/2001) e com um horizonte de objetividade como “pesquisa situada” (Haraway, 1995). Os resultados da pesquisa apontam para uma experiência marcada por profundas contradições e ambiguidades. Alguns elementos permitem afirmar a existência de lutas simbólicas em torno dos parâmetros de reconhecimento diferencial das prostitutas. Há inúmeras forças de desqualificação que recaem sobre elas, ao mesmo tempo em que a disparidade de verdades sobre suas condições lhes permite construir estratégias individuais e coletivas de enfrentamento. As desqualificações da puta pobre, assim como as dinâmicas de enfrentamento e resistência, parecem mobilizar hierarquias morais (trabalho útil e produtivo x “boa vida”; autonomia x heteronomia), hierarquias sexuais de gênero (dicotomia puta/santa), hierarquias estéticas, etc. O que permite se afirmar que uma constante articulação entre os marcadores dos diversos sistemas de poder são pano de fundo das dinâmicas de subalternização das prostitutas. A dicotomia puta/santa, a posse de uma economia emocional



precarizada, o dispositivo da masculinidade, as hierarquias sexuais, o não reconhecimento jurídico da prostituição no Brasil e as dificuldades de estabelecer uma positividade identitária que contribua para a coletivização e politização de suas experiências, são alguns dos elementos que nos permitem identificar os mecanismos de subalternização dessas mulheres. Contudo, esses dispositivos de poder são constantemente interpelados por elas, a partir da (re)significação de suas vivências, da atribuição de novos sentidos à desqualificação, das lutas para o estabelecimento de solidariedade entre si, dos contradiscursos produzidos em seu cotidiano e da constante afirmação de suas autonomias.

**Palavras-chave:** prostituição, agência, feminismo, sistema sexo/gênero, hierarquia moral, interseccionalidade, análise da experiência.

## ABSTRACT

Diniz, A. G. R. (2013). *About subalternities and coping: sexuality, power and agency experience in female prostitutes*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

This study aims at identifying and analyzing positions of agency experience among female prostitutes from the bohemian area of Belo Horizonte, in the state of Minas Gerais, Brasil. Thus, the objective is to analyze the conditions of subordination that circumscribe their everyday lives, focusing on the identification of experiences of resistance and assertion of autonomy. The search field is located in the center of the state capital: prostitution hotels in the bohemian area of Belo Horizonte. The methodological strategies consisted of participant observations carried out around Guaicurus Street and of structured interviews with six prostitutes working in that region. The theoretical horizon of the study sought to converge some contributions from Gayle Rubin 's political theory of gender, the feminist theories of intersectionality, Foucault's microphysics of power, Charles Taylor 's philosophical anthropology, Bourdieu's theory of habitus and Jessé Souza's political sociology. It was built as a dialogue with these authors from assumptions of a feminist epistemology, from the "analysis of experience" (Scott, 1992/2001), and with the prospect of objectivity as "situated research" (Haraway, 1995). The survey results point at an experience marked by profound contradictions and ambiguities. Some elements led to affirming the existence of symbolic struggles around the parameters of differential recognition of prostitutes. There are numerous forces of disqualification that befall them, while the disparity of truths about their condition allows them to build individual and collective strategies of coping. The disqualification of a "poor bitch" as well as the dynamics of confrontation and resistance, seem to mobilize moral hierarchies (useful and productive work x "the good life"; autonomy x heteronomy), the sexual gender (the whore/holy dichotomy), aesthetic hierarchies etc. What can be said is that constant relationships between markers of various power systems are backdrop to a dynamic of subordination of the prostitutes. The whore/holy dichotomy, the possession of a precarious emotional economy, the device of masculinity, the

sexual hierarchies, the lack of legal recognition of prostitution in Brazil and the difficulties of establishing a positive identity that contributes to the politicization of collectivization and their experiences, are some of the elements that allow us to identify the mechanisms of subordination of these women. However, these power devices are frequently questioned by the prostitutes themselves, as they give new meaning to their lives, as well as to their disqualification, to the struggles for solidarity among them, the counter-discourse produced in their everyday lives and the constant affirmation of their autonomy.

**Keywords:** Prostitution. Agency. Feminism. System sex/gender. Moral hierarchy. Intersectionality. Analysis of the experience.

## LISTA DE SIGLAS

ABRAPSO	Associação Brasileira de Psicologia Social
APROSMIG	Associação de Prostitutas de Minas Gerais
APS-BH	Associação das Profissionais do Sexo de Belo Horizonte
CEPEDES	Centro de Estudos sobre Desigualdades/UFJF
CIOMS	Council for International Organizations of Medical Sciences
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
GAPA	Grupo de Apoio a Portadores de AIDS
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
NEPECS	Núcleo de Ensino Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes
NPP	Núcleo de Psicologia Política
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PMPC	Programa Mulheres Promotoras de Cidadania
PPGPSI	Programa de Pós-graduação em Psicologia
RBP	Rede Brasileira de Prostitutas

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2. REFLEXÕES METODOLÓGICAS</b> .....	<b>27</b>
<b>2.1 Por um posicionamento feminista: experiência, identidade e reflexividade</b> .....	<b>27</b>
<b>2.2 Por uma análise interseccional da prostituição</b> .....	<b>32</b>
<b>2.3 Aproximação do campo de pesquisa: dilemas éticos</b> .....	<b>37</b>
<b>2.4 Caracterização geral do campo</b> .....	<b>42</b>
<b>2.5 Caracterização geral das prostitutas entrevistadas</b> .....	<b>47</b>
<b>2.6 Analisando os dados: das estratégias e categorias analíticas</b> .....	<b>48</b>
<b>3. A PROSTITUIÇÃO NA MODERNIDADE: DA HIGIENE SOCIAL AO FEMINISMO CRÍTICO</b> .....	<b>49</b>
<b>3.1 Prostituição e os dilemas feministas: abolição, regulamentação ou liberação?</b> .....	<b>55</b>
<b>4. PROSTITUIÇÃO E PODER: ENTRE SUBALTERNIDADES E AGENCIAMENTOS</b> .....	<b>62</b>
<b>4.1 Prostituição e suas interdições psicossociais: algumas economias da desigualdade</b> .....	<b>63</b>
4.1.1 <i>A economia moral das desigualdades: reconhecimento e desqualificação social</i> .....	<b>64</b>
4.1.2 <i>A economia emocional das desigualdades: pobreza e predisposições de classe da puta pobre</i> .....	<b>72</b>
4.1.3 <i>A economia sexual da desigualdade: sistema sexo-gênero e as hierarquias sexuais</i> .....	<b>84</b>
<b>4.2 Prostituição e agenciamentos: resistência, afirmação da autonomia e outros enfrentamentos</b> .....	<b>93</b>
4.2.1 <i>Das condições de possibilidades de agenciamento em experiências subalternizadas</i> .....	<b>93</b>
4.2.2 <i>Poder e microrresistências: descontinuidades da dominação</i> .....	<b>99</b>
4.2.3 <i>O horizonte das experiências de agenciamento: autonomia e emancipação social</i> .....	<b>104</b>

<b>5. PROSTITUIÇÃO E EXPERIÊNCIA: APROXIMAÇÕES DO “VIVIDO” E DAS “REFLEXÕES SOBRE O VIVIDO” (OU PARA FAZER ARTICULAÇÕES) .....</b>	<b>111</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>154</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>158</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>169</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Temos acompanhado no cenário mundial uma série de reconfigurações políticas, sociais e culturais, relacionadas às demandas de democracias emergentes, à “crise” das esquerdas políticas, ao surgimento de “novos” movimentos sociais, à expansão de modelos político-institucionais fundados no ocidente central e às chamadas crises do capitalismo.

Se por um lado, análises mais otimistas relacionam esses fenômenos a um suposto desenvolvimento das sociedades nas últimas décadas, por outro, alguns atores políticos apresentam um cenário rebuscado de novos desafios e emergentes demandas sociais, já que tais fenômenos atualizam problemas seculares enfrentados pela humanidade. Dentre eles, *os processos de desigualdade e exclusão*, que ocuparam parte significativa dos trabalhos desenvolvidos pelas ciências sociais e humanas nos séculos XIX e XX, apresentam-se como um problema central nas sociedades atuais. Os acontecimentos descritos anteriormente têm complexificado as dinâmicas de (re)produção de desigualdades, tornando cada vez mais opacas e intransparentes suas causas e desafiando a contemporaneidade na produção de alternativas exequíveis para a consolidação e democratização dos princípios que fundaram a modernidade.

A consolidação de uma tradição psicossociológica, que se esforçou em compreender os processos de desigualdade instalados na modernidade, colocou no centro das discussões e debates a formação de uma estrutura social e política que, (re)produzida pelo modelo de economia capitalista, ordenou as sociedades em *classes* distintas e antagônicas. Nessa tradição, que opera seu pensamento a partir de um modelo estruturalista, os processos econômicos subsidiam a (re)produção de desigualdades, em que a divisão do trabalho é produtora de ontogenia e a redistribuição de riqueza desponta como alternativa de transformação e emancipação do sujeito da história (a classe trabalhadora). Nesse sentido, a tradição marxista desempenhou importante função na organização de uma resistência ao modelo de produção da modernidade, estendendo às inúmeras áreas do conhecimento seus princípios teóricos e ideológicos de um projeto de mudança social.

Contudo, ao longo da segunda metade do século XX, diferentes concepções

sobre os processos de desigualdade foram sendo cunhadas, especialmente a partir do surgimento de outros sujeitos políticos que pautaram novas demandas de transformação. Concepções essas que problematizaram a centralidade do trabalho, da classe trabalhadora e da economia nos debates, apresentando diferentes matrizes de desigualdade e opressão. Esses novos sujeitos políticos têm pautado sistemas hierárquicos que se reproduzem, dentro e fora da classe trabalhadora, problematizando a universalidade dos princípios democráticos, assim como a universalidade da proposta alternativa construída pelos(as) intelectuais de esquerda. Têm sido tematizados, portanto, o racismo, a homofobia, o sexismo e a misoginia, a xenofobia e outros padrões de desigualdade e opressão que não podem ser compreendidos pelo modelo economicista até então vigente. Na perspectiva dessas novas tematizações, tais padrões de desigualdade são (re)produzidos por outros sistemas sociais, em que a classe social é apenas um dentre os inúmeros elementos que os constituem e os legitimam. Assim, as novas demandas políticas do cenário atual têm ordenado quadros conceituais e analíticos alternativos, como a ideia de patriarcado, heteronormatividade, racismo, homofobia ou sistema sexo/gênero.

Diante da pluralidade e diversidade desses sujeitos coletivos, que reconfiguraram o espaço público e o jogo político da atualidade, deparamo-nos hoje com conceitos e referências teóricas para a tematização da desigualdade bastante diversificados senão, em vários momentos, antagônicos. Raça, gênero, sexualidade e classe são algumas das categorias analíticas que têm disputado no espectro científico (e também político) a compreensão da gênese e do processo de reprodução de opressões, ora valorizando determinadas categorias, ora relegando as demais a posições secundárias. Os debates acirrados entre esses campos refletem, sem dúvida, uma propriedade dos conflitos que entremeiam a luta política: determinados antagonismos políticos são irreconciliáveis (Laclau & Mouffe, 1987); mas tais debates refletem também a imersão num certo jogo intelectual, muito recorrente nos estudos acerca das desigualdades. Nesse jogo, os(as) participantes são desafiados(as) a responder à pergunta: *“Qual a desigualdade maior?”* Desafio esse que tem incorrido em inúmeros problemas de ordem teórica (e também política), ao colocar pesquisadores(as) na busca por identificar relações de sobreposição, acúmulo, acréscimo ou subtração de poder e privilégios a indivíduos e/ou grupos submetidos ao cruzamento desses sistemas de desigualdade.

Esse rápido (e certamente limitado) retrospecto de algumas das



transformações ocorridas no último século ajuda-nos a delimitar alguns elementos que circunscrevem processos de mudança social. Essas mudanças colocam para nós pesquisadores e pesquisadoras outros desafios, uma vez que reconhecemos nelas o papel fundamental de sujeitos (e sujeitas) considerados(as) como oprimidos(as), desqualificados(as) ou subalternizados(as). A história tem demonstrado que experiências muitas vezes compreendidas como inférteis em termos de agência (tamanhas as interdições estruturais que as circunscrevem) possuem potencial de desestabilizar e/ou interpelar essas dinâmicas.

O movimento feminista é um forte exemplo desse potencial desestabilizador. Ele emerge de experiências subalternas. Articula-se a partir da história de um grupo social que foi alijado do poder político e econômico durante parte significativa de nossa história: as mulheres. Os feminismos são uma forte evidência – ao mesmo tempo que protagonistas – da mudança de algumas regras do jogo político na modernidade, que tem possibilitado a organização de populações e coletivos, até então, impedidos de participar ativamente dos rumos da sociedade. E dentre as inúmeras tensões que o movimento feminista enfrentou ao longo de sua trajetória (que será objeto de reflexão deste trabalho), a sexualidade e os debates acerca da autonomia parecem ocupar lugar de destaque.

Nos últimos anos, junto às crises econômicas dos países centrais, temos visto emergir novos e velhos dilemas que parecem ser de fundamental importância para analisarmos os projetos societários que temos construído. E no que toca aos dilemas do feminismo, as políticas identitárias e as lutas por reconhecimento parecem ocupar cada vez mais as páginas das agendas políticas (Fraser, 2002).

Nesse sentido, já há alguns anos, tem feito parte das preocupações do *Núcleo de Psicologia Política* (NPP) e do recém-fundado *Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes* (NEPECS), ambos vinculados a esta Faculdade, a aproximação de experiências de enfrentamento e organização política de grupos e coletivos subalternizados. Coletivos de mulheres, de jovens, de favelados(as), de negros(as), de pessoas LGBTQs e outras minorias sexuais, têm sido experiências das quais temos buscado nos aproximar..

Dentre essas experiências historicamente subalternizadas, a prostituição nos tem apresentado uma série de dilemas. Ela não “caiu de paraquedas” em nossas trajetórias, e esperamos deixar claro ao longo dessa introdução que, mais do que uma simples opção teórico-metodológica, tomar mulheres prostitutas como

sujeitos/objetos de estudo foi efeito, antes de tudo, de uma trajetória coletiva (e coletivizada). Experiência periférica, a prostituição ocupa posição desprivilegiada em diversos sistemas de poder (em termos de reconhecimento e prestígio social). Seja por sua condição de mulher “puta”, seja por sua origem popular ou por suas práticas sexuais demonizadas e patologizadas, as mulheres prostitutas tensionam e interpelam as normas e regras de reconhecimento e prestígio social desses sistemas. Os sentidos atribuídos a essa experiência no cotidiano social contemplam noções como patologia, desvio, perversão, ou antagonicamente, liberdade e expressão de autonomia.

É importante localizar minha trajetória pessoal, profissional, acadêmica e política, no intuito de clarear alguns elementos que me direcionaram para este campo de pesquisa. Alguns anos de inserção no campo das políticas sociais, especialmente em Belo Horizonte, foram suficientes para interrogar-me acerca de algumas experiências de desqualificação social e subalternidade. A princípio, considerados como incapazes, inúteis, degenerados e perdidos, adolescentes infratores, jovens favelados, mulheres em situação de violência, moradores de rua e mães “negligentes” contavam-me mais do que experiências de sobrevivência. As negações e resistências às intervenções estatais – contexto institucional em que me inseria – me pareciam mais do que irresponsabilidade, desorganização ou predisposição a tal. Parecia, aos meus olhos, haver naquelas experiências um certo “*ethos* de resistência”, ainda que sem nome, sem lugar, sem fala legítima; um movimento que parecia dizer, a mim e a meus(minhas) colegas psicólogos(as) e assistentes sociais: “Não quero viver a vida que vocês me prescrevem!”. Mobilizado por essas experiências, fui buscar respostas (e antes de tudo, fazer perguntas) no Programa de Pós-Graduação em Psicologia desta universidade (PPGPSI/UFMG).

Minha inserção e atuação em todos os espaços de interlocução a que tive acesso nos últimos anos, dentre os quais o Instituto Albam<sup>1</sup>, o NEPECS, o NPP e o Observatório da Juventude (OJ) da Faculdade de Educação (FAE/UFMG), endossou uma certa “intuição” de que as experiências sociais de desqualificação social tinham mais a revelar do que os efeitos devastadores de uma sociedade estruturalmente

---

<sup>1</sup> Organização Não Governamental (ONG) que atua desde 2000 na elaboração e implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero e contra a mulher. Mantém atualmente parceria com a Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS/MG). Ver <http://www.albam.org.br/>

injusta. Após a qualificação do projeto de dissertação – no qual, apesar das significativas conexões com o problema de pesquisa ora apresentado, ainda não havia nenhuma menção à prostituição – fui para uma mobilidade acadêmica na *Escuela de Estudios de Género (EEG)*, da *Universidad Nacional de Colombia*, onde permaneci entre fevereiro e maio de 2012. Lá, aproximando-me de uma realidade social similar à brasileira (apesar das importantes diferenças) e do cotidiano de um centro feminista de ensino, pesquisa e extensão, pude conhecer algumas das pesquisas desenvolvidas com mulheres prostitutas de Bogotá (através da *Facultad de Ciencias Sociales*), além de me aproximar do pensamento desenvolvido pelas pesquisadoras/militantes Ochy Curiel, Mara Viveros, Dora Isabel, Luz Gabriela Arango, Yolanda Puyana, Camila Esguerra e Franklin Gil. Em meu retorno ao Brasil, inseri-me na equipe de um dos eixos do Programa Mulheres Promotoras de Cidadania (PMPC)<sup>2</sup>, que teve como objetivo identificar as hierarquias e enfrentamentos vivenciados por mulheres prostitutas na zona boêmia de Belo Horizonte. Essa inserção foi fundamental para configurar (e endossar) o presente problema de pesquisa. Através dos debates travados com a equipe<sup>3</sup>, foi possível identificar potenciais analíticos na experiência das mulheres prostitutas, capazes de colaborar com a construção de respostas que a contemporaneidade ainda não construiu: Que transformação é possível hoje? Qual o potencial de transformação de microrresistências? Tem a sexualidade algum potencial político de interpelação de ordens estabelecidas? *“Pode o subalterno falar?”* (Spivak, 1988/2010).

Encontramos uma significativa literatura que se debruça sobre a prostituição de mulheres. São trabalhos realizados, em sua maioria, no campo sociológico, antropológico, psicológico, médico/sanitarista e do direito. Desenvolvem-se a partir

---

<sup>2</sup> O Programa Mulheres Promotoras de Cidadania (PMPC) foi realizado entre 2010 e 2012, sob a coordenação geral da Profa. Dra. Marlise Matos, do Núcleo de Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM/DCP). Este programa buscou criar condições de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, por meio da formação específica de mulheres em situação de violência e/ou violação de direitos em suas comunidades/ou locais de atuação e do fortalecimento de uma rede mista de atores sociais para facilitar e efetivar o acesso aos serviços da rede de atendimento às mulheres dos municípios envolvidos. O eixo das atividades realizadas com as mulheres prostitutas da zona de boêmia de Belo Horizonte foi coordenado pela Profa. Dra. Cláudia Mayorga, do NEPCS/FAFICH, e foi organizado a partir de atividades e instrumentos metodológicos que garantissem a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

<sup>3</sup> Equipe do “eixo prostitutas” do PMPC: Cláudia Mayorga – Coordenadora; Alessandra Prado Rezende – Graduada em Psicologia pela UFMG; Karina Dias Géa – Graduada em Psicologia pela UFMG; Letícia Cardoso Barreto – Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e Lorena Viana – Graduada em Psicologia pela UFMG.

de uma pluralidade de categorias de análise como trabalho, classe social, sexualidade, gênero, migração, território, identidade, saúde, violência e juventude. Vale ressaltar que não encontramos nenhum estudo que dá centralidade à categoria raça. Essa categoria é encontrada em associação com os estudos de processos migratórios, muitas vezes vinculado à categoria etnia. São, geralmente, estudos *históricos* (Engel, 1989; G. Fonseca, 1982; Roberts, 1998; Soares, 1992), *descritivos/exploratórios* (Barreto, 2008; Barros, 2002; Fábregaz-Martinez, 2000; Guimarães, 2007; R. Rodrigues, 2010; Viana, 2001) ou *explicativos*<sup>4</sup> (Guimarães & Merchán-Hamann, 2005; Jayme, 2011; Mattos, 2009a; Rios, 2000; M. Rodrigues, 2003). No caso desses últimos, os estudos buscam analisar a prostituição tentando identificar causalidades ou gêneses nessa experiência, além de buscarem elucidaciones para problemas de pesquisa específicos. As pesquisas e estudos feministas também possuem significativa contribuição na literatura acessada. Esse campo também é vasto e aborda a prostituição a partir de interesses distintos, em suas articulações com sexualidade, migração, trabalho, violência, direitos humanos e desigualdades de gênero (C. Fonseca, 1996; Garaizabal, 2001, 2006; M. Rodrigues, 2009; Pateman, 1988/1993; Piscitelli, 2011; Rubin, 1984/1989). No caso da psicologia, encontramos alguns estudos de abordagem *clínica* e *do desenvolvimento* (Douville, 2007; Marchiori, 2005; Soler, 2007), estudos com abordagem *fenomenológica* (Molina, 2003; Oliveira & Souza, 2011) e, em sua maioria, trabalhos em *psicologia social*, que também apresentam heterogeneidade teórico-metodológica (Barreto, 2008; Castro, 1993; Guimarães & Merchán-Hamann (2005); Lopes, Rabelo & Pimenta, 2007; R. Rodrigues, 2010; Viana, 2001).

Ainda que essas literaturas se fundamentem num quadro teórico e conceitual heterogêneo, percebemos uma característica comum a *algumas* delas: partem de uma análise “externa” dessa experiência, ou seja, não tomam as próprias prostitutas como sujeitos de pesquisa. Os resultados e apontamentos de vários desses trabalhos apresentam uma realidade de extrema violência, segregação, desqualificação e inferiorização das mulheres prostitutas, reafirmando as representações negativas sobre elas e seu trabalho, além de subsidiar posições abolicionistas da prostituição em espaços de luta e ação política.

---

<sup>4</sup> Conforme a proposta metodológica de Gil (2011), empreendimentos de pesquisa podem ser categorizados como descritivos, exploratórios e explicativos. Ainda que a categoria “estudos históricos” não apareça na proposta deste autor, optamos por considerá-la uma categoria específica em função das especificidades de nosso objeto de pesquisa.

Se *alguns* desses estudos, por um lado, contribuem para evidenciar os processos de desqualificação social que circunscrevem a vida das prostitutas, por outro, mantêm as mulheres que protagonizam essa experiência em posições vitimizantes, destituindo-as, portanto, de agência. Essas pesquisas dão luz aos sistemas de poder que influenciam ou determinam a entrada e manutenção dessas mulheres na prostituição sem, contudo, apresentar os sentidos e significados atribuídos por elas às suas próprias experiências. Há ainda aquelas que escutam as mulheres no processo de investigação, mas acabam por enquadrar suas narrativas em mapas teórico-conceituais pré-definidos.

Neste trabalho, partimos do pressuposto foucaultiano de que onde há poder e opressão há também resistência (Foucault, 1979/2010). Para além desse pressuposto, seguimos com o interesse em compreender processos de desigualdade, não somente pela elucidação de seus mecanismos de reprodução, mas, sobretudo, pela aproximação da experiência do(a) subalterno(a) e das formas de enfrentamento que são produzidas por ele(a). Nesse sentido, perguntamos: que agência é possível na experiência de mulheres prostitutas? Que enfrentamentos podem ser identificados em seus cotidianos? É possível identificar micropolíticas de resistência nessas experiências? Essas micropolíticas produzem efeitos em projetos emancipatórios coletivos mais amplos? Que potencial têm essas resistências e enfrentamentos de interferir na reprodução de desigualdades? Essas perguntas colocaram para este estudo um desafio fundamental: é preciso considerar a vivência das prostitutas e os sentidos e significados atribuídos por elas às suas próprias experiências; é fundamental nos aproximarmos das narrativas construídas pelas prostitutas sobre suas condições de vida e conhecer melhor seu cotidiano de batalha. Apostamos que há nessa experiência importantes potências para processos emancipatórios. Esperamos que essa aposta (ou se preferirem, essa hipótese) seja mais bem elucidada ao longo do trabalho.

Conforme nos aponta Butler (2004/2010), não existe possibilidade de agência fora da Norma. Esse apontamento nos desperta para a necessidade de considerar em nossas análises aqueles elementos normativos que circunscrevem a vida das prostitutas. Identificar posições de agência pressupõe identificar as forças de coerção que atuam em seu cotidiano. É a existência de tais forças que possibilita a emergência de enfrentamentos. Nesse sentido, buscamos construir um mapa teórico e conceitual capaz de, por um lado, ajudar-nos a compreender algumas dinâmicas

estruturais de opressão e desqualificação que circunscrevem a prostituição, e, por outro, contribuir para a identificação de porosidades e descontinuidades dessas dinâmicas. Interessou-nos, portanto, localizar as interdições imputadas às mulheres prostitutas por sua condição de subalternidade mas, também, identificar possibilidades de agência dessas mulheres em suas trajetórias, através da análise de suas narrativas e dos espaços de sociabilidade que vivenciam.

Para caracterizar a condição de subalternidade das mulheres prostitutas pobres propomos a construção de um marco teórico capaz de identificar articulações entre diferentes sistemas de poder – sistema de classe, sistema de sexo/gênero (Rubin, 1984/1989) e hierarquias sexuais – a partir de modelos econômicos de ordenamento social, ou seja, pressupomos que o sistema de produção capitalista se localiza na base dos diferentes sistemas de poder, como um protótipo organizador das relações sociais no ocidente moderno. Assim, apresentamos algumas *economias* da desigualdade, através da antropologia filosófica de Charles Taylor (por uma economia moral), da teoria do *Habitus* de Pierre Bourdieu e da Sociologia Política de Jessé Souza (por uma economia emocional) e da teoria política de gênero de Gayle Rubin (por uma economia sexual).

Na busca por identificar porosidades e descontinuidades nos sistemas estruturais de poder – e que nos servirão de âncora para ler posições de agenciamento na experiência das prostitutas – apresentamos alguns elementos conceituais do pensamento de Foucault, em sua microfísica do poder, e algumas perspectivas feministas sobre poder e autonomia.

É preciso também localizar este estudo a partir de nossas inscrições epistemológicas. O pensamento feminista é campo de forte interlocução deste trabalho, a partir das contribuições de uma epistemologia e metodologia feminista, a serem explicitadas com maior densidade no capítulo metodológico. Sustentamo-nos numa perspectiva de ciência em que a objetividade possível é aquela que busca localizar seus pressupostos, fundamentos e pontos de partida (Haraway, 1995). A experiência é nosso principal *locus* de investigação, considerada como espaço político onde se disputam verdades, sentidos, histórias e narrativas (Scott, 1992/2001). Buscamos problematizar o individualismo metodológico. Isso não significa negar a materialidade do indivíduo, mas problematizar perspectivas ontológicas, internalistas, essencialistas e a-históricas do indivíduo.

A partir de uma primeira análise e categorização da literatura revisada acerca

da prostituição<sup>5</sup>, percebemos a prevalência de duas tendências analíticas nesses estudos. Uma delas, geralmente sustentada na tradição estruturalista, lança luz aos aspectos estruturais que circunscrevem as pessoas e os grupos. Ela secundariza o indivíduo, ao compreendê-lo como efeito de um sistema, de uma estrutura e/ou de uma organização externa e anterior a ele. A agência, nesses estudos, é muitas vezes “desagenciada”. Por vezes, eles lembram as análises sociológicas de Durkheim, em que a ação humana é efeito de determinantes externos ao indivíduo, localizados nas estruturas sociais.

A segunda tendência, na contramão da primeira, investe atenção ao indivíduo, dando a ele centralidade no processo de pesquisa. Ao fazê-lo, relegam os determinantes estruturais da sociedade a um segundo plano e incorrem no risco de produzir a ideia de um sujeito autocentrado, capaz de definir sozinho seu percurso... o “super-homem” racional de Kant. Vemos essa tendência se materializar em estudos da psicologia clínica, em estudos cognitivistas ou em algumas perspectivas pós-estruturalistas. Dentre as várias interpretações possíveis para essas tendências identificadas na literatura, não poderíamos deixar de trazer para o debate a clássica tensão que se faz pano de fundo nas ciências humanas e sociais. Cara à psicologia como campo, a dicotomia *indivíduo x sociedade* segue disseminando seus efeitos no processo de produção do conhecimento, (re)produzindo uma realidade material de sociedades autorreguladas e/ou de indivíduos autodeterminados.

Não vamos nos ater, neste estudo, à densidade que merece este debate, mas achamos importante marcar nossa posição em relação a ele. Seria simplista afirmar que as posições intermediárias parecem ter mais sentido e coerência analítica. Não se trata de posições intermediárias ou polarizadas. Sob o viés do pensamento *interacionista*, buscaremos radicalizar aqui a ideia e o conceito de *relação social*. Elias (1987/1994) enfrenta esse dilema em sua obra. Ele problematiza a tensão indivíduo x sociedade a partir da desconstrução de seus antagonismos, propondo um modelo analítico que reconheça a interdependência dessas duas dimensões. A identificação de mecanismos de autorregulação no/do indivíduo concreto pressupõe sua inscrição num tecido social. A evidência de uma funcionalidade nas/das relações sociais endossa a possibilidade de ação e agência desse indivíduo concreto. Dessa

---

<sup>5</sup> A revisão de literatura a que nos referimos é aquela que representa investimento fundamental de qualquer empreendimento de pesquisa. Não pretendemos esgotar o campo, nem ao menos fazer dessa revisão um objetivo central deste estudo.

forma, a realidade social se (re)produz na interseção (e na indissociabilidade) entre objetividade e subjetividade, e não pode ser concebida a partir de uma ou de outra.

A partir da radicalização da relação social como *locus* primeiro da realidade social, partimos do pressuposto de que nosso objeto de estudo não existe em si mesmo. Ele não é priorístico, tampouco finalístico. Se buscamos identificar possibilidades de agência na experiência de mulheres prostitutas, certamente esta agência não será encontrada nelas próprias, nem ao menos fora delas. O que buscamos identificar é efeito das interações entre as mulheres prostitutas e as instituições, os grupos que as rodeiam, os territórios em que se inscrevem, as pessoas com quem se relacionam, etc. As continuidades e predisposições estruturais se atualizam (ou não) nessas interações, na materialidade de suas experiências. Nos é cara, portanto, a análise da *experiência* dessas mulheres, tomada aqui, conforme propõe Brah (2006), como

... processo de significação que é a condição mesma para a constituição daquilo a que chamamos "realidade". Donde a necessidade de reenfatizar uma noção de experiência não como diretriz imediata para a "verdade" mas como uma prática de atribuir sentido, tanto simbólica como narrativamente: como uma luta sobre condições materiais e significado (p. 360).

Essa posição nos inscreve num campo específico da psicologia social. Vasta e heterogênea, a psicologia social aglutina inúmeras abordagens teórico-metodológicas e diferentes posições epistemológicas e ético-políticas. Assim como em outros campos do conhecimento (como a sociologia, a filosofia ou a ciência política), essa heterogeneidade é pano de fundo de disputas e rivalidades internas, já que diferentes escolas que se fundam reivindicam reconhecimento e legitimidade dentro da área. Há uma proposta de análise histórica e epistemológica da psicologia social, a partir da qual gostaríamos de nos posicionar. Robert Farr, especialmente em sua obra *As Raízes da Psicologia Social Moderna* (1996), propõe uma análise dessa área a partir de sua aproximação ou de seu distanciamento da psicologia e da sociologia. A partir dessa análise, haveria um desenvolvimento, nas sociedades modernas, de *psicologias sociais psicológicas* (em função de sua aproximação com a ciência psicológica) e de *psicologias sociais sociológicas* (em função de sua aproximação com o pensamento sociológico). É evidente que essa é apenas uma proposta analítica, o que nos leva a considerar que a realidade desse campo é mais complexa e heterogênea. Contudo, ela nos parece frutífera para uma localização



mais precisa dos fundamentos deste estudo. Nossa identificação com alguns dos modelos teóricos elaborados a partir do campo sociológico certamente produziu efeitos sobre nossas lentes analíticas. O próprio conceito de relação social, do qual não abrimos mão, tem forte influência da tradição sociológica. A Faculdade de Ciências Sociais de Chicago, que possibilitou a emergência de uma escola de psicologia social fortemente influenciada por teorias *interacionistas* e *construcionistas*<sup>6</sup>, se desenvolveu em constante interlocução com os pensadores da escola de Frankfurt. Acrescentamos essa última influência em nossa trajetória, já que compartilhamos com a tradição do Pensamento Crítico a importância em se compreender os fenômenos humanos e sociais para além da forma como eles nos são apresentados aos olhos, e a partir da indissociabilidade entre sujeito e objeto (Horkheimer, 1933). Citamos também toda uma tradição da psicologia social latino-americana que, buscando constituir-se como campo específico, marca sua produção a partir da crítica à colonialidade da ciência, da reflexão ético-política da psicologia em contextos de desigualdade e exploração, da busca pelo diálogo entre ciência e política e da tentativa em compartilhar a produção do conhecimento com outros sujeitos e saberes – grupos populares, movimentos sociais, etc. (Lane, 2000; Sandoval, 2000).

Nosso objetivo principal é identificar posições de agenciamento na experiência de mulheres que exercem prostituição na zona boêmia de Belo Horizonte. Esse objetivo se desdobra em dois específicos: (a) analisar a condição de subalternidade de mulheres prostitutas a partir de suas posições no sistema de classe sociais, no sistema de sexo/gênero e na hierarquia moral moderna e (b) identificar práticas e posições de enfrentamento e resistência à opressão e desqualificação na experiência dessas mulheres.

Para tal, recorreremos ao método de pesquisa qualitativa. Foram realizadas observações participantes entre os meses de agosto e outubro de 2012, além de seis entrevistas semiestruturadas com mulheres que trabalham em hotéis da Rua Guaicurus – Zona Boêmia, Centro de Belo Horizonte (BH). Foram utilizadas também duas entrevistas realizadas na PMPC.<sup>7</sup> A partir da construção do referencial teórico

---

<sup>6</sup> Ver Blumer, H. (1982). *El interaccionismo simbólico: perspectiva y método*. Barcelona: Hora. (Trabalho publicado em 1969); e Mead, G. H. (1982). *Espíritu, persona y sociedad*. Buenos Aires: Paidós (Trabalho original publicado em 1934).

<sup>7</sup> Os nomes utilizados ao longo do texto são fictícios, com exceção de Laura, que reivindicou a manutenção de seu nome. Para as demais, utilizaremos os nomes Madalena, Bruna, Gabriela, Capitu

e da aproximação do campo de pesquisa, elegemos três categorias para compor o quadro analítico do estudo. Sexualidade, gênero e classe social são categorias úteis para a aproximação da experiência e das narrativas das mulheres prostitutas (ao menos daquelas eleitas para esta pesquisa). Elas têm seus cotidianos profundamente marcados por sua origem popular e sua condição de mulheres, além da centralidade que ocupa a sexualidade em suas vivências laborais. Tal escolha nos apresentou um desafio metodológico: como compreender a experiência dessas mulheres a partir de categorias tão plurais e distintas? Que ferramentas analíticas são necessárias para uma análise articulada dos efeitos de diferentes sistemas de poder? Recorremos, portanto, à proposta de uma *análise interseccional* da prostituição.

A necessidade de considerar, nas análises acadêmicas e políticas, os efeitos da articulação de categorias sociais na produção e reprodução de desigualdades, tem sido um orientador de algumas intelectuais (Brah & Phoenix, 2004; Crenshaw, 2002; Mayorga & Prado, 2010; McKlinton, 1992; Piscitelli, 2008). No campo de estudos feministas, esse debate se intensificou entre o final da década de 80 e início da década de 90, especialmente a partir da emergência do conceito de *interseccionalidade*, em 1989, cunhado por Kimberlé Crenshaw. A autora propõe que a compreensão da condição de opressão das mulheres deve considerar outros fatores relacionados às suas identidades sociais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, nacionalidade. Para ela, essas categorias são diferenças cruciais nas formas pelas quais as mulheres vivenciam a discriminação. Melhor elucidado no capítulo metodológico, o modelo de análise interseccional aqui utilizado contribuiu para nossas tentativas de, mais do que articular categorias sociais, “descategorizá-las” (Prado, 2012).

No segundo capítulo, organizamos as discussões metodológicas, apresentando o campo de pesquisa, os sujeitos entrevistados, os dilemas éticos e

---

e Jéssica. A escolha dos nomes se deu pela intenção em homenagear cinco prostitutas, reais e fictícias. *Madalena*, personagem bíblica que se arrependeu de seus pecados após ser perdoada por Jesus Cristo. A mesma foi a primeira a se encontrar com Cristo após sua ressurreição. *Bruna Surfistinha*, paulista, ex-prostituta e ex-atora de filmes pornográficos, autora da *Best Seller* brasileiro “O doce veneno do escorpião: o diário de uma garota de programa” (2005). *Gabriela Leite*, paulista, ex-prostituta, militante dos direitos das prostitutas, fundadora da grife “Daspu”. *Capitu*, personagem de José de Alencar na obra *Dom Casmurro* (1899), foi alvo de milhares de comentários, publicações e análises na sociedade brasileira e em vários países, com polêmicos debates sobre a natureza de suas atividades sexuais. *Jéssica*, mineira, amiga do pesquisador, com este nome profissional foi prostituta por mais de dez anos em várias boates de Belo Horizonte.

as estratégias metodológicas.

No terceiro capítulo, propomos uma rápida retomada história da prostituição, especialmente a partir do século XIX, buscando identificar alguns discursos que impactaram as representações que foram cunhadas sobre esta prática na modernidade. Apresentamos ainda o debate desenvolvido pelos feminismos sobre a prostituição, discutindo as três principais perspectivas teóricas e políticas que estão envolvidas na produção dos antagonismos dentro deste campo.

No quarto capítulo, dividido em duas partes, apresentamos parte significativa de nosso referencial teórico. A primeira parte contém uma organização dos principais debates e conceitos que contribuem para a análise dos determinantes estruturais que circunscrevem os processos de subalternização da prostituta: a antropologia moral de Charles Taylor, a sociologia política de Jessé Souza, atrelada à teoria do Habitus de Bourdieu, e a teoria política de Gênero de Gayle Rubin. A segunda apresenta os principais pensamentos que, convergentes, nos permitem identificar condições de possibilidades de agência na experiência da prostituição: a microfísica de Foucault e algumas teorias da Autonomia.

Por fim, o quinto e último capítulo apresenta a construção das análises.

## 2. REFLEXÕES METODOLÓGICAS

Apresentaremos neste capítulo um conjunto de reflexões, estratégicas, técnicas e procedimentos que comporam nosso quadro metodológico. Ele está dividido em seis partes: (2.1) Por um posicionamento feminista, (2.2) Por uma análise interseccional da prostituição, (2.3) Aproximação do campo de pesquisa: dilemas éticos, (2.4) Caracterização geral do campo de pesquisa, (2.5) Caracterização geral das prostitutas entrevistadas, e (2.6) Analisando os dados: das estratégias e categorias analíticas.

### 2.1 Por um posicionamento feminista: experiência, identidade e reflexividade

A elaboração dos parágrafos que se seguem mobilizou-me significativo tempo, investimento intelectual e afetivo. Durante um bom tempo busquei encontrar as palavras certas para anunciar meu desejo (e interesse) em identificar esta pesquisa como uma pesquisa feminista. E as perguntas que se seguem ao leitor após tal enunciado são, provavelmente, “porque” e “para que” tal anúncio? Se reivindicar esse reconhecimento não exime nenhuma pesquisadora de uma densa reflexão sobre seus porquês, no caso de um pesquisador do sexo masculino, essa reflexão se torna condição *sine qua non*. Acho que essa é uma tarefa hercúlea, na qual gostaria de investir neste capítulo. Adoraria que houvessem mais feminismos nos demais capítulos do trabalho do que neste. A maior parte deste capítulo é retórico! (Ainda que não somente). E não creio que a qualidade de um discurso seja o melhor parâmetro para se identificar um estudo de perspectiva feminista. Mas ainda assim é preciso apresentar o mapa intelectual, metodológico e epistemológico que me guiou nessa empreitada, ou, ao menos, que eu gostaria que me houvesse guiado.

O maior constrangimento dessa tarefa, certamente, é efeito do meu lugar de fala. Quando um homem reivindica uma posição feminista, causa, no mínimo, estranhamento. Como poderia ser um homem feminista? Essa pergunta segue

comigo... Impiedosa, mas fundamental. Impiedosa, porque faz-me lembrar cotidianamente dos limites impostos pelo destino sexual (e de gênero) que meu corpo reflete. Falo de um corpo masculinizado. De um corpo socializado pelo significativo homem e por quase tudo a que ele está associado. Este corpo me anuncia e se faz anunciado no cotidiano, predizendo o que sou, do que gosto e o que faço. É certo que, não por coincidência, este corpo é espelho de algumas verdades que foram construídas (para não dizer inventadas) sobre mim. Verdades essas que também contribuem para que se mantenha invisível aquilo que eu não sou, o que eu não gosto e o que não faço. Meu corpo é reflexo da história de quem eu sou e também da história de quem eu não posso ser. A história do meu corpo é também a história das minhas identidades e identificações. A história da minha barba e dos meus pelos também é a história da depilação “obrigatória” das mulheres. A história dos meus músculos também é a história da violência. A história da minha suposta “liberdade” também é a história da opressão das mulheres e de outros grupos sociais.

A experiência e a identidade são elementos fundamentais para construir posições. Se a experiência se dá a partir do corpo e de suas possibilidades de fala, meu corpo me inscreve numa experiência específica. É a partir desse lugar que experimento as dinâmicas de poder. É a partir dele que experimento o privilégio. E é também a partir dele que experimento a desqualificação. Seria possível, a partir dele, experimentar uma posição feminista? Em que isso consistiria?

Essa discussão é cara aos feminismos. Na interação com o campo, minha experiência produziu alguns privilégios. Minha condição de homem permitiu, por exemplo, acessar mecanismos e dispositivos sociais que não estão acessíveis (ou a menos se apresentam mais obscuros) às mulheres. O acesso irrestrito aos hotéis é uma das evidências desse privilégio. A facilidade de acesso aos clientes e às sociabilidades masculinas que se (re)produzem pelos hotéis também saltou-me aos olhos. Contudo, tal experiência produziu também restrições. Foi notável a “suspeita” que as mulheres lançaram sobre minha presença. Minha aproximação com a Associação de Prostitutas de Minas Gerais (APROSMIG) foi dificultada, em função das limitações de constituição de laços solidários com um grupo dessa natureza. Nas interações com as mulheres prostitutas, que naquele espaço é de natureza heteronormativa, me senti inábil para tal, por minha condição homossexual. Sim, a experiência importa!

Posicionar-se, no sentido proposto por Haraway (1995), é considerar que a experiência é ponto de partida para qualquer indivíduo concreto se inscrever no mundo. É a partir dela que se produzirão códigos de inteligibilidade, processos de identificação, solidariedade e antagonismos. “Contra a idéia [sic] de um ‘sujeito da experiência’ já plenamente constituído a quem as ‘experiências acontecem’, a experiência é o lugar da formação do sujeito” (Brah, 2006, p.360). Identificar a experiência que existe por detrás da produção de saber, da construção de verdades e da prescrição de projetos de sociedade é também do que tratam os feminismos. Em termos de homens e mulheres, é tornar visível a experiência dos homens, que os permitiu naturalizar os efeitos injustos da opressão. É tornar visíveis as injustiças que essa naturalização causa à experiência das mulheres. Lançar luz à experiência é, sobretudo, conferir posição e materialidade ao poder (Brah, 2006; Scott, 1992/2001).

Tomar a experiência como referência analítica é fundamental neste estudo. É a partir da experiência das mulheres que todo o movimento feminista se organizou, interpelando a ordem estabelecida. Nesse sentido, interessa-nos conhecer os potenciais de resistência e enfrentamento existentes em experiências subalternizadas e de que forma elas são produzidas e compartilhadas. Interessa-nos conhecer de que maneira a experiência mobiliza a constituição de identidades políticas para a transformação social, e como ela é associada às demandas e bandeiras de luta específicas. Este estudo não dará conta da segunda prerrogativa, mas os resultados aqui apontados poderão contribuir para seu aprofundamento.

A ideia de posição é também fundamental para uma análise de minha implicação na pesquisa. Conforme propõe Haraway (1995), a objetividade possível é a objetividade localizada. As posições ocupadas por mim servem de peneira para os espaços que ocupo e para as interlocuções e interações que estabeleço (incluindo as interações como pesquisador). Nesse sentido, importa meu sexo, importa minha raça, importa minha origem, importa minha identidade sexual. Como homem, branco, de classe popular, homossexual, minhas posições não são de “lugar nenhum”. Elas representam grupos específicos, ideologias, projetos de sociedade. Se, por um lado, duas dessas posições me conduzem a enxergar o mundo a partir de lugares de privilégio (homem branco), por outro, a origem popular e a condição homossexual desestabilizam tais posições, já que marcam uma condição desprivilegiada nos sistemas de classe e nas hierarquias sexuais (Rubin,

1984/1989).

É evidente que analisar a posição de um sujeito não é tarefa simples, dada a complexidade da malha de significados e sentidos que o cruzamento de sistemas de poder produz sobre os corpos e sobre as experiências. Contudo, apostamos que a reflexividade, tão cara às Teorias Críticas e ao Feminismo Crítico (Neves & Nogueira, 2005), pode servir de balizadora entre posições construídas pelos destinos do corpo historicizado, sexualizado, classicizado e generificado e *posições políticas refletidas*. Ser feminista não é uma condição dada, ou uma situação finalística. Considero a posição feminista, especialmente quando reivindicada por homens, como uma posição efêmera. Ser feminista implica reiterar cotidianamente suas posições. Nesse sentido, uma posição feminista é, antes de tudo, uma posição política (Harding, 1987; Haraway, 1995). Busco construir essa posição a partir daquelas experiências que me permitem reconhecer e vivenciar os desprivilégios dos sistemas de poder, associadas sempre ao exercício da reflexividade. A aposta na reflexividade pode oferecer condições para aproximar-me de determinadas experiências que a minha própria impossibilita (ou dificulta). Sigo, portanto, na aposta de que a reflexividade pode transformar experiências.

Apresento, a seguir, uma situação vivenciada no campo de pesquisa que reafirma a necessidade de uma reflexividade em torno dos efeitos de minha implicação na pesquisa. Após algumas inserções e visitas ao campo fui acompanhar a equipe da PMPC numa entrevista com a coordenação do Programa DST/AIDS da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Encontramos-nos na sede da APROSMIG e lá ficamos por aproximadamente uma hora e meia antes da entrevista. Foi o primeiro contato que tive com algumas mulheres prostitutas fora do horário de trabalho.

Quando entrei naquela portinha, nos fundos do estacionamento, encontrei Karina, de nossa equipe, e Cida, presidente da associação. Estava receoso. Não sabia ao certo o que faziam ali ou sobre o que conversavam. Deixei a mochila e fui lanchar. Além da fome, precisava de um tempinho para refrescar a cabeça. De retorno, sentei-me junto às meninas que estavam preparando kits de prevenção. Letícia já havia chegado e foi logo me apresentando pra Cida e para outra moça que estava lá. As paredes cobertas de cartazes. Não pude deixar de perceber que vários deles eram de campanhas de prevenção à DST/AIDS. Cida me cumprimentou e me perguntou que pesquisa eu estava realizando. Enquanto respondia, entrou uma senhora, com aparência de 60 anos, parda, vestida simplesmente. Alegre e sorridente, chegou fazendo piadas. Quando me viu sentado, olhou-me com surpresa. Certamente não deve ser comum a estadia de homens naquele espaço. Eu acho! A senhora logo seguiu contando suas histórias... Não sabia ao certo quem era ela. Difícil era acreditar que poderia ser prostituta. Ela poderia ser minha mãe e, na verdade, até se parecia um pouco com ela fisicamente. Não demorou muito até ela compartilhar com as

colegas uma “idinha” à farmácia para comprar vitaminas, se preparando para o intenso movimento do sábado que prometia bons ganhos. Sim! Ela é prostituta! Não consegui parar de observá-la... seus gestos, seu corpo, sua roupa. Sentia que poderia encontrar no seu corpo a evidência que faltou para que a reconhecesse imediatamente como prostituta. Como se não bastasse a surpresa, a senhora nos conta de sua filha universitária que estuda geografia na UFMG. Contou de seu intercâmbio em Portugal e dos investimentos que faz nos estudos da filha. Depois de contar tal história três ou quatro vezes, despediu-se com a mesma alegria da chegada e se foi. Passaram por lá mais três ou quatro moças. Uma delas me olhou bem nos olhos. Aparentando 40 anos, não conseguiu esconder a surpresa de minha presença. Em sua estadia, vez ou outra me dirigia o olhar, quando falava de homens e namorados. Parece que lhe importava minha atenção nesses momentos. Pegavam preservativos, jogavam conversa fora, reclamavam dos problemas da vida. Passou por lá também, rapidamente, o presidente da associação dos donos de hotéis da Guaicurus. Numa comitiva, estava tipicamente trajado de “candidato a vereador” (Diário de Campo, APROSMIG, 31/07/2012, 12:00h).

Essa primeira experiência com algumas mulheres prostitutas “fora de horário de trabalho” foi de extrema importância para as inserções posteriores. Naquele dia me dei conta de que eu fazia parte do meu objeto de pesquisa. Se buscava identificar dinâmicas de desqualificação, subalternização e resistência no cotidiano da prostituição, não poderia retirar-me de cena. Minha interação na APROSMIG desvelou preconceitos e estereótipos que se valeram de mim para seguirem se reproduzindo. Esperava encontrar prostitutas jovens, hegemonicamente bonitas, sexualizadas e vulgares. A estética “decente” e a aparência pouco jovial da prostituta que encontrei desestabilizaram o estereótipo que se atualizou através de mim. Se minha presença inseriu na cena da pesquisa elementos relacionados com as dinâmicas que busco compreender, não foi diferente com as mulheres prostitutas. Identifiquei nelas, inúmeras vezes, sentimentos, respostas, posições e atitudes que emergiram a partir de sua interação comigo e com tudo aquilo que minha presença anunciou a elas. A partir dessa evidência, percebi ser necessário desprender algum investimento na análise dessa experiência de pesquisa. Acredito que ela tem um potencial elucidativo para nossos objetivos, pois as interações produzidas entre os sujeitos de pesquisa e o pesquisador não estão imunes às dinâmicas do cotidiano social da prostituição. Ao contrário, essas interações são constituídas por tais dinâmicas e podem reproduzi-las, atualizá-las ou desestabilizá-las.

Apresento, a seguir, alguns princípios éticos, epistemológicos e metodológicos que norteiam a produção e o ativismo de diferentes feminismos, sob os quais busquei construir os caminhos deste estudo:

- Ênfase na objetividade localizada/situada (Haraway, 1995);



- Reflexividade como norte metodológico (Ramazanoglu, 2001);
- Indissociabilidade entre Ciência e Política (Foucault, 1979/2010);
- Abordagem metodológica a partir de uma análise interseccional (Crenshaw, 2002);
- Aposta na autonomia das mulheres (Lagarde, 1997);
- Reconhecimento da misoginia como uma ideologia a ser desconstruída (Lagarde, 1997);
- Aposta na solidariedade entre as mulheres como chave para o seu empoderamento e autonomia (Lagarde, 1997).

Este último princípio, certamente, é o que mais fragiliza minha reivindicação. A constituição de vínculos de solidariedade passa, sobretudo, pela identificação de possibilidades de igualdade. A diferença, neste caso, é fator desagregador já que potencializa mais a constituição de antagonismos do que de sonoridade, como propõe Lagarde (1997). Ainda assim, sigo na tentativa de “solidariedades possíveis”.

## **2.2 Por uma análise interseccional da prostituição**

O pensamento feminista, após a década de 80/90, sofreu profundos tensionamentos ao problematizar o “lugar de fala” das feministas brancas, heterossexuais e provenientes do norte. Esses tensionamentos foram empreendidos por diferentes perspectivas que, produzidas principalmente a partir da experiência de mulheres negras, lésbicas e do terceiro mundo (Caldwell, 2000; Haraway, 1991, citada por Piscitelli, 2008), problematizaram a universalidade da condição de opressão denunciada pelo feminismo liberal. O resultado desses tensionamentos foi o alargamento do espectro teórico e político do pensamento e ativismo feminista que, mais atento a outros marcadores de desigualdade e opressão, passou a desenvolver estratégias para analisar a relação entre diferentes categorias sociais.

Mayorga e Prado (2010) discutem três diferentes respostas produzidas para o dilema da interseção entre categorias sociais, tanto pelo pensamento feminista, quanto pelas ciências sociais e humanas em geral. Uma delas, elaborada por Bell

Hooks e Patrícia Collins, compreende a relação entre categorias sociais a partir de uma noção de múltiplas determinações, em que é privilegiada a análise das diversas posições de subordinação num sujeito, sem necessariamente se debruçar sobre suas possíveis articulações. Uma segunda resposta apresentada Mayorga e Prado (2010) busca compreender a relação entre categorias sociais, baseada em seus efeitos de acúmulo, privilegiando a análise dos efeitos somatórios de subordinação, quando dois ou mais marcadores se cruzam num mesmo sujeito ou grupo social. A terceira resposta propõe o uso do gênero e da sexualidade como metáfora racial para compreender as desigualdades. Nessa perspectiva, a lógica de opressão de classe, por exemplo, seria a mesma que no sistema de gênero, por fundamentarem-se ambas nas mesmas dinâmicas de classificação e distinção social. Essa terceira perspectiva é, em certa medida, adotada por Jessé Souza que, mesmo não estando interessado em analisar a relação entre categorias sociais, compreende as dinâmicas de distinção de classe como similares, por exemplo, às de raça ou às de gênero (Souza, 2003, 2006, 2010) – ainda que para ele, a classe social é preponderante em quaisquer análises da realidade social brasileira.

Os esforços empreendidos para compreender as relações entre categorias sociais, dentro do pensamento feminista, produziram uma perspectiva analítica para a abordagem dessas relações: a *interseccionalidade*. A empiria que possibilitou a emergência dos tensionamentos feministas da chamada *terceira onda* e o surgimento das teorias da interseccionalidade é heterogênea. Podemos citar, para exemplo, a sexualização da raça e a racialização da sexualidade na América Latina e Caribe (Viveros, 2009), a racialização do gênero e da etnicidade em experiências de diáspora na Grã-Bretanha (Brah, 2006), a feminização da pobreza no Brasil e em países periféricos (Castro, 2001; Novellino, 2004). A migração de feministas provenientes da África, Ásia, América Latina e Caribe para os Estados Unidos e Europa, certamente produziu experiências que permitiram a elas identificar outras gramáticas de poder e questionar as categorias clássicas nos estudos sobre desigualdade e opressão, dentro e fora do campo feminista.

As perspectivas de interseccionalidade também são plurais e diferem-se, conforme propõe Piscitelli (2008), a partir das noções de diferença e poder que subsidiam o pensamento de cada uma delas e da margem de *agência* conferida aos sujeitos. Crenshaw (2002) define interseccionalidade como “a conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas de interação

entre dois ou mais eixos de subordinação” (p. 177). A perspectiva desta autora, segundo Piscitelli (2008), está referenciada numa abordagem *sistêmica* das relações de desigualdades, em que é privilegiada a estrutura de opressão que se inscreve sobre o sujeito no processo de análise das relações entre marcadores de diferenciação; nessa abordagem, o sujeito não possui muitas alternativas de ação e a noção de diferença se funde com a ideia de desigualdade. O pensamento de Pateman (1988/1993) e de outras feministas materialistas sobre a prostituição parece-nos ser um bom representante dessa tendência analítica. Ainda que ela não fale de interseccionalidade em seu trabalho, busca compreender a condição da mulher a partir da interseção entre patriarcado e capitalismo, lançando luz na estrutura de opressão que esses sistemas, em interação, produzem sobre as mulheres prostitutas. A proposta analítica das feministas Degele e Winker (2007, 2008, 2009), citadas por Mattos (2011), também nos parece seguir essa tendência. Apesar da criativa proposta de análise interseccional dessas autoras entre os níveis da estrutura, das representações simbólicas e da identidade, a ênfase na elucidação dos mecanismos de reprodução da dominação social injusta leva-as a iluminar os efeitos de perpetuação, naturalização e manutenção das desigualdades. Buscamos neste estudo, um modelo analítico que nos permita identificar, mais do que a reprodução das desigualdades, as descontinuidades, porosidades e possibilidades de agenciamento na experiência da prostituição.

As concepções de interseccionalidade de Avtar Brah e Anne McClintock, consideradas por Piscitelli (2008) como operantes a partir de uma abordagem *construcionista*, destacam o aspecto dinâmico e relacional das identidades sociais. Nessa abordagem, é considerada a noção de poder gramsciana – como lutas contínuas em torno da hegemonia – e a ideia de articulação entre elementos que, conforme conceituam Laclau e Mouffe (1987), pressupõe a (re)significação de experiências e diferentes marcadores, de maneira que as identidades se transformam como produto de práticas articulatórias. Essa abordagem distingue categorias de diferenciação de sistemas de discriminação, assim como propõe uma distinção entre diferença e desigualdade. A concepção de poder que fundamenta essa abordagem é de base foucaultiana: o poder não é unilateral, mas circula entre os sujeitos; mais do que isso, possibilita a produção de sujeitos. Essa noção de poder é que irá conferir maior agência aos sujeitos, vistos na abordagem construcionista da interseccionalidade com maiores possibilidades de ação e

transformação (Piscitelli, 2008; Prins, 2006).

Neste estudo, interessou-nos uma perspectiva de interseccionalidade que, assim como propõe Brah (2006) e Brah e Phoenix (2004), considere a experiência como campo de possibilidades de “fixação de significados que antes estavam díspares, mas que no processo articulatório ganham sentido e fixidez para a manutenção de relações de reciprocidade identitária” (Mayorga & Prado, 2010). A reivindicação fundamental das teorias da interseccionalidade é a desestabilização das categorias sociais. É a denúncia da fragilidade que essas categorias apresentam, quando consideradas como uma realidade empírica, ou da impossibilidade de análise da complexa realidade social através de uma ou outra categoria específica (Prado, 2012). Nesse sentido, não pressupomos nenhuma hierarquia entre as categorias sociais identificadas nas análises deste estudo, ainda que reconheçamos que elas estão hierarquicamente organizadas no cotidiano social.

Dentre os diversos modelos de análises existentes para a relação entre categorias sociais, elencamos para este estudo a proposta analítica elaborada por Mayorga e Prado (2010). Esses autores propõem a análise de três elementos que funcionam como dispositivos de articulação entre diferentes marcadores sociais: a) a *naturalização das desigualdades*, que se refere à negação da historicidade, da contingência e das relações de poder que constituem as relações sociais; b) a *relação entre público e privado*, que se revela “por um movimento duplo de alargamento do privado e do encolhimento do público através da gramática de moralização do limite tênue e histórico que os separa” (p. 56) e; c) a *tensão entre igualdade e diferença*, que produz lógicas de fomento da diferença, criando processos de fixação de identidades através da noção de um certo diferencialismo que exclui a possibilidade de reconhecimento da igualdade. Ambigualmente, a tensão entre igualdade e diferença permite-nos visualizar movimentos de universalização de sujeitos, hierarquizando e/ou invisibilizando diferenças e deslegitimando a voz de determinados grupos e experiências.

Para esses autores, estes três dispositivos são comuns à dinâmica de fixação das categorias sociais, e sua análise se torna extremamente importante para compreender a forma como se articulam. Outro componente da proposta analítica da relação entre categorias sociais de Mayorga e Prado (2010) é a compreensão da articulação entre as hierarquias de categorias sociais como uma funcionalidade

subordinada:

Na lógica da subordinação, a ordem social não é tomada como uma ordem historicamente construída e contingente à ação humana, portanto ela aparece como sendo consequência natural da organização social e da gestão classificatória dos corpos, mostrando-se como uma hierarquia necessária para a produção e reprodução da sociedade, fazendo com que alguma reciprocidade simbólica entre os agentes sociais seja garantida e mantida (p. 58).

Essas articulações subordinadas podem ser verificadas, por exemplo, através do estudo realizado em 1965 pelo governo estadunidense sobre a “família negra”, que vinculou diretamente as posições de classe dos negros e negras à organização matriarcal de suas famílias (Davis, 1981). Tem-se também uma tradição conservadora que busca justificar o processo de “feminização da pobreza” no suposto desmantelamento da organização familiar nuclear e na ausência da figura masculina nesses grupos familiares (Castro, 2001). Outro exemplo são alguns dos estudos psicológicos de famílias homoparentais que avaliam negativamente a educação de crianças nessas famílias, em função de uma suposta ausência de referências masculinas ou femininas para as crianças (Tarnovski, 2004). Alguns apontamentos dos estudos de Mattos (2009a, 2009b) propõem que o não reconhecimento e a desqualificação da mulher prostituta se dá em função das interdições que lhe são imputadas por suas predisposições de classe sem, contudo, historicizar a desqualificação social da prostituição como prática sexual específica, ou ainda, sem apresentar um mapa teórico de gênero capaz de considerar sua condição de mulher na dinâmica de subalternidade. Essas pesquisas, que ora articulam posições de classe, gênero e raça, ora cruzam marcadores de gênero e orientação sexual, apresentam evidências de práticas articulatórias que funcionam na lógica da subordinação, conforme afirmam Mayorga e Prado (2010).

Os três dispositivos de articulação de marcadores sociais apontados por Mayorga e Prado (2010) foram tomados neste estudo como *categorias analíticas transversais*. Assim, buscamos analisar de que forma esses dispositivos atuam nas dinâmicas de diferenciação social relacionadas à prostituição, e de que maneira eles articulam diferentes marcadores na produção de opressões, subalternidades, resistências, dentre outros efeitos de poder. Chamamos a elas de categorias analíticas *transversais* porque elas foram utilizadas transversalmente na análise das categorias *centrais* do estudo. As categorias analíticas centrais foram determinadas

a partir das tensões identificadas no campo de pesquisa, associadas aos pressupostos teóricos nos quais se sustentam nossas hipóteses e argumentos. Essas categorias serão mais bem explicitadas no capítulo 2.6.

### **2.3 Aproximação do campo de pesquisa: dilemas éticos**

Durante o segundo ano de realização da pesquisa, um primeiro dilema ético se apresentou a este trabalho: a não submissão do estudo ao Comitê de Ética em Pesquisa (COEP). A decisão de realizar uma mobilidade acadêmica no primeiro semestre de 2012, associada à necessidade de ajustes e adequações no projeto após a banca de qualificação (dezembro de 2011), adiou a submissão do projeto de pesquisa ao COEP para junho de 2012. Contudo, a UFMG aderiu à greve nacional dos professores de universidades públicas, paralisando suas atividades até a primeira semana de outubro, quando a greve findou. Esse fato compeliu-nos a iniciar as atividades de campo sem o parecer do COEP.

Com o retorno da greve, já em outubro, reavaliamos a submissão do estudo ao Comitê. Decidimos não efetuar-la, por duas principais justificativas. Primeiro, porque não havia tempo hábil para tal. As tramitações no COEP são morosas, e restavam, naquele momento, apenas três meses para o término do prazo da pesquisa – prazo este improrrogável para pesquisadores bolsistas, conforme o regulamento do PPGPSI/UFMG. Associado à primeira justificativa, era grande o risco de inviabilização da pesquisa pelo COEP pela antecipação da coleta de dados à emissão de seu parecer. A paralisação das atividades da UFMG por quase três meses, juntamente com o plano de formação traçado com a orientadora da pesquisa, inviabilizaram o cumprimento desta exigência institucional.

É importante ressaltar aqui que reconhecemos e respeitamos as normas institucionais para garantia da ética em pesquisas que envolvem seres humanos. Nossa decisão não se tratou de insubordinação a essas normas. Contudo, consideramos que a dimensão ética de uma investigação pode ser avaliada também, e sobretudo, pela reflexividade dos pesquisadores envolvidos e pela coletivização e discussão dos dilemas que se apresentarem ao longo do

desenvolvimento da pesquisa. É o que tentamos fazer ao longo deste trabalho. A inserção da pesquisa em espaços acadêmicos institucionalizados, como o NPP, o NEPECS e o PMPC foram primordiais para nosso afinamento teórico-metodológico e para o compartilhamento dos dilemas éticos com os quais nos deparamos.

A proposta metodológica inicial era aproximar-me do campo com a ajuda da APROSMIG, com a qual a equipe da PMPC já possuía parceria estabelecida. Mas minha condição masculina me garantia acesso irrestrito aos hotéis na condição de “cliente” e, portanto, realizei assim a primeira visita ao campo em julho de 2012. Circulei pela região por algumas horas. Entrei nos hotéis, observei a circulação de clientes e a movimentação das ruas Guaicurus, São Paulo e Curitiba. Assim, a forma como se deram as primeiras aproximações do campo apresentou-me um segundo dilema ético. Em que implicaria minha inserção nos hotéis através da representação de um personagem (cliente)? Que efeitos minha presença de pesquisador/cliente produziria no cotidiano daquele espaço?

Esse dilema foi bastante discutido em orientações individuais e debates coletivos no NEPECS/FAFICH. O processo de observação nos hotéis não prescindiu de nenhum consentimento prévio, já que sua natureza pública (para os homens) possibilitou minha inserção anônima naquele espaço. Durante as aproximações com as prostitutas, me dirigi a elas como se fosse um cliente. Fiz perguntas sobre o programa, fiz propostas de trabalho e ensaiei algumas tentativas de avançar na conversa (na maioria delas, mal sucedidas). No caso dos homens que por ali circulavam, dava atenção aos comentários aleatórios, vez ou outra fazia alguma pergunta, iniciava algum assunto ou dirigia-lhes algum comentário. Quando não estava em comunicação verbal direta com os clientes ou com as prostitutas, observava o espaço, as pessoas e as interações. Em três inserções, fui acompanhado de amigos. Interessou-me com essas visitas participar de interações que somente poderiam ser produzidas com a presença de pessoas conhecidas: a abordagem coletiva das prostitutas e diálogos/interações que pressupõem intimidade. Após inúmeras reflexões, não identificamos nenhum entrave no acesso ao campo na condição de “possível cliente”, já que não vislumbramos nenhum risco, dano ou prejuízo para as/os participantes da pesquisa (neste caso, prostitutas e clientes). Ainda assim, toda a reflexão sobre a relação entre pesquisa, autoridade científica, poder e ética seguiram nossos caminhos.

Aproximadamente três meses após a primeira inserção no campo, tendo

realizado visitas constantes à região da Guaicurus (aproximadamente 30 visitas), decidimos avançar com a coleta de dados e realizar as entrevistas com as prostitutas. Inicialmente, eu me aproximava como cliente e, em seguida, lhes falava da pesquisa e da possibilidade de participarem como voluntárias. Esse processo foi extremamente desagradável para mim. Realizei dezenas de tentativas e praticamente todas as prostitutas se negaram a participar. A grande maioria afirmava que a participação delas implicaria em perdas financeiras, visto que pagam uma diária no hotel a cada oito horas de trabalho. Tive de me submeter a situações bastante constrangedoras, já que várias delas não fizeram questão de ser cordiais. Algumas afirmaram taxativamente que só se dispunham a dar a entrevista se fossem pagas pelo tempo despendido.

Apesar do desestímulo, levei a dificuldade para os grupos de pesquisa com os quais tenho interlocução. E apresentou-se um terceiro dilema ético no percurso da investigação. Em que implicaria realizar entrevistas remuneradas com as prostitutas? Quão indutiva seria a remuneração na participação delas? Como se posicionam as instituições normativas de pesquisa científica sobre essa questão? O que estava em jogo naquele momento era a viabilidade metodológica da pesquisa.

Na literatura revisada não há nenhuma referência à remuneração das participantes dos respectivos estudos. A pesquisa de Barreto, Silveira e Grossi (2012), que objetivou realizar um estudo etnográfico com homens prostitutos em Florianópolis, menciona a realização de um pagamento de R\$ 100,00 a um dos participantes da pesquisa, que colaborou como informante nas visitas ao campo e mediou a relação das pesquisadoras com outros garotos de programa. As pesquisadoras afirmam ainda que, pela impossibilidade de realizar outros pagamentos em dinheiro ao participante, ofereceram-lhe serviços em troca de sua colaboração, como criação de sites e conversão de material audiovisual. Segundo elas, essa foi a única forma encontrada para se aproximarem dos prostitutos. As pesquisadoras não identificaram nenhum tipo de prejuízo à pesquisa. Ao contrário, avaliaram positivamente a participação do sujeito de pesquisa remunerado.

Do ponto de vista normativo, uma revisão da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde – que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos – alterou vários elementos do texto. Dentre as alterações, que foram resultado de uma consulta pública realizada em 2011, a proibição à remuneração para participantes de pesquisa foi suprimida, conforme o



item *II.14*. Até então, a regulamentação nacional proibia quaisquer formas de remuneração a sujeitos de pesquisa, conforme item *II.10* da resolução original. Internacionalmente, a remuneração para participantes é consentida desde 1993, quando foram criadas pela *Council for International Organizations of Medical Sciences (CIOMS)*, com a colaboração da Organização Mundial de Saúde (OMS), as *Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Envolvendo Seres Humanos*. Segundo a “*Diretriz 4*”, relacionada com a indução à participação

Os indivíduos poderão ser pagos pela inconveniência e pelo tempo gasto, e devem ser reembolsados das despesas decorrentes da sua participação na pesquisa; eles podem receber, igualmente, serviços médicos gratuitos. Entretanto, os pagamentos não devem ser tão grandes ou os serviços médicos tão abrangentes a ponto de induzirem os possíveis sujeitos a consentirem participar na pesquisa contra o seu melhor julgamento (“indução excessiva”)... (CIOMS, 1993).

O debate na comunidade científica sobre a remuneração de participantes não é recente. Esse dilema acompanha a criação dos mecanismos de regulamentação das pesquisas que envolvem seres humanos. A principal crítica a esses mecanismos é que eles avaliam todos os empreendimentos de pesquisa a partir do modelo biomédico. Nesse debate, os argumentos mobilizam fundamentos como a indução da participação, os vieses metodológicos da pesquisa, as especificidades das ciências humanas e os danos e prejuízos causados aos sujeitos em função de sua participação.

O estudo realizado por Cunha (2010), intitulado *Pagamento a sujeito de pesquisa na perspectiva ética de membros do sistema COEP/CONEP*, buscou analisar os discursos que sustentam as diferentes posições de membros do sistema CEP/CONEP, a partir da avaliação de casos hipotéticos de pesquisa envolvendo remuneração de participantes. Apresentamos, sinteticamente, os resultados apontados pelo estudo.

Os discursos obtidos com a avaliação dos casos hipotéticos foram categorizados em perspectivas “favoráveis”, “contrárias” ou em “oposição interna” aos pagamentos. A evidência de relação opositora identificou que os discursos contrários foram majoritariamente restringidos por alegações sobre indução indevida ou por críticas à mercantilização. As perspectivas favoráveis, por outro lado, restringiram-se pelo reconhecimento de função compensatória ou metodológica dos pagamentos. Considerando a rede semântica que constitui os interdiscursos desde históricas relações de poder, o objeto do estudo foi identificado como marcador de relação polarizada entre um “ethos hegemônico”, que defende o pagamento, e um “ethos contra-hegemônico”, que o proíbe... (p.5)

O caso hipotético utilizado nas avaliações realizadas pelo cenário de “Pesquisa Sociológica”<sup>8</sup>, que teve como propósito “*verificar considerações éticas a respeito de ressarcimentos por tempo de trabalho perdido em pesquisas com previsão de baixos riscos*” (p.40), é, coincidentemente, uma situação que envolve o pagamento de prostitutas. As três avaliações contrárias identificadas neste cenário se sustentam por uma crítica à mercantilização da pesquisa científica (1), pela necessidade de submeter-se as normatizações institucionais (1) e pelo risco de vieses metodológicos (1). Apresentaram-se favoráveis ao pagamento das prostitutas cinco participantes com os seguintes argumentos: uma suposta ausência, neste caso, de viés metodológico (1) e a necessidade de compensação de danos (renda) às prostitutas participantes (4) (Cunha, 2010).

As dezenas de mulheres que se negaram a participar desta pesquisa e/ou reivindicaram algum pagamento pelo tempo disponibilizado para a entrevista, estavam, dentre outras coisas, denunciando o dano financeiro que o estudo causaria a elas. Duas horas de entrevista representam, para elas, duas horas “perdidas” de trabalho. Assim, optamos por remunerar as prostitutas entrevistadas, por entender que o pagamento seria uma forma de compensação do dano de renda que a participação na pesquisa poderia lhes causar. A aproximação das participantes se deu, a partir daí, com minha imediata apresentação como pesquisador e, após o surgimento do desejo das prostitutas em serem pagas pelas horas disponibilizadas, com o anúncio imediato de tal possibilidade. A remuneração não foi padronizada, já que a renda das prostitutas também não é. A quatro delas, foi pago o valor de R\$30,00 por cada trinta minutos de entrevista. Para outras duas, foi pago o valor da diária do hotel por toda a entrevista, que segundo elas é a quantia que ganham em aproximadamente duas horas de trabalho (R\$175,00 e R\$130,00). Com esta decisão, buscamos também responder às seguintes diretrizes éticas da Resolução 196/96, versão 2012:

**V.6** - O pesquisador, o patrocinador e as instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa devem assumir, proporcionalmente, as responsabilidades de dar assistência integral aos participantes da pesquisa no que se refere às complicações e danos decorrentes da pesquisa. (Brasil, 2012).

**V.7** - Os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano

---

<sup>8</sup> O modelo metodológico do estudo de Cunha (2010) partiu da construção de quatro casos hipotéticos, utilizados para avaliar quatro cenários de pesquisa científica: 1) Ensaio Clínico, Fase I; 2) Pesquisa Sociológica; 3) Estudo Comportamental; e 4) Estudo com População Indígena.

resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, têm direito à indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa, os quais devem assumir, proporcionalmente, tais responsabilidades. (Brasil, 2012).

Não descartamos, contudo, a possibilidade de algum tipo de indução metodológica pela remuneração. Para minimizar os riscos de tais induções, avaliamos as motivações explícitas no consentimento à participação, explicitamos com detalhes a natureza da relação de pesquisa, investimos na construção do consentimento, de fato, livre e esclarecido (o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido se encontra no Anexo I) e nos mantivemos atentos às atitudes de cada participante no decorrer das entrevistas. Não encontramos nenhuma evidência de indução metodológica neste estudo em função da remuneração.

## **2.4 Caracterização geral do campo**

Quando o problema de pesquisa deste estudo se desenhou, optamos inicialmente por realizar entrevistas semiestruturadas com as mulheres prostitutas. Como estávamos interessados em conhecer as possibilidades de agência em experiências de subalternidade, a partir de uma análise interseccional, nos importava a aproximação com uma experiência de subalternidade marcada pelo cruzamento de diferentes sistemas de poder. Nesse sentido, optamos por investigar a experiência da prostituição em contextos de pobreza. A região da rua Guaicurus em Belo Horizonte nos pareceu apropriada. Localizada no hipercentro da capital mineira, essa região abriga inúmeros hotéis de prostituição, além da Praça da Rodoviária (Praça Rio Branco), onde as mulheres marcam seus “pontos” nos bancos e cantos da praça, em meio ao tumulto do centro e da intensa circulação de transeuntes. É uma região que congrega serviços, comércios e outras ofertas para as camadas populares da cidade, o que a torna uma região de circulação preponderantemente popular. As características da região oportunizam o desenvolvimento de trabalhos informais como coleta de material reciclável, prostituição, arte popular de rua e comércio ambulante. A marginalização histórica desse espaço potencializa práticas ilícitas como o uso e tráfico de drogas, pequenos

furtos, estelionato e exploração do trabalho infanto-juvenil, assim como agrega diferentes modos de vida marginais como a mendicância e a trajetória de vida nas ruas.

Não realizei muitas visitas à Praça da Rodoviária. A prostituição nessa região se mistura com as inúmeras atividades que são ali desenvolvidas, além de disputar espaço com a circulação pública e toda a dinâmica de trânsito que se estabelece no centro da capital. A institucionalidade dos hotéis pareceu-me produzir uma sociabilidade específica. Ela publiciza a prostituição e provoca interações mais constantes e concretas entre prostitutas, comerciantes, clientes, transeuntes. A prostituição nos hotéis participa ativamente das interações da região boêmia da cidade. Essa característica acabou conduzindo minha trajetória de campo, com maior frequência, à região dos hotéis. A invisibilidade da prostituição na Praça da Rodoviária é também identificada na pesquisa de Barreto (2008), e parece ser uma das razões que levam algumas mulheres que ali trabalham à preferência por este ambiente de batalha:

Muitas prostitutas afirmam que gostam de “fazer ponto” nesta região por não serem diretamente identificadas como prostitutas, uma vez que pode parecer que estavam apenas descansando. Esse fato é proporcionado não só pela grande circulação de pessoas, mas também pelas roupas, “comuns” e não decotadas, e pela idade das mulheres, sendo que algumas possuem 50 ou 60 anos, que muitas vezes não evidenciam a sua atividade, uma vez que não condizem com o estereótipo da prostituta. Os clientes costumam ficar sentados em pequenos grupos, o que também dificulta a sua identificação. Quando abordadas pelos clientes, em geral as mulheres negociam o preço na própria rua e depois vão para algum motel próximo (p.59).

Os hotéis estão localizados, basicamente, em quatro quarteirões da zona boêmia, entre as ruas Guaicurus e São Paulo. Segundo Barreto (2008), os hotéis surgiram a partir de uma série de tentativas de controle dessa prática na capital, que demarcaram as chamadas “zonas” onde estas atividades estariam liberadas para serem desenvolvidas. A seguir, apresentamos um mapa desenvolvido por Barreto (2008) que, apesar de pequeninas informações desatualizadas, traz um esboço da disposição dos hotéis na zona boêmia.

**Figura 1: Mapa da Zona Boêmia de Belo Horizonte**



**Fonte: Barreto (2008)**

Não é tarefa difícil identificar os hotéis. Mesmo não tendo nas fachadas nenhuma informação que os identifique imediatamente como espaços de prostituição, o constante “sobe e desce” de homens denuncia a natureza das atividades ali desenvolvidas. Em meio a lanchonetes, estacionamentos e outros comércios, os clientes disputam a calçada com transeuntes e trabalhadores(as) fatigados(as) à espera de seus ônibus. A proximidade da região com a rodoviária municipal e os principais shoppings populares do centro da capital se reflete na estética das pessoas que, geralmente, carregam muitas sacolas, malas, mochilas e embrulhos.

Os hotéis, apesar de diferentes, compartilham uma característica arquitetônica: são formados por grandes corredores, contendo quartos de

aproximadamente 2,5 m x 2,5 m. À entrada de cada um deles, se vê posicionado um porteiro/segurança que, vez ou outra, requisita identificação daqueles que aparentam ter menos de dezoito anos. Pelos corredores, algumas portas abertas, outras fechadas. A intensidade da circulação é variável. Entre meio dia e 19h nos dias úteis, e nas manhãs de sábado, é praticamente impossível alcançar a rua sem ter esbarrado em pelo menos dois ou três clientes pelos corredores. A proximidade com os primeiros e últimos dias do mês também altera significativamente o fluxo de circulação. Pela manhã e após as 20 horas a movimentação diminui.

Compondo o cenário dos corredores, veem-se homens andando, parados, olhando para o tempo, conversando, passeando entre um quarto e outro. Em alguns momentos o corredor é fechado por uma massa de clientes que se aglomera na porta de algum quarto, dando a entender que ali há algo inusitado para se observar. Há sempre música de fundo. Entre uma balada de *funk*, pagode ou *dance music*, escutam-se sempre os passos dos clientes pelos corredores, conjugados com gargalhadas e prosas. A salada de perfumes e incensos se mistura com o tabaco e com o que algumas pessoas costumam chamar de “cheiro de sexo” ou “cheiro de pele”. O calor, quase insuportável, denuncia a ausência de janelas e outros mecanismos de ventilação na maioria dos hotéis. Alguns possuem iluminação fúnebre; outros, mais claros, permitem uma visualização dos detalhes, dos olhares e das feições das pessoas. Em cada quarto, uma surpresa. Deitadas, de bruços, sentadas, dançando, assistindo TV, lixando as unhas, lendo revistas, discretas, despudoradas, brancas, loiras, pardas, gordas, negras, jovens, senhoris, cordiais, sedutoras, apáticas... prostitutas mil desfilam seus atrativos pelos corredores e pelos quartos.

A heterogeneidade das prostitutas não perde em nada para a diversidade dos clientes. Jovens, brancos, negros, idosos, alcoolizados, sozinhos, grosseiros, em grupo, grisalhos, curiosos, “piadeiros”, apressados, desconfiados, irritados ou despreocupados. Em termos de diversidade, os corredores dos hotéis lembram bem a movimentação da Praça Sete de Setembro, no centro da capital.

Certamente há regularidades. Em alguns hotéis, é possível identificar “tipos” mais comuns de clientes, da mesma forma que alguns “tipos” de prostitutas só podem ser encontrados em hotéis específicos. Os valores dos programas, das diárias dos hotéis e algumas condições socioeconômicas, tanto das prostitutas quanto dos clientes, são visivelmente hierarquizados na zona boêmia. O comentário

recorrente entre amigos na calçada de que “...da *Brilhante pra baixo o nível vai caindo*” (Diário de campo, 23/08/12, 18h) é uma evidência das distinções que se (re)produzem naquele espaço, apesar da diversidade que salta aos olhos. Trataremos com mais cautela desses aspectos no capítulo 5.

O que não faltam ao campo de pesquisa (como em qualquer outro) são as ambiguidades e contradições. É possível observar mais sorrisos naqueles hotéis onde as mulheres parecem ter menos rentabilidade no trabalho. Um lugar majoritariamente heteronormativo também abriga possibilidade de outros encontros e sociabilidades. Os códigos de masculinidade compartilhados entre os clientes nas interações pelos corredores escondem desejos, taras e fantasias que não poderiam ser compartilhados entre eles. O trabalho árduo é, por vezes, sinônimo de diversão ou distração para as prostitutas.

Buscaremos abordar essas características ao longo deste trabalho a partir de nossas lentes analíticas, procurando desvelar continuidades, regularidades, predisposições, ambiguidades e/ou contradições. É importante ressaltar aqui que, além das visitas aos hotéis e à Praça da Rodoviária, utilizamos como fontes de dados uma visita de campo da PMPC à APROSMIG, a participação no debate público intitulado “Plenária Metropolitana: a prostituição e os desafios do feminismo”, realizado no dia 15 de julho de 2012 e organizado pela Marcha Mundial das Mulheres (MMM). Participamos também do evento “Dia Mundial sem Preconceito”, organizado pela Fundação Doimo, em parceria com a Rede UAI Shoppings e com várias organizações não governamentais, dentre elas a APROSMIG, realizado dia 29 de setembro de 2012. O evento contou com diversas atividades organizadas pelos movimentos sociais, incluindo o desfile Miss Prostituta 2012.

## 2.5 Caracterização geral das prostitutas entrevistadas

Nome	Idade	Cor/raça*	Orientação sexual*	Tempo de Profissão	Estado civil	Situação conjugal	Filhos(as)	Origem	Escolaridade
Bruna	32	Branca	Heterossexual	7	Separada	Sozinha	02	Belo Horizonte	Fundamental Incompleto
Capitu	41	Parda	Heterossexual	10	Solteira	Namorando	00	Interior de Minas	Cursando Técnico de Enfermagem
Gabriela	33	Branca	Heterossexual	4	Separada	Sozinha	02	São Paulo	Ensino Médio Completo
Jéssica	37	Parda	Heterossexual	10	Solteira	Sozinha	01	Espírito Santo	Fundamental incompleto
Laura	56	Parda	Heterossexual	22	Solteira	Sozinha	01	Interior de Minas	Fundamental incompleto
Madalena	19	Branca	Bissexual	7	Solteira	Namorando três	00	Brasília	Curso Técnico Design

\*Autodesignação



## 2.6 Analisando os dados: das estratégias e categorias analíticas

Buscamos analisar os dados ao longo de todo o trabalho. Embora os componentes mais significativos das análises estejam contemplados no capítulo 5, tentamos construir algum diálogo com o campo ao longo dos demais capítulos. Sempre que possível, apresentamos recortes do diário de campo, das entrevistas e de outras fontes de dados de que lançamos mão no estudo.

A partir dos tensionamentos apresentados pelo campo de pesquisa e do referencial teórico-metodológico utilizado, organizamos os dados coletados em três categorias centrais de análise. Para tal, recorreremos à técnica de *análise de conteúdo*, buscando identificar agenciamentos na experiência da prostituição a partir da análise de suas narrativas e das interações por elas estabelecidas no cotidiano de trabalho. Interessou-nos conhecer a experiência dessas mulheres a partir (a) das “*condições de subalternidades*” que circunscrevem suas vidas e (b) das “*experiências de enfrentamento*” que vivenciam no cotidiano.

Lembramos ainda que essas três *categorias centrais* foram articuladas ao que chamamos no capítulo 2.2 de *categorias transversais*. Assim, as análises também foram realizadas a partir dos três dispositivos de articulação de categorias sociais apontados por Mayorga e Prado (2010): (a) *naturalização das desigualdades*, (b) *tensão entre público e privado* e (c) *tensão entre diferença e igualdade*. Buscamos identificar de que forma esses dispositivos operam na experiência das entrevistadas.

Analisar a dimensão da experiência pressupõe uma aproximação das dimensões do “*vivido*” e das “*reflexões sobre o vivido*” pelas prostitutas. As categorias analíticas centrais e transversais estão diluídas ao longo do texto de análise. Optamos por um texto corrido, não fragmentado, numa narrativa única. Entendemos que a fragmentação do texto, nesse caso, limitaria o exercício analítico, já que pressupomos que essas dimensões estão intrinsecamente articuladas ao nível da experiência.

### 3. A PROSTITUIÇÃO NA MODERNIDADE: DA HIGIENE SOCIAL AO FEMINISMO CRÍTICO

Não poderíamos deixar de abordar alguns elementos históricos que atravessam a experiência atual da prostituição. Nossa intenção não é endossar uma versão única dessa história, mas identificar alguns efeitos que são produzidos na vida de várias mulheres prostitutas pela legitimação dessa versão da história. Não é tão habitual encontrarmos relatos de prostituição a partir de narrativas das próprias prostitutas. É mais comum encontrarmos documentos e registros que contam essa história a partir das instituições que dela se apropriaram. Igreja, Estado e Ciência são as principais instituições que se debruçaram sobre a prostituição, na tentativa de compreendê-la, de atribuir-lhe significado e, conforme veremos ao longo deste capítulo, de regulamentá-la, aboli-la, ou até mesmo, desmistificá-la.

Durante parte significativa da história cristã ocidental os discursos produzidos pela religião sobre a prostituição se aproximavam bastante daqueles produzidos sobre a homossexualidade, sobre a pederastia e sobre outras práticas sexuais que não estivessem relacionadas à organização familiar nuclear, heterossexual e procriativa. Na filosofia medieval, especialmente através de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, buscou-se caracterizar o modelo de conduta daqueles(as) que alcançariam a salvação, e, ao contraporem a virtude ao vício, essas práticas passaram a ser consideradas como pecado. Esse momento influenciou profundamente a construção de um lugar específico para a prostituição (e outras práticas sexuais tidas como pecaminosas) nas sociedades cristãs ocidentais. O ápice desse discurso foram, certamente, os efeitos nefastos da inquisição católica, que por muitos anos empreendeu uma caça sangüinária às mulheres julgadas “ímorais”, dentre as quais eram incluídas aquelas que faziam sexo por dinheiro. A caça às bruxas foi uma das maiores lutas, dentre as já travadas, pela erradicação da prostituição no ocidente (Araújo, 1999; Roberts, 1998).

A ideia de pecado é milenar. Ela organiza discursos e práticas de inferiorização e desqualificação de mulheres prostitutas por quase dois mil anos. Através dos tempos, essa ideia segue seu curso e ainda circunscreve os sentidos e significados do mundo na atualidade. O que não é diferente no contexto da zona boêmia de BH. Vejamos um recorte do diário de campo, em que travo um diálogo

com uma mulher no ponto de ônibus em frente aos hotéis da Rua Guaicurus:

Estava intrigado com tantas pessoas que observavam o trânsito na entrada dos hotéis. Homens, mulheres, jovens, idosos... até crianças, mesmo sem saber ao certo o que ali se passava, pareciam perceber que algo havia para observar. Inquieto, não hesitei em iniciar uma conversa com uma senhora que parecia estar esperando seu ônibus. Aparentando uns 65 anos, parda, com cara de assustada, e ao mesmo tempo curiosa, segurava firme sua bolsa à frente do corpo. “*Será que elas ganham muito dinheiro?*” perguntei, aproximando-me... “*Sei não meu filho... mas dinheiro não paga tudo não.*” Com olhar desconfiado, ela tentou finalizar a conversa... Insistindo, lhe perguntei: “*A senhora sempre pega o ônibus aqui?*” Sem hesitar, ela logo respondeu: “*Graças a Deus não, meu filho... sempre pego na rodoviária, mas nesse sol, quem aguenta? É triste ficar vendo essas coisas... A gente tem que rezar muito para essas pessoas que estão em pecado... é muito triste...*” (Diário de Campo, 23/09/2012, 16:00h).

A noção de pecado para esta mulher pareceu-me instituir, naquele contexto, sentimentos como pena, compaixão ou piedade, talvez pela sua forte associação à prática de sodomia. A sodomia não é considerada um estado concreto de alguém, em si mesma, mas um potencial a que estão sujeitas quaisquer pessoas que estejam enveredadas no pecado (Weeks, 2001), e que, portanto, poderiam ser convertidas ou arrebanhadas. Nessa perspectiva, a prostituição é considerada um efeito e não uma causa em si mesma, passível, portanto, de intervenções que possam revertê-la. A oração é o recurso ao qual a mulher do ponto de ônibus tem acesso para lidar com aquela situação – que visivelmente a incomodava – buscando interceder pelas “almas pecadoras”, junto às entidades superiores. O pecado ainda organiza fortemente a atribuição de sentidos à prostituição na atualidade.

Alguns estudos apontam dois momentos cruciais em que o controle social da prostituição, na modernidade, assumiu caráter mais explícito no cotidiano das cidades (Barreto, 2008; Roberts, 1998; Soares, 1992). As *políticas higienistas do século XIX*, especialmente a partir da propagação da sífilis, e o *combate à contaminação e propagação do HIV/AIDS*, no final do século XX. Abordaremos brevemente esses dois momentos, com maior ênfase no primeiro, buscando identificar alguns de seus efeitos para o cotidiano das mulheres prostitutas em Belo Horizonte. Para nos ajudar, traremos algumas análises da prostituição no Rio de Janeiro, ainda que haja algumas diferenças em relação ao contexto de BH.

Na modernidade, a noção de pecado sofreu um deslocamento, especialmente através dos discursos médico/psiquiátricos e sanitários. A ciência médica, na busca por construir padrões de normalidade, endossou inúmeras hierarquias sociais vigentes, classificando inúmeras práticas sexuais como desvio de conduta ou

patologia. A doença, portanto, passou a fazer parte do vocabulário e dos sentidos (re)produzidos no cotidiano social para referir-se à prostituição e às prostitutas. O trabalho de Engel (1989) apresenta detalhadamente a história da apropriação do sexo comercial pelo discurso médico no Rio de Janeiro do século XVIII, e de que forma a noção de doença foi decisiva para o desenvolvimento de práticas higienistas empreendidas pelo Estado brasileiro.

As transformações ocorridas a partir do século XIX reconfiguraram o cenário social, possibilitando a invenção e emergência de diferentes formas de prostituição. Entre essas transformações, devem ser ressaltadas o processo de industrialização, a reorganização do trabalho e o crescimento dos grandes centros urbanos. No caso do Rio de Janeiro, em função da persistência escravista por quase todo o século XIX, essas transformações foram marcadas pelo convívio entre aquilo que era reconhecido como trabalho – a partir dos parâmetros burgueses – e o que não era reconhecido como tal. A complexa estrutura social e econômica que se constituiu e o rápido crescimento populacional fizeram com que *trabalho* e *não-trabalho* compartilhassem os mesmos espaços da cidade (Engel, 1989). Essa realidade desafiava o projeto de desenvolvimento iniciado no Brasil<sup>9</sup>, já que o cotidiano das cidades denunciava a desigualdade estrutural que a modernização do país estava produzindo. O que gerou, então, uma série de empreendimentos higienistas na cidade. Fortemente influenciado pelo pensamento liberal, o higienismo buscou consolidar o compromisso do Estado com o bem-estar e a saúde da população. O que nos interessa, para este estudo, nessa política higienista é a estreita vinculação produzida entre o *problema a ser resolvido* e o cotidiano de grupos sociais específicos: prostitutas, homossexuais, mendigos, negros e negras errantes, alcoolistas, etc.

A política higienista estatal dos séculos XIX e XX foi sustentada, em grande medida, pelo discurso científico. Na busca por classificar as práticas sociais, a Ciência Médica e Psicológica conferiu *status* de patologia a inúmeras experiências sociais, estigmatizando-as. A prostituição foi associada à mendicância, alcoolismo e vadiagem, e reconhecida nos textos imperiais, no âmbito da desordem moral e social (Engel, 1989). As políticas higienistas empreendidas no Brasil do século XIX

---

<sup>9</sup> Há certo consenso entre alguns autores de que a chegada da família real ao Brasil, em 1808, marca o início de um processo de modernização do país, a partir da importação dos modelos econômicos e institucionais da Europa (Souza, 2003; Engel, 1989; Fernandes, 1964/2008).

atingiram diretamente esses grupos, então reconhecidos como vetores de insalubridade para a cidade. A associação entre condição de saúde/doença à condição socioeconômica permitiu a identificação de populações e territórios da cidade em situação de risco e, o que se tornou mais problemático, a identificação de populações que ofereciam riscos à coletividade, por condições ou condutas sociais específicas. Nesse sentido, a posição no mercado de trabalho e as práticas sexuais, por exemplo, foram tomadas como parâmetros definidores para o reconhecimento ou a segregação desses grupos. Aos(às) vadios(as), mendigos(as), prostitutas e alcoolistas foram determinados lugares e regiões da cidade que garantissem a proteção da população geral.

No Brasil, o saber médico se tornou o pilar da nova representação que se produziu sobre a prostituta no século XIX. Após incansáveis estudos para definir, identificar a gênese, descrever sintomas e propor tratamentos, a medicina construiu as categorias pelas quais a modernidade passou a observar e significar a experiência da prostituta: a *perversão* (a doença física), a *depravação* (a doença moral) e o *comércio do corpo* (a doença social). A perversão é a categoria pela qual a sexualidade foi patologizada. Associada ao prazer excessivo e à ausência de finalidade reprodutora, a prostituição foi classificada pelo médico como sexualidade pervertida, tal qual a lésbica, o libertino, o pederasta, o onanista, o sodomita e a ninfomaníaca. Associada à irracionalidade e à imoralidade, caracterizadas pela suposta fragilidade da formação espiritual e intelectual do indivíduo, a prostituição foi moralizada através da categoria depravação. A ideia de pecado é atualizada nesta categoria, em que o predomínio do instinto sobre a razão, a degradação moral e a ignorância caracterizam a imoralidade da prostituição. Doente, entregue à imoralidade, a prostituta estaria, portanto, suscetível ao ócio. Contrapondo-se à noção de trabalho, a comercialização do corpo se associa ao trabalho escuso e ilegal. Nos textos do século XIX, mesmo descrita muitas vezes como ofício, ocupação ou comércio, a prostituição é considerada socialmente improdutiva, ao nível dos bêbados, jogadores, ladrões, mendigos, vagabundos, capoeiros, estelionatários (Engel, 1989).

Apresentamos a seguir, trechos do diário de campo que demonstram algumas formas pelas quais os discursos de higiene social perduram em nossas sociedades, e se materializam em nossas predisposições de percepção e ação, diante de contextos específicos.

Fiquei receoso em deixar o carro na rua. As pessoas sempre dizem que a violência nessa região é uma constante. Preferi deixá-lo num estacionamento, e me render à violência do mercado de vagas que prolifera pela cidade. Desci... Verifiquei por duas vezes se havia ligado o alarme do carro. Pensei muito se deixaria a mochila ou a levaria comigo. O que seria menos perigoso? Ao sair do estacionamento, vi um grupo de rapazes catadores de papel. De chinelos nos pés e empoeirados do lixo e da cidade, eles tinham a pele negra acinzentada. Em frente a uma lanchonete, montes de lixo disputavam o espaço da calçada com transeuntes. Olhando lá para dentro, logo pensei: “A comida aqui não deve ser muito confiável”. Entrei para comprar uma água... o calor estava aterrador. Desconfiado, olhei para as paredes, para os cantos, com uma certeza de que encontraria uma barata ou coisa do tipo. Não me atrevi a encostar em nada. [...] Os prédios sujos, sem pintura nova. O que sobrou dela (da pintura) se escondia por detrás de pichações já antigas. A arquitetura é velha, mal cuidada. Não me sentia acolhido por aquele espaço. Vez ou outra, um cheiro de esgoto me arrebatava. [...] Os bares acolhiam pessoas de todos os tipos. Mas foi difícil não notar os homens negros, “malvestidos”, acinzentados... Em vários momentos, pensei se tratarem todos de “nóias”. Percebi algumas movimentações diferentes... Sabia que o mercado do crack estava por ali organizado. O medo e o receio me acompanharam por alguns quarteirões. Evitei encarar qualquer pessoa, especialmente homens. Esse é um código de respeito entre nós homens. Olhar nos olhos é sinônimo de invasão de privacidade, de desafio ou de desejo. E não conseguia pensar que algum daqueles homens reagiria civilizadamente a qualquer uma dessas possibilidades. Acender o cigarro aguçou a atenção de uma mulher que estava passando. Ela logo me pediu um. Pego de surpresa, dei-lhe o cigarro e continuei a caminhar com certa irritação, até parar em frente ao hotel Brilhante. [...] Subindo as escadas, lembrei-me de uma frase habitual em minha adolescência: “Fulana está igual corrimão de zona”... Falávamos isso a respeito de alguma mulher que considerássemos “galinha” ou safada... Evitei encostar no corrimão. Olhando para ele, lembrei-me dos amigos me “zoando”, ao afirmarem que todos os homens saíam dos quartos sem lavar as mãos e logo tocavam nos corrimãos das escadarias. A primeira imagem do hotel era bem parecida com aquela que tinha na cabeça... Um lugar escuro, com cheiro forte... O chão parecia imundo, grudento... Alguns pisos quebrados... Homens feios, estranhos, circulando entre os corredores... Foi difícil não sentir nojo... (Diário de Campo, 09/08/2012, 22:00h).

O trecho mencionado toma outra conotação quando contraposto com minhas impressões finais do campo. Muitas delas se mantiveram. Outras, contudo, foram se transformando. Como se a sujeira fosse limpa e a escuridão fosse clareada. Aproximar-me daquele espaço significou trocar algumas imagens, cheiros, sons e cores que estavam registrados em minha memória. Considero esses registros, além de evidências da materialidade da segregação urbana, efeitos de discursos higienistas que moldam nosso olhar para a cidade e para a organização urbana a partir de dicotomias como sujo/limpo, bonito/feio, civilizado/incivilizado, salubre/insalubre, etc. Além das predisposições de percepção e ação que agiram naquele contexto (através de mim), não podemos desconsiderar a própria organização do espaço urbano, que aglutina nos mesmos territórios, sujeitos, grupos e experiências desqualificados socialmente. A região da Guaicurus abriga serviços e comércios destinados às camadas populares da cidade, além de ser uma região coabitada por moradores de rua, dependentes químicos, pequenos narcotraficantes,

trabalhadores ambulantes, mulheres prostitutas, travestis prostitutas, etc.

Engel (1989) associa os inúmeros empreendimentos de higienização do Rio de Janeiro do século XIX – e que certamente se estenderam aos demais projetos urbanos do país – a “quatro grandes conjuntos estratégicos, que desenvolvem dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo”, identificados por Foucault a partir do século XVIII: a histericização do corpo da mulher, a pedagogização do corpo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso (p.51).<sup>10</sup> Essas estratégias e dispositivos marcaram o privilégio dado à tematização da mulher e da criança na disciplinarização dos hábitos e condutas de higiene da população, organizando o saber médico na busca pela cura dos corpos doentes e, por conseguinte, das “populações doentes”. Nessa perspectiva, a mulher não teria outra função neste ordenamento higienista senão a de “mãe higiênica”, que deveria colaborar com o projeto de higienização das relações familiares (p.44). Atrelada ao sistema patriarcal, que atua de modo a confinar as mulheres no espaço privado, este ordenamento higienista submeteu as mulheres prostitutas ao seu projeto. Almas pecadoras, porque doentes e depravadas, pairavam errantes na cidade, que deveria agora ser iluminada para o progresso que já tardara.

As práticas higienistas marcaram o cotidiano da prostituição por todo o século XX. No início da década de 80, com o advento da AIDS, todo o sistema de saúde se mobilizou para frear a onda de contaminação e morte causada pela síndrome. Para combater a epidemia – considerada inicialmente como uma epidemia gay – o Estado criou uma série de programas de prevenção, especialmente junto às populações consideradas de risco. Homossexuais, prostitutas, hemofílicos, usuários de drogas injetáveis e outros grupos sociais foram alvo constante das intervenções estatais. Essa história marcou profundamente as representações desses grupos na cidade. Ao serem associados a uma condição potencialmente de risco, foram fortemente estigmatizados, vítimas de inúmeros escândalos morais no final dos anos 80 e 90. Podemos ver os efeitos desses estigmas e estereótipos na implementação de políticas de saúde do município de Belo Horizonte. Vejamos um pequeno trecho da entrevista realizada com Priscila, referência técnica do Programa DST/AIDS da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte.

---

<sup>10</sup> Engel (1989) cita Foucault, M. (1980). *História da Sexualidade: A Vontade de Saber* (ed.3, vol.1). Rio de Janeiro: Graal, pp.98-99.

Nós somos aquelas pessoas, a AIDS... Todas as populações de risco vêm pra cá. Fala que é ONG dentro da Secretaria de Saúde, da Ouvidoria do SUS, fala que é ONG não-sei-o-que, manda para a AIDS, até quando não tem nada de AIDS, mas vêm para cá. Então, não tem outra coordenação que trabalha com o público específico, esses que nós trabalhamos. Tem, por exemplo, aqui dentro da GEAS, pessoas que trabalham com populações como... esqueci o nome... com as... candomblé... quilombola, comunidades quilombola! E que é o máximo que eu vi de específico, comunidades quilombola. Então, não tem nenhuma coordenação que trabalhe especificamente com a saúde integral da prostituta, não. O que a gente tá tentando, como fizemos no Seminário LGBT de saúde integral LGBT aqui dentro, foi o primeiro também, para implicar as outras coordenações no processo da saúde integral e não só aqui. (Priscila, DST/AIDS/SMS/PBH, PMPC, 31/07/2012).

Conforme relatado por Priscila, a política de saúde é a única que atua com o trabalho das prostitutas. A ênfase na prevenção de doenças sexualmente transmissível é, sem dúvida, vestígio de uma história que desenhou a prostituta no imaginário social como doente e depravada e, portanto, passível de cura e/ou controle sanitário.

### **3.1 Prostituição e os dilemas feministas: abolição, regulamentação ou liberação?**

*Sí, los hombres pueden ser tiernos y precavidos. Sí, las mujeres pueden amar el sexo. Y sí, prostituirse puede ser una forma de reapropiarse del propio cuerpo y la sexualidad.<sup>11</sup>*

Morgane Merteuil

O pronunciamento de Morgane Merteuil, em setembro de 2012, em resposta aos esforços do governo francês para erradicar a prostituição no país, acirrou os debates sobre este tema na França e em todo o mundo. Em seu manifesto, Merteuil critica as posições abolicionistas da prostituição, interpelando os efeitos prescritivos que essas posições produzem na vida das mulheres. Segundo o pronunciamento de Najat Vallaud-Belkacem, ministra dos Direitos das Mulheres e porta-voz do governo francês, “a questão não é a de saber se queremos abolir a prostituição: a resposta é

---

<sup>11</sup> Trecho retirado do Panfleto “Liberad el Feminismo” publicado em 06 de setembro de 2012, por Morgane Merteuil, Secretária Geral do Sindicato das Trabalhadoras do Sexo – STRASS. Recuperado em 15 de dezembro de <http://blogs.elpais.com/aqui-paris/2012/09/mejor-puta-que-trabajar-en-una-f%C3%A1brica.html>



‘sim’. Mas temos de nos dar os meios de fazê-lo. Meu desejo, assim como o do Partido Socialista, é o de ver a prostituição desaparecer”.<sup>12</sup>

A tensão estabelecida entre a posição do governo socialista francês e a do sindicato das trabalhadoras do sexo não é recente. Ela remonta a um clássico dilema intelectual e político presente no campo feminista. Nesse dilema, diferentes compreensões sobre a prostituição e sobre a condição da mulher prostituta são postas em disputa. As posições são heterogêneas e, muitas vezes, antagônicas. Mobilizam diferentes abordagens teóricas feministas e articulam-se a partir de argumentos dos mais variados. Gostaríamos de apresentar alguns elementos importantes deste debate e, para tal, propomos abordá-lo a partir de três posições teórico-políticas que se fazem pano de fundo nas diferentes perspectivas sobre a prostituição: as *posições abolicionistas ou proibicionistas*, as *posições liberais* e, conforme chamaremos aqui, as *posições libertárias*.

Vários artigos e estudos fazem menção à evidência de duas ou três posições, sendo as mais citadas a abolicionista e a liberal. Encontramos ainda nomenclaturas como posições *radicais*, conforme apresentado em Macedo e Amaral (2005), e posições *regulamentaristas*, que consideramos ser similares ao que estamos chamando de posições *liberais*. Ressaltamos que a heterogeneidade evidenciada pelo debate feminista sobre a prostituição não se esgota na proposta analítica aqui anunciada. Contudo, apostamos que tal proposta pode ser frutífera para a construção dos argumentos deste estudo.

As posições abolicionistas parecem ser as mais recorrentes no cenário acadêmico e político. Sustentadas por diferentes abordagens dos feminismos da chamada *primeira onda* e, expressivamente, pelos aportes do *feminismo radical* das décadas de 70 e 80, essas posições defendem a total abolição de quaisquer práticas de prostituição de mulheres. A ideia central que organiza essas posições é a compreensão dessa prática como essencialmente opressora. Ela seria um dispositivo fundamental e central do sistema de dominação das mulheres pelos homens. Os feminismos da chamada *primeira onda* se organizaram em torno da denúncia de um sistema de dominação masculina que funciona a partir do controle e expropriação da sexualidade da mulher, da divisão sexual do trabalho, da domesticação da mulher através do casamento e da família e da negação de seus

---

<sup>12</sup> Trecho retirado do artigo “A ministra e a prostituta” de Eliane Brum, publicado em 15 de outubro de 2012 na Revista Época. Recuperado em 15 de dezembro de <http://revistaepoca.globo.com/>

direitos civis e políticos. Nessa perspectiva, a prostituição seria fundamentalmente um mecanismo de expropriação das mulheres. Nesse grupo se encontram muitas feministas socialistas, que buscaram construir um modelo de ação política numa perspectiva de ruptura com o sistema patriarcalista.

Surgidas a partir da década de 70, as chamadas *feministas radicais* buscaram radicalizar a crítica feminista, trazendo a sexualidade para o centro dos debates. Elas se organizaram em torno da ideia de patriarcado como um sistema político de dominação masculina sobre as mulheres. Os argumentos de Pateman (1988/1993) nos parecem ser bons representantes das ideias que fundamentaram posições abolicionistas sobre a prostituição. Esta autora, numa crítica à tradição contratualista, especialmente ao pensamento de Rousseau, discute a suposta liberdade individual que fundamenta e legitima a organização da sociedade a partir de contratos, apontando a existência de um pacto sexual original que sustenta a permanência dos homens no mundo público. Este pacto, atualizado nos contratos de casamento, manteria a mulher à total disposição do homem no mundo privado. Para Pateman (1988/1993), o contrato de prostituição como um contrato de prestação de serviços seria um dispositivo do patriarcado que mantém, no mundo público, os corpos das mulheres à disposição dos homens. A prostituição seria, portanto, um dispositivo contratual que garantiria o poder político dos homens a partir da submissão sexual das mulheres. Assim, romper com o patriarcado, nessa perspectiva, pressupõe erradicar a prostituição. Outro forte argumento das posições abolicionistas é a significativa vinculação do patriarcado ao capitalismo, que mercantiliza o corpo das mulheres através da prostituição.

Nessas posições, a resistência das prostitutas em aceitar sua condição de vítimas de opressão, ou ainda, o suposto desconhecimento por parte delas dessa condição, são lidos por algumas feministas como efeito de uma “subordinação internalizada”, como é o caso de Kate Millet (1969)<sup>13</sup>, ou como “transformação da necessidade em virtude” como é o caso de algumas feministas materialistas que dialogam com Bourdieu.

Já as posições liberais ou regulamentaristas vão construir uma compreensão diferente para a prostituição. Elas se sustentam, em sua maioria, na ideologia das liberdades individuais, e reconhecem a voluntariedade da prostituição, pela qual esta

---

<sup>13</sup> Ver Millet, K. (1969). *Política Sexual* (A. Sampaio, G. da Conceição & M. Torres, trad.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

se configura numa prestação de serviços. Algumas feministas liberais reconhecem a prostituição como um dispositivo de opressão das mulheres, mas vão criticar os efeitos de vitimização e marginalização das prostitutas causados pelos discursos abolicionistas. Criticam também o engessamento de tais posições, que não consideram a possibilidade de existência de prostitutas que, de fato, escolhem exercer essa atividade e dela obtêm seu sustento. Com tal engessamento, essas posições dificultam a conquista de melhores condições de trabalho para essas mulheres e a garantia de ambientes mais seguros e protegidos (M. Rodrigues, 2003).

As saídas oferecidas pelas liberais variam desde a regulamentação da prostituição pelo Estado até a aposta no mercado do sexo como pacificador da violência e da exploração. A regulamentação da prostituição em termos laborais facilitaria o acesso das prostitutas a seus direitos sociais e trabalhistas, além de fortalecer seus instrumentos de luta por melhoria nas condições de trabalho, contra o proxenetismo e contra o arbítrio dos clientes. Uma abordagem liberal ainda mais radical assemelha a oferta de sexo com a oferta de força de trabalho. Nessa ótica, investir nos fundamentos de regulação do mercado sexual possibilitaria reduzir os efeitos colaterais da ausência de regulamentação do trabalho da prostituta. Todas essas saídas visam minimizar os efeitos de vitimização e marginalização das prostitutas – considerados pelas posições liberais mais como resultados da clandestinidade do que como uma natureza própria da prostituição – e considerar os casos de entrada e permanência agenciados pelas prostitutas. Ainda assim, as liberais lutam contra o proxenetismo, a exploração sexual infantil, o tráfico e o turismo sexual, a pornografia e a prostituição forçada (Macedo & Amaral, 2005; M. Rodrigues, 2003)

Por fim, temos as posições libertárias. São posições feministas que defendem o direito das mulheres a exercerem a prostituição, caso queiram. A maioria dessas posições não identifica a prostituição como essencialmente opressora e criticam as posições abolicionistas e regulamentaristas, afirmando serem as primeiras, posições prescritivas e salvacionistas, e problematizando os efeitos negativos que a regulamentação traria à vida das mulheres prostitutas. Essas feministas apostam no poder como potência para o enfrentamento das mulheres à opressão e, dessa forma, a prostituição poderia representar experiência de resistência, já que rompe com algumas das instituições e regras fundamentais do patriarcado: a família, a

monogamia, a dependência feminina, a sexualidade procriativa, etc. (Garzaibal, 2001, 2006).

As posições libertárias ganharam força a partir do final da década de 80, acompanhando as tendências evidenciadas pela chamada *terceira onda* do feminismo. Voltando-se para si, as feministas problematizaram o próprio campo e a própria produção, questionando os efeitos das produções feministas brancas, eurocentradas e heterocentradas. Outras mulheres reivindicaram posições feministas no debate, a partir da emergência de feminismos negros, lésbicos, latino-americanos, pós-coloniais e do feminismo *queer*. Quem é o sujeito do feminismo? Essa pergunta foi para o centro do debate e interpelou as prescrições de mulher e de feminino que as feministas brancas do norte produziram para as mulheres do sul, lésbicas, latinas, etc. (Piscitelli, 2011). As prostitutas passaram a participar do debate e a dizer o que pensam sobre a própria condição. Uma série de posições favoráveis ao reconhecimento e liberação da prostituição emergiu na cena pública e acadêmica (Juliano, 2006).

Assim como fizeram as feministas radicais, a radicalização da sexualidade no debate foi o que permitiu, paradoxalmente, a interpelação das posições abolicionistas pelas feministas libertárias. Por romper com as prescrições do que deveria ser uma boa mulher, em termos de práticas sexuais, a prostituição permitiria a liberação sexual das mulheres e a apropriação do próprio corpo e de sua sexualidade. O pensamento de Gayle Rubin foi, certamente, um marco importante no debate. Ao radicalizar a abordagem sobre o sexo e a sexualidade, ela propôs um enquadre analítico da sexualidade como uma “economia política sexual” que hierarquiza experiências, patologiza práticas sexuais e estigmatiza identidades. Nessa hierarquia, o sexo comercial ocupa lugar de inferioridade, juntamente com o sadismo, o masoquismo, a pederastia, a pornografia, etc. As contribuições desta autora (que será mais bem explicitada no capítulo 4.1.3) influenciaram significativamente a emergência das posições libertárias. Ressaltamos um elemento fundamental dessas posições: são elas que consideram a experiência das prostitutas e o que elas próprias têm a dizer sobre sua condição. As posições libertárias são, muitas vezes, cunhadas pelas próprias prostitutas organizadas politicamente.

As opiniões das mulheres entrevistadas neste estudo evidenciam as tensões e conflitos que entremeiam esse debate. Não apresentando nenhum consenso, elas

têm opiniões que vão da regulamentação à liberação total da prostituição. Mas são diferentes os termos nos quais essa regulamentação ou liberação se dariam. As posições das prostitutas não vão se articular, necessariamente, a partir das cisões que evidenciamos no feminismo. Mas, certamente, essas posições podem ser influenciadas pela disseminação de tais cisões no cotidiano dessas mulheres.

*“Então... Eu acho que é muito difícil [regulamentar a prostituição]. Imagina... Eu vou numa loja, eu vou... sei lá... ‘Qual que é a sua profissão?’, aí você diz ‘Garota de programa?’. Porque eu acho que ainda tem muito preconceito. Entendeu? Muito. Porque se ela falar assim: ‘todo mundo vai ser...’. ‘Ah, ela é garota de programa. Ela ganha dinheiro fácil. Gosta de dinheiro fácil’ Não acho que a prostituição deveria ser legalizada não... Nem se a gente quisesse...”* (Gabriela, 33 anos, hotel Onda Livre, 08/11/2012).

*“Eu acho que seria interessante, cara. Seria bem interessante. Porque aí, as pessoas que estão de fora, as pessoas preconceituosas... elas não iam olhar de uma maneira ‘Nossa, rua da zona. Ali só tem puta’. Eles não iam pensar desse jeito. Por que se fosse tudo bonitinho, tudo legal, com carteira assinada, ia ser interessante. Ia dar um tapa de luva em muitos preconceituosos. E tem muitos preconceituosos, infelizmente é a realidade”* (Jéssica, 37 anos, hotel Magnífico, 13/11/2012).

*Preferia, com certeza! [trabalhar de carteira assinada] Muito mais. Ter os meus direitos. Porque nós não temos direitos. Se a gente ficar grávida, já era. Se não tiver dinheiro no banco, fudeu!* (Madalena, 19 anos, hotel Onda Livre, 23/10/2012).

A heterogeneidade de opiniões em relação à regulamentação da prostituição evidencia os paradoxos existentes no cotidiano da profissão, que por sua vez, reflete a própria diversidade de posições no campo feminista. Se a clandestinidade, por um lado, dificulta o acesso a direitos sociais e trabalhistas, por outro, possibilita maiores ganhos financeiros para as prostitutas. A não regulamentação possibilita a mobilidade, a autodeterminação na carreira, a flexibilidade no trabalho e a condição de ser “autônoma”. Como bem pergunta uma das entrevistadas, Capitu, “Qual o hoteleiro que vai assinar uma carteira de uma mulher com... 3 mil reais, 4 mil reais por mês?” O elemento que, a princípio, contribui para a desqualificação social da prostituição, ao mesmo tempo, potencializa os benefícios desta ocupação. Assim, há muitas profissionais do sexo que, visualizando a perda de determinados “ganhos” que a clandestinidade de sua ocupação lhes assegura, defendem a não regulamentação do trabalho. Essa é, por exemplo, a posição de Aparecida Vieira, Presidente da APROSMIG<sup>14</sup>. Vejamos a posição de Capitu, prostituta entrevistada neste estudo:

---

<sup>14</sup> Entrevista realizada com Aparecida Vieira, em 09 de março de 2012, pelo Projeto “Mulheres Promotoras de Cidadania”.

*“Quem iria assinar a carteira? Sob quantos salários? Pro dono do hotel? Quem? Fala quem? Então, projetos eles têm muitos. Esses dias, eu vi na televisão, nessa campanha eleitoral... Gente, era tanto projeto absurdo. ‘Vote em mim a favor da família’. Quê que ele pode fazer por aquela família? Como que você consegue meter o seu bedelho por uma família? Consertar aquela família, botar o filho no lugar certo, fazer o marido não trair a mulher, fazer todo mundo ficar bonzinho? São coisas absurdas que eles prometem. Tem isso aqui, eles estão querendo fazer isso [legalizar a prostituição]... mas como? Qual o hoteleiro que vai assinar uma carteira de uma mulher com... três mil reais, quatro mil reais por mês? Me explica! [...] Ela é impossível de ser implantada [uma legislação que regulamente a profissão]. E mesmo que fosse, imagina uma mulher: ‘Você trabalha do que?’, ‘Profissional do sexo!’ O neto, o filho: ‘Ô mãe, cê aposentou com o que?’ ‘Profissionais do sexo’ [muitos risos]... Eu posso olhar por todos os prismas, eu não consigo ver como. Porque isso aqui é uma máquina de ganhar dinheiro... Cê tá entendendo? Ninguém quer levar prejuízo. Se acontecer, alguém vai ter que ganhar menos e alguém ganhar mais. Quer dizer, alguém já ganha mais, né. (Capitu, 41 anos, hotel Magnífico, 15/11/2012)”*

Há outra preocupação articulada nas narrativas das prostitutas, que aparece vinculada com a regulamentação profissional. A desqualificação social da prostituição parece ser um dos principais entraves para tal. Mesmo com a possibilidade de acesso a direitos trabalhistas e ambientes de trabalho mais protegidos, algumas mulheres insistem em apontar o preconceito e o estigma deste trabalho como empecilho para a própria regulamentação. Essa constante parece reafirmar que, embora a regulamentação seja um desejo compartilhado por várias prostitutas, as dinâmicas de reconhecimento social (na verdade, de não reconhecimento social) no ambiente familiar e no convívio sócio-comunitário se apresentam como demandas mais urgentes na vida de algumas delas do que o reconhecimento jurídico e profissional propriamente dito. Para lidar com tal situação, essas mulheres constroem uma série de estratégias individuais e coletivas de enfrentamento à desqualificação social, que serão mais bem descritas nos capítulos posteriores.

O debate feminista acerca da prostituição apresenta como centralidade a clássica tensão *heteronomia x autonomia*. Os argumentos contrários ou favoráveis à regulamentação e/ou liberação da prostituição refletem as diferentes perspectivas sobre o potencial de agenciamento que possuem as prostitutas. Por detrás da luta pela abolição, está a visão da prostituta como vítima, oprimida, expropriada, subalternizada e explorada. No alicerce das posições libertárias, está a aposta na autonomia das mulheres e a visão da prostituição como possibilidade de afirmação de autonomia, experimentação do corpo e da sexualidade e interpelação do sistema sexo-gênero.

#### 4. PROSTITUIÇÃO E PODER: ENTRE SUBBATERNIDADES E AGENCIAMENTOS

Neste capítulo, enfrentamos o desafio de organizar o marco teórico que irá subsidiar nossas análises. Podemos dizer que nossas referências teóricas buscaram atender a dois objetivos que se interconectam. O primeiro deles é identificar alguns elementos estruturais que circunscrevem a experiência da puta pobre, especialmente a partir da hierarquia moral valorativa que se estabeleceu na modernidade (Taylor, 1989/1997), das disposições de classe que se fazem pano de fundo para a percepção e ação no mundo (Bourdieu, 1979/2006; Souza, 2003; Mattos, 2009a, 2009b) e, finalmente, do sistema sexo/gênero e sua direta relação com as hierarquias sexuais (Rubin, 1984/1989). Esse primeiro desiderato nos permitiu desenhar um “mapa” de algumas das interdições psicossociais que recaem sobre a prostituição de mulheres pobres e das forças de coerção e regulação que produzem tal experiência como uma experiência de subalternidade.

Os estudos subalternos inauguram no cenário intelectual um marco analítico das periferias colonizadas, ao abordarem a experiência dos(as) subalternos(as) como experiências daqueles que são impedidos de falar (Spivak, 1988/2010). A proposta pós-colonial desses estudos, que têm em Gayatri Spivak uma de suas principais representantes, busca analisar os efeitos da colonização nas sociedades periféricas, desvelando alguns dos mecanismos pelos quais o(a) subalterno(a) não possui condições de se representar politicamente e de produzir e narrar sua própria história e sua própria percepção do mundo. A subalternidade é a condição daquele(a) que está impedido de participar do circuito instituído, ou, retomando o sentido gramsciano do termo “proletariado”, daquele(a) cuja voz não pode ser ouvida (Almeida, 2010). “O termo subalterno, Spivak argumenta, descreve ‘as camadas mais baixas da sociedade, constituídas pelos modos específicos de exclusão de mercados, da reprodução política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante’ ” (Spivak, 1988/2000, citada por Almeida, 2010).

Uma das críticas apresentadas por Spivak, conforme aponta Almeida (2010), é a homogeneidade com a qual o termo subalterno é utilizado. Para ela, a ideia de subalterno como categoria universal e monolítica deve ser combatida, considerando

que a experiência da subalternidade é heterogênea, plural e diversificada. Nesse sentido, entendemos que a busca pelas respostas de seu principal desiderato – *Pode o subalterno falar?* – deve considerar a diversidade dessas experiências e, antes de tudo (ao nosso ver), tomar a experiência como o “chão de fábrica” na análise de opressões ou agenciamentos.

É seguindo esse horizonte que buscamos cumprir neste capítulo o segundo dos dois objetivos anteriormente mencionados: identificar porosidades e descontinuidades nas estruturas de exclusão e desqualificação da puta pobre, que nos permitam ver e analisar experiências de agenciamento. Para tal, buscamos tecer um quadro teórico a partir da noção de agência humana de Taylor, da microfísica do Poder de Foucault e das teorias feministas da autonomia.

#### **4.1 Prostituição e suas interdições psicossociais: algumas economias da desigualdade**

É um consenso entre os estudiosos das ciências sociais e humanas que o capitalismo das sociedades modernas se tornou pano de fundo para a produção de quaisquer experiências sociais. Esse modelo de produção subsidia dinâmicas de trabalho, constituição de hierarquias, processos identitários, dinâmicas de reconhecimento, etc. Bourdieu (1994/1996) pressupõe que todas as sociedades mascaram suas relações de dominação, invisibilizando seus efeitos econômicos. Para ele, o capitalismo transforma as relações sociais em capitais específicos, e a ilusão que naturaliza as desigualdades é inevitável, especialmente em sociedades em que não existe uma distinção clara entre a economia e as demais esferas sociais. Outros(as) teóricos também partem desse pressuposto, buscando identificar as características econômicas que sustentam, por exemplo, as dinâmicas de regulação da sexualidade (Rubin, 1984/1989) e os processos de reconhecimento social (Souza, 2003; Mattos, 2009b).

Mattos (2011), ao dialogar com Degele e Winker (2009) em seus textos, considera que o pressuposto central da reprodução do capitalismo é a produção de força de trabalho ao menor custo possível, articulada à manutenção das condições



socioeconômicas e ao reestabelecimento dos meios de produção. Degele e Winker pressupõem também que as dinâmicas de desigualdade no capitalismo tardio serão sempre efeito da capitalização do cotidiano social, com a finalidade última de sustentar os mecanismos de (re)reprodução do sistema. Rubin (1984/1989) também propõe a abordagem do que ela chama de sistema sexo/gênero, a partir da perspectiva de uma economia política do sexo e da sexualidade. Ela não coloca o trabalho na centralidade de suas análises, como fazem Degele e Winker, J. Souza e P. Mattos, mas propõe que a sexualidade e o sexo também participam do ordenamento do poder nas sociedades. Mayorga e Prado (2010), em sua proposta de análise interseccional, também apostam que a articulação das categorias sociais serve, muitas vezes, como funcionalidade subordinada à desigualdade, ao naturalizá-la através do obscurecimento dos efeitos de poder que a produzem e a mantêm.

Corroboramos com o pressuposto desses(as) autores(as), ao considerar que as desigualdades sociais ordenam e mascaram os interesses e efeitos de poder que as sustentam, a partir da capitalização das relações sociais. Nesse sentido, buscaremos apresentar elementos para a compreensão de algumas *economias da desigualdade*, buscando identificar as relações de acúmulo, apropriação e expropriação de poder e privilégio que mobilizam a moral, as disposições de classe social, o sexo e a sexualidade na desqualificação da prostituição.

#### **4.1.1 A economia moral das desigualdades: reconhecimento e desqualificação social**

É a partir da pergunta “o que é a agência humana?” que Charles Taylor, filósofo canadense, busca examinar a constituição da identidade moderna. Insatisfeito com certa tendência da filosofia moral, especialmente no contexto dos Estados Unidos, de secundarizar a função das crenças morais na vida das pessoas, ele busca retomar a consciência e a moralidade como elementos centrais para a compreensão da agência humana. As proposições de C. Taylor podem nos ajudar a elucidar as dinâmicas de desqualificação social presentes na experiência da

prostituição, ao contribuírem para a identificação de uma *economia moral* que regula a vida cotidiana. Para tal, apresentaremos a seguir alguns elementos de seu pensamento a partir de duas de suas obras (Taylor, 1989/1997 e Taylor, 1977/2007) e das contribuições de dois de seus leitores – Jessé Souza e Patrícia Mattos.

Em 1977, C. Taylor publicou um texto intitulado *Human Agency and Language*, em que buscou caracterizar a agência humana e o pano de fundo moral que sustenta nossas ações no mundo. Ele retoma algumas discussões da filosofia moral, a partir de uma crítica ao utilitarismo e à noção de “escolha radical” que, supostamente, subsidia a ação humana nas perspectivas utilitaristas. Para C. Taylor, a capacidade de avaliação dos desejos e anseios é aquilo que nos diferencia dos demais animais. Essas avaliações são por ele aprofundadas, a partir de uma distinção entre *avaliações fracas* e *avaliações fortes*. A diferença básica entre elas é que as avaliações fortes pressupõem uma “avaliação qualitativa” do conteúdo dos desejos, já que as motivações do desejo são colocadas em juízo. Nas avaliações fracas apenas o conteúdo do desejo é julgado.

A diferença entre os dois tipos de avaliação não pode então ser simplesmente compreendida como se fosse uma diferença entre uma avaliação quantitativa e outra qualitativa... diz respeito antes de tudo ao fato de os desejos serem ou não diferenciados em termos de valor (p.13).

O tema das avaliações fortes atribui maior ênfase às noções de bem ou mal que estão por detrás dos julgamentos humanos. Como elas são realizadas a partir de avaliações por contraste – bom/ruim, desejável/não desejável, virtuoso/não virtuoso, feio/bonito, agradável/desagradável – marcam um pano de fundo moral da agência humana. O que está em jogo no julgamento de nossas ações é o quão desejáveis devem ser nossos desejos. Em outras palavras, nossos julgamentos atendem à necessidade constante de responder à pergunta moral: “*que vida vale a pena ser vivida?*” (Taylor, 1989/1997).

Para exemplificar a distinção realizada por C. Taylor, trazemos dois recortes das entrevistas de Jéssica e Gabriela que envolvem uma avaliação da “permanência na prostituição” por elas.

“As vezes eu tenho vontade de sair, sabe, arrumar um trabalho, carteira assinada e tal. Mas onde vou ganhar o que ganho aqui? Num tenho experiência com nada meu filho, só com isso. Não quero que meus filhos estudem em escola pública, de jeito nenhum. Não é fácil não, mas preciso continuar aqui...” (Gabriela, 33 anos, hotel Onda Livre, 08/11/2012).

*“Eu não quero sair, mas tinha que querer né. Ninguém quer isso aqui. Acho que eu acomodei. Mas também, não quero trabalhar 8 horas por dias, com salário de fome, limpando bosta de madame... não sei o que me mantém nessa vida, me acomodei, sei lá. A pessoa tem que querer, senão não sai não. Se não quiser, morre aqui”.* (Jéssica, 32 anos, hotel Jardim América, 19/11/2012).

Na narrativa de Gabriela, vemos uma avaliação de sua permanência no trabalho de prostituta a partir da análise de seus prós e contras. É uma avaliação do que seria melhor para sua vida em termos funcionais. Há uma avaliação qualitativa, mas que se refere ao conteúdo do desejo de sair ou manter-se nesta profissão – o que melhora e o que piora. No caso de Jéssica, há uma avaliação mais profunda. Mais do que os prós e contras, ela considera em seu julgamento a virtuosidade de se querer sair ou decidir ficar. Estão implícitos em sua narrativa os valores relacionados ao desejo de abandonar a profissão ou de permanecer nela. Quando ela diz “não quero sair, mas tinha que querer”, revela o valor implícito e inarticulado do desejo em abandonar a prostituição e, por contraste, o valor de querer seguir com a profissão – neste caso, o desejo de permanência não é desejável, enquanto o desejo de abandono parece ser virtuoso. Esse exercício de avaliar qual a alternativa seria mais desejável é o que caracteriza as avaliações fortes, que representam para C. Taylor um elemento fundamental da agência humana.

As avaliações fortes articulam cotidianamente as diferenças contrastivas do valor das coisas, opondo o nobre ao vulgar, o superior ao inferior (Mattos, 2007). A noção de diferença, abordada por C. Taylor através da ideia de contraste, será fundamental em seu pensamento.

É a articulação dessas diferenças que permite expressar alternativas não pragmáticas. A ideia central aqui é que as coisas diferem em qualidade ou valor e o desejo deve ser avaliado sob esse preceito. Essa maior “profundidade” do avaliador forte permite que ele articule suas motivações e, ao fazê-lo, conscientize-se de que essas opções, na realidade, perfazem a qualidade da vida que se busca, permitindo também refletir sobre diferentes modos e possibilidades de existência. Nesse sentido preciso, a avaliação forte nunca é apenas uma condição de articulação acerca das preferências pragmáticas ou instrumentais, mas também do tipo e da qualidade de vida, ou seja, do tipo de ser humano que se quer ser (Mattos, 2007, pp.43-44).

Mattos (2007), em sua interpretação do pensamento de C. Taylor, afirma que as avaliações fortes “são importantes tanto num sentido existencial quanto político” (p.43). Elas expressam projetos identitários e societários, já que refletem valores do que se deve ser e de como se deve agir. Nesse sentido, existe uma correlação entre

identidade e moralidade. A partir dessa correlação, C. Taylor busca desvelar os acordos intersubjetivos e pré-reflexivos que, ao longo dos tempos, produziram os contornos da identidade moderna. Essa identidade tem como pano de fundo uma hierarquia moral valorativa que, a partir da noção de Bem (em contraste com o Mal), produz dinâmicas de reconhecimento e desqualificação social. Uma *economia moral*, que atribui valores e distinções a indivíduos, grupos, comunidades e experiências sociais. Mais do que a perspectiva individual que se pode ter das avaliações fortes, parece-nos relevante considerar, ao contrário, a dimensão sócio-cultural e histórica dessas avaliações, já que elas refletem os parâmetros de julgamento e distinção que foram sendo elaborados pelas sociedades ao longo dos tempos.

Parado no final do corredor, como se estivesse aguardando vaga num dos quartos fechados, um cliente, aparentando 18 ou 19 anos, inicia uma conversa:

**Cliente:** *“É muita puta, né cara...”*

**Pesquisador:** *“Pois é, e parecem que estão trabalhando bastante hoje. A maioria dos quartos estão fechados, olha só.”*

**Pesquisador:** *“Como é que elas aguentam? Haja buceta pra tanto macho”* [risos]

**Pesquisador:** *“Você teria coragem de se prostituir?”*

**Cliente:** *“Sai fora!!!”* [imediatamente ele respondeu] *Isso não é de Deus não. Tá louco!”*

**Pesquisador:** *“Mas você não vem aqui pra ver elas? Qual o problema?”*

**Cliente:** *“A gente é homem, véi, é normal. Mulher é safadeza. [risos] Olha a cara delas, elas gostam de pistola e aí vêm pra cá”* [risos]

[...]

(Diário de Campo, hotel Brilhante, 17/10/12, 15h)

O repúdio manifestado pelo cliente apresenta um julgamento da prostituição a partir da moralidade cristã. Conforme já discutido no capítulo 3, o discurso da religião opera como parâmetro para as avaliações e julgamentos sobre a prostituta. Há também outro elemento interessante apresentado pelo cliente: uma distinção no julgamento moral entre homens e mulheres. Veem-se aqui as avaliações morais atuando a partir do sistema sexo/gênero, em que as diferenças sexuais são tomadas pelo cliente como referência para distinguir-se das mulheres prostitutas. Nessa avaliação, a prostituição de mulheres é moralmente inferior à posição de cliente. A naturalização das diferenças sexuais parece ser elemento fundamental para a inferiorização da mulher prostituta já que, segundo o cliente, é “normal” que um

homem tenha desejos sexuais.

Durante o debate realizado na “*Plenária metropolitana: a prostituição e os desafios do feminismo*”, foi possível identificar alguns indicadores da presença de hierarquias morais que envolvem o julgamento da prostituição. Uma das participantes do debate, membro da Marcha Mundial de Mulheres (MMM), justificou sua posição contrária à regulamentação da profissão, da seguinte forma:

“... não concordamos com a regulamentação da prostituição porque a consideramos como um dispositivo estrutural do patriarcado. A perspectiva de mudança que envolve a Macha é de ruptura do sistema patriarcal. Portanto, corroborar com a legalização e regulamentação da prostituição seria abandonar nossas intenções de romper com o sistema de opressão das mulheres” (Diário de Campo, Plenária Metropolitana, MMM, 15/07/12).

Além da prostituição, outras experiências sociais são apontadas por feministas socialistas e materialistas como dispositivos estruturais do patriarcado. O casamento, o trabalho doméstico e a maternidade são bons exemplos de “contratos sexuais” (Pateman, 1988/1993) que reproduzem a dominação masculina. Porque esses dispositivos não são abordados pela MMM com a mesma radicalidade com que este movimento busca enfrentar a prostituição? A posição abolicionista em relação à regulamentação do trabalho doméstico não deveria, nesse caso, sustentar-se na mesma proporção? O que torna a prostituição, na visão da MMM, um dispositivo essencialmente opressor? O que permite a flexibilização do reconhecimento do casamento, do trabalho doméstico e da maternidade? Em nossa interpretação, há uma hierarquização desses dispositivos, através da qual a sexualidade é elemento central na moralização da prostituição. Podemos dizer que prostituição não é reconhecida como uma experiência desejável, já que não segue a prescrição de uma prática sexual não comercial, conforme veremos com mais detalhes no capítulo 4.1.3.

A importância atribuída às avaliações fortes no pensamento de C. Taylor é central para o desenvolvimento de sua releitura da teoria hegeliana do reconhecimento social. Além de possuir uma noção específica de agência humana, a antropologia filosófica tayloriana ergue suas bases em fundamentos construcionistas e na ideia do ser humano como um animal que se autointerpreta. O construcionismo presente em sua obra se reflete na relação indissociável entre a linguagem e a natureza humana, sobre a qual é cunhada sua noção de sujeito humano. Na teoria expressivista da linguagem empreendida por Herder – que

influenciou C. Taylor – ela é constitutiva, ou seja, “implica uma consciência reflexiva que apenas passa a existir através de sua expressão” (Mattos, 2007, p.49). A auto interpretação, como característica primordialmente humana, diz respeito à natureza constitutiva das nossas ações. Nossas interpretações refletem nossa experiência que, por sua vez, sustenta nossas avaliações do mundo. Esses elementos se assemelham às proposições de Haraway (1995), em sua crítica à objetividade positivista e ao conceito de experiência do feminismo, assim como em Scott (1992/2001) e Brah (2006).

Em 1989, C. Taylor enfrenta o árduo trabalho de historicizar as ideias morais e os acordos intersubjetivos que deram origem às características da identidade moderna. Para ele, são dois os princípios morais capazes de conferir reconhecimento social e autoestima aos indivíduos na modernidade: o princípio da dignidade e o princípio do “expressivismo”. O primeiro está relacionado a parâmetros socialmente compartilhados que conferem reconhecimento diferencial aos indivíduos, a partir de sua posição no trabalho cotidiano e de sua capacidade em operar esquemas psicossociais específicos (autocontrole, flexibilidade, disciplina, etc.). Já o princípio do expressivismo

é concebido pela família de concepções de mundo baseadas na noção de natureza como fonte interna de significado e moralidade. A idéia *[sic]* central, por oposição ao tema da dignidade... é a originalidade de cada pessoa, aqui o tema é a ‘voz’ particular de cada um, enquanto *[sic]* tal, única e inconfundível (p. 32).

Interessa-nos nesse estudo, assim como para Souza (2003), aprofundar a discussão acerca do princípio da dignidade. O princípio do expressivismo opera no reconhecimento diferencial de indivíduos e sujeitos posicionados em lugares de privilégio, nos variados sistemas de distinção social. É o princípio da dignidade que opera massivamente nos processos de reconhecimento e desqualificação social das experiências de subalternidade. Além disso, o princípio da dignidade se articula através de avaliações fortes, contrastivas, e não a partir da valoração de uma distintividade ou de uma particularidade.

Ao construir uma “topografia moral” do ocidente, C. Taylor apresenta dois componentes primordiais do princípio da dignidade: a noção de interioridade e o princípio da afirmação da vida cotidiana. O processo de sistematização do princípio da interioridade inicia-se na contraposição empreendida por Platão entre corpo/alma,

ou paixão/razão, que sofreu inúmeras transformações ao longo da história, a partir das contribuições de Santo Agostinho, Descartes, Kant, Locke e do pensamento protestante. Assim, a fonte moral aristocrática, baseada na força, firmeza, resolução e controle, é internalizada e aburguesada, estendendo-se como fonte moral primeira para qualquer ser humano. O autovalor, portanto, torna-se o motor propulsor dos sujeitos que, estimulados a vencer seus medos e desejos vulgares, passam a controlá-los em direção à transformação da realidade (Souza, 2003). “Dignidade e autoestima... já têm aqui um lugar central e é [sic] percebido como o motor para o compromisso continuado com a virtude” (p.29).

A vontade ordenadora do controle racional, conforme abordada por Locke, permitindo que as pessoas se vejam como “recriáveis” e contingentes, irá construir uma nova forma de auto-objetivação, chamada por C. Taylor de *self pontual* (Taylor, 1989/1997). A moldagem do *self pontual* se dá num intenso treino dentro de práticas sociais e institucionais disciplinadoras.

A noção de interioridade – e a hierarquia valorativa produzida a partir dela – se tornou, portanto, pano de fundo para a reprodução de uma série de dicotomias, ou, como prefere C. Taylor, de uma série de contrastes que operam a partir da significação e hierarquização de diferenças. As distinções entre homens e mulheres, masculino e feminino, público e privado, puta e santa, natureza e cultura, por exemplo, são referenciadas na crença de uma interioridade distintiva, que por sua vez, atua de forma decisiva na naturalização dessas dicotomias.

As ideias constitutivas do *self pontual* só passaram a organizar a vida comum a partir das reformas protestantes, o que justifica a importância dada por C. Taylor a um segundo componente da “topografia moral” do Ocidente: o princípio da afirmação da vida cotidiana. Se a dimensão da vida cotidiana (vida prática) substituiu a concepção clássica da vida contemplativa – exaltada na Antiguidade – as esferas práticas do trabalho e da família passam a definir posições de superioridade ou inferioridade e os fundamentos de autoestima e reconhecimento social (Taylor, 1989/1997). O *status* dado à dimensão da vida cotidiana, que colocou o trabalho no centro dos processos de aferimento de dignidade e reconhecimento, é também identificado por Marx. Marx produziu todo um arcabouço teórico para a compreensão dos modelos de dominação, a partir da apropriação do trabalho pelo modelo de produção capitalista. O que ele não enfatiza é a hierarquia valorativa implícita na produção social do trabalho como elemento central das sociedades modernas,

produzindo a ideia de estruturas de classes, numa perspectiva economicista. Vê-se aqui um momento importante no fortalecimento do estigma sobre as prostitutas, já que trabalho e família se tornam na modernidade dois importantes parâmetros de reconhecimento social diferencial.

Na nova ordem que se estabeleceu, os vínculos sociais passaram a constituir-se em formatos contratuais que partem de uma tendência igualitária, pela qual a possibilidade de direitos individuais universalizáveis, por exemplo, será designada pela nova “dignidade” estabelecida, contrapondo-se à noção de “honra” pré-moderna, que pressupunha distinção e privilégios. O princípio de dignidade tornou-se o terreno fértil, produzido em fontes morais contingentes e históricas, para o enraizamento e “naturalização” das instituições modernas: o Estado, o mercado, o sistema capitalista (Souza, 2003). A constituição das instituições, fundamental ao pensamento de C. Taylor e J. Souza, também é elemento primordial na proposta analítica de Mayorga e Prado (2010). Segundo eles, a compreensão das hierarquias como funcionalidade subordinada deve passar pela análise das instituições, “já que nelas, tanto a hierarquia, quanto a lógica de subordinação, aparecem como sementes fundantes de seu próprio funcionamento” (p. 58).

Assim, a partir do princípio da dignidade como forma de acesso às fontes da moralidade na modernidade, serão reconhecidos como “dignos” aqueles indivíduos que operarem o seguinte esquema psicossocial: “ser plástico, moldável, flexível, disciplinado, autocontrolado, responsável por si próprio, orientado para o futuro e para o cálculo prospectivo” (Souza, 2003, p.83). Aqueles indivíduos e grupos que não forem capazes de se constituírem a partir desse esquema serão submetidos a processos de desqualificação social, sendo reconhecidos como inaptos, improdutivos, inúteis. Certamente, a puta pobre está circunscrita nesses parâmetros de reconhecimento diferencial. Ao analisar esses mecanismos na realidade brasileira, Souza (2003) vai tentar demonstrar que existe uma massa de inadaptados, de sujeitos relegados ao não reconhecimento social: a *ralé* brasileira.

O que não é abordado por C. Taylor, e que nos interessa neste estudo, é a anterior vinculação de alguns componentes psicossociais do *self pontual*, em sistemas de hierarquização pré-modernas, a determinadas experiências, grupos e sujeitos, e que, em nossa compreensão, irá permanecer (senão se fortalecer) nas fontes morais da modernidade. Algumas predisposições psicossociais que compõem o *self pontual* na modernidade já estavam presentes em hierarquias valorativas



anteriores (pré-modernas), de modo que reconhecimento social e autoestima eram conferidos assimetricamente, por exemplo, a determinadas práticas sexuais. Autocontrole e razão já eram parâmetros morais que fundamentavam práticas de distinção entre grupos étnicos, práticas sexuais, identidades sexuais e de gênero. Ao se atualizarem na modernidade via *self pontual*, atualizam também o sujeito do reconhecimento. O sujeito do *self pontual* é, portanto, um sujeito específico: é aquele cuja circulação pelo mundo do Estado e do mercado (mundo público) foi “autorizada” a uma determinada “classe” (a dos homens) por hierarquias morais pré-modernas; é aquele que desenvolve seu potencial sexual a partir de uma orientação heteronormativa; é aquele que possui a virtude, “naturalmente” atribuída por sua raça (a branca), do exercício superior da intelectualidade. Nesse sentido, o “homem branco heterossexual” é o sujeito do *self pontual* e, portanto, o sujeito da modernidade. A prostituição, a partir dessa perspectiva, tornou-se uma experiência moralmente indesejável, já que rompe com os parâmetros de reconhecimento social em termos de gênero, trabalho, prática sexual e institucionalidade.

Assim, pergunta-se: Que processos permitiram a vinculação de predisposições psicossociais do *self pontual* a grupos específicos (brancos, homens, heterossexuais, monogâmicos, etc.)? A fixação contínua de identidades evidenciada em experiências subalternas seria produto desses processos? A perspectiva de uma economia moral das desigualdades nos ajuda a identificar os panos de fundo morais que sustentam as práticas de desqualificação da prostituta. Por sua natureza opaca e intransparente, necessita ser articulada com outras categorias de análise e com outras estruturas que se desenvolveram na modernidade ocidental. É o que buscaremos empreender nos subcapítulos seguintes.

#### **4.1.2 A economia emocional das desigualdades: pobreza e predisposições de classe da puta pobre**

Os estudos sobre pobreza, no Brasil e no mundo, são diversos e plurais. Variam desde sua concepção às suas finalidades, do pano de fundo teórico à abordagem metodológica. Pesquisadores que se debruçaram na descrição e análise

dos marcos referenciais dos principais estudos realizados sobre a pobreza apresentam dois enfoques principais sob os quais ela é abordada: a pobreza *objetiva* e a pobreza *subjetiva* (Carneiro, 2005; Dalagasperina, 2010). Os estudos acerca das dimensões objetivas da pobreza, geralmente fundamentados no pensamento marxista ou nas obras de Smith, dão ênfase à dimensão estrutural desse fenômeno. Pelas propriedades do pensamento desses teóricos, acabam por privilegiar aspectos econômicos na compreensão dos processos de (re)produção da pobreza. Aqueles que extrapolam seu *enfoque monetário* buscam compreendê-la num *enfoque de privações sociais*, mantendo ainda uma perspectiva utilitarista da condição humana, ou um *enfoque nas capacidades individuais*, em que o agente se torna o elemento crucial na análise da pobreza (Carneiro, 2005). No caso dos estudos que visam compreender seus aspectos subjetivos, encontramos uma tradição nos estudos da psicologia e da psicologia social. Nessa tradição, buscam-se descrever características dos pobres, correlacionar variáveis comportamentais à manutenção ou superação da pobreza e articular elementos relacionais, na compreensão do fenômeno (Dalagasperina, 2010). Mesmo quando atreladas a perspectivas sistêmicas, como convencionadas pelo conceito de *exclusão social*, essas pesquisas acabam por privilegiar ora a estrutura social, ora o agente, deixando lacunas importantes na articulação dessas duas dimensões. Além disso, são estudos empreendidos, geralmente, na tentativa de produzir modelos de mensuração da pobreza, configurando-se em estudos descritivos, pouco interessados na gênese ou em suas causas, vinculados a interesses estatais e à avaliação de políticas sociais.

No Brasil e na América Latina, esse quadro não se diferencia substancialmente. A partir da consolidação de regimes socialistas e do fortalecimento de movimentos esquerdistas nos processos de resistência aos regimes ditatoriais, desenvolveu-se na América Latina uma forte tradição marxista que, para além da pobreza, influenciou profundamente as variadas produções científicas aqui empreendidas (Gutiérrez, 2011). No pensamento social brasileiro, as discussões raciais ocuparam um lugar importante no debate acerca da pobreza, especialmente a partir do fortalecimento dos movimentos negros. No campo psicológico, se fortaleceu uma psicologia sócio-histórica (Lane, 2000), atrelada ao desenvolvimento de uma psicologia comunitária e da libertação (Martín-Baró, 1986; Monteiro, 2000; Sandoval, 2000). Essas abordagens teóricas buscam trazer o

sistema de desigualdade econômica e a manutenção de ideologias dominantes para o centro do debate latino-americano, apontando para a necessidade de se construir uma prática psicológica comprometida com a conscientização de grupos populares e a intervenção mais próxima de comunidades e grupos socialmente excluídos. Veremos, portanto, uma produção significativa da psicologia comunitária no Brasil, especialmente nas décadas de 80 e 90, muito vinculada à crise da psicologia social da década de 70 e à atuação política da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO (Cruz, 2008).

O que se percebe nas últimas décadas é um processo de fragilização dessa tradição marxista, que perdeu terreno a partir do fortalecimento de democracias emergentes (de modelo neoliberal) e, especialmente, de transformações de algumas matrizes conceituais e teóricas nas ciências sociais. As Teorias Críticas, as reformulações das Teorias do Poder e o chamado “pós-estruturalismo” têm apresentado novas referências conceituais para a compreensão dos fenômenos da contemporaneidade, de modo a desnudar, por um lado, a desatualização e o estruturalismo *hardcore* do pensamento marxista, e por outro, a recorrente psicologização dos problemas sociais.

O pensamento de Jessé Souza apresenta algumas dessas novas referências conceituais na busca por compreender os processos de desigualdade da modernidade periférica. Sua sociologia política, a partir de uma crítica ao “essencialismo cultural” e ao “naturalismo”, oferece uma alternativa de compreensão da desigualdade brasileira e de seus mecanismos de invisibilidade. Ele nos apresenta um marco conceitual para a compreensão da formação de uma *ralé* brasileira: uma massa de sujeitos considerados inutilizáveis e improdutivos, relegados à precariedade no acesso aos mecanismos de reconhecimento e proteção social. Alguns apontamentos do pensamento de J. Souza nos parecem frutíferos para a identificação de mecanismos de interdição estrutural que circunscrevem a puta pobre, a partir de suas origens de classe social.

Um pressuposto implícito dessa estratégia [sociologia comparativa neoweberiana] era o fato de que se mantinha uma noção etapista da sociologia tradicional da modernização na medida em que se assumia que as sociedades não-ocidentais ou periféricas ou bem repetiam os passos das sociedades ocidentais centrais através de símiles da revolução protestante... ou estariam condenadas a uma égide do pré-modernismo. Apenas a repetição do processo contingente de “modernização espontânea” ocidental garantiria o passaporte para relações modernas na economia, política e cultura. Uma boa parte da sociologia culturalista e institucionalista que se escreveu e ainda se escreve sobre as sociedades periféricas estava e

ainda é marcada explícita ou implicitamente por essa pressuposição (Souza, 2003, p.13).

Insatisfeito com este pressuposto, J. Souza construiu uma matriz teórica para a compreensão da modernidade periférica, alternativa às concepções familistas, personalistas e patrimonialistas<sup>15</sup> que, acopladas a uma tradição culturalista dos Estados Unidos da primeira metade do século XX, predominou sobre o pensamento social brasileiro, apontando para a formação de uma sociedade com supostas heranças pré-modernas. Ao contrário, ele propõe que a produção e fortalecimento de uma desigualdade social no Brasil e nos países periféricos, assim como a consolidação precária de uma ordem democrática e de um mercado competitivo e eficiente, são fruto de um efetivo processo de modernização que penetrou o país, a partir do século XIX (Souza, 2003, 2010). Portanto, do pensamento de J. Souza, trazemos para a interlocução com este estudo sua proposta analítica da desigualdade brasileira, desenvolvida principalmente em sua obra intitulada *A Construção social da Subcidadania: por uma sociologia política da modernidade periférica* (2003).

A crítica de J. Souza ao “essencialismo culturalista” das sociologias clássicas americanas está na ausência, nessas abordagens, de um devido ancoramento das normativas sociais na eficácia e legitimação de instituições modernas (Estado e mercado), o que torna a cultura “uma entidade homogênea, totalizante e autorreferida” (2003, p.13). Para ele, existe um horizonte valorativo, moral e simbólico, acoplado às configurações institucionais exportadas do centro para a periferia como “artefatos prontos”, que irá ser decisivo na constituição da modernidade periférica.

O pensamento de Charles Taylor é, sem dúvida, fundamental aos argumentos de J. Souza. Ele busca em Pierre Bourdieu o que, segundo ele, falta em C. Taylor: sua obra não demonstra de que forma a hierarquia moral intransparente, inarticulada e opaca da modernidade se legitima no cotidiano e nas práticas sociais. A partir de sua crítica à “ideologia da igualdade de oportunidades”, P. Bourdieu busca compreender as formas que assumem, na modernidade tardia, as lutas de classe e

---

<sup>15</sup> “Um argumento fundamental para os defensores da tese do personalismo e do culturalismo essencialista nas suas versões tradicionais e contemporâneas é de que o Brasil seria uma continuação cultural de Portugal. Afinal, de lá viriam o patrimonialismo transplantado, como em Raimundo Faoro, ou o homem cordial e familisticamente emotivo de Sérgio Buarque. Também em Gilberto Freyre temos a afirmação da continuidade essencial com Portugal como a base de seu projeto ideológico da singularidade universal do legado luso-brasileiro” (Souza, 2003, pp.101-102).

as frações de classe – ele não corrobora com a suposta superação, nas sociedades avançadas, das clássicas lutas de classe do capitalismo. Este autor busca também enfrentar a tensão entre objetivismo e subjetivismo que atravessa fortemente o desenvolvimento das ciências sociais. E como resposta a esse dilema, sugere a articulação entre estrutura, *habitus* e prática (Bourdieu, 1979/2006). O conceito de *habitus*, tal qual foi utilizado por J. Souza, contribui para identificarmos de que forma a hierarquia moral valorativa tayloriana se materializa no cotidiano das prostitutas, especialmente a partir de elementos que envolvem suas origens de classe. Alguns apontamentos acerca do pensamento de P. Bourdieu são apresentados aqui a partir da releitura e interpretação de J. Souza.

O *habitus* é, certamente, o conceito mais importante, e que confere originalidade ao trabalho de Bourdieu. Pode ser definido como

... um sistema de estruturas cognitivas e motivadoras, ou seja, um sistema de disposições duráveis inculcada desde a mais tenra infância que pré-molda possibilidades e impessoalidades, oportunidades e proibições, liberdades e limites de acordo com as condições objetivas. Nesse sentido, as disposições do *habitus* são em certa medida “pré-adaptadas” às suas demandas (Souza, 2003, pp.43-44).

Chamado por P. Bourdieu de “virtudes feitas necessidade”, o *habitus* implica a apropriação de precondições econômicas e sociais que, traduzidas no sujeito como um conjunto de estruturas perceptivas e avaliativas, servem como uma espécie de filtro para quaisquer outras experiências posteriores (Bourdieu, 1979/2006). O *habitus* materializa a estrutura, garantindo-lhe eficácia cotidiana através da corporificação de seus valores e inscrevendo nos organismos esquemas de percepção, pensamento e ação. É, portanto, um conjunto de valores, ideias, comportamentos, gostos, percepções, ações; se expressa pelas formas de vestir, andar, interagir, pelos gostos, gestos, escolhas, crenças, etc. O *habitus* é, conforme salienta Bourdieu (1979/2006), o que permite às pessoas tornarem-se instituições de carne e osso.

O *habitus* é o passado tornado presente, a história tornada corpo e portanto “naturalizada” e “esquecida” de sua própria gênese. Precisamente por ser uma história naturalizada numa espontaneidade sem consciência, o *habitus* é o elemento que confere às práticas sua relativa autonomia com relação às determinações externas do presente imediato. Por ser espontaneidade sem consciência ou vontade, o *habitus* não se confunde nem com a necessidade mecânica, nem com a liberdade reflexiva dos sujeitos das teorias racionalistas (Souza, 2003, p. 44).

O que para a tradição sociológica seria “internalização de valores”, o que remonta a uma perspectiva racionalista e intelectualista das normativas sociais, para P. Bourdieu, é caráter pré-reflexivo, automático, emotivo, espontâneo – inscrito no corpo. O uso que Souza (2003) faz do conceito de *habitus* é bastante original: é através do *habitus* que a hierarquia valorativa moderna, traduzida pelas fontes morais do *self pontual* de C. Taylor, se atualiza na vida cotidiana, destituindo as “avaliações fortes” de história e contingência, possibilitando práticas de distinção social. Sem história e contingência, tais avaliações serão atribuídas (e legitimadas) às fontes da natureza, ao *gosto*<sup>16</sup> e, no caso daquelas reconhecidas por excelência, às fontes morais do expressivismo.

Para demonstrar de que forma o *habitus* se articula na produção de distinção social e na invisibilidade da desigualdade brasileira, Souza (2003, 2006) propõe uma concepção diacrônica de sua constituição, conferindo-lhe historicidade. Ele sugere a possibilidade de uma “pluralidade de *habitus*” que extrapole o aspecto genérico e sincrônico presente no *habitus* de P. Bourdieu. Assim, ele propõe uma subdivisão interna à categoria do *habitus*, tentando contemplar as mudanças qualitativas que esta reflete, a partir de uma situação socioeconômica estrutural: *habitus primário*, *habitus secundário* e *habitus precário*. O “*habitus primário*” corresponde às predisposições psicossociais que permitem o compartilhamento do *self pontual* de C. Taylor e de sua concepção de dignidade. Através de um aprendizado coletivo, a posse de uma economia emocional – que pressupõe autocontrole, flexibilidade e cálculo instrumental, por exemplo – subsidia o reconhecimento de sujeito útil, produtivo – digno. O compartilhamento e generalização desse tipo de dignidade a determinada classe permitiu a eficácia da regra jurídica de igualdade e, por fim, da noção moderna de cidadania; esse compartilhamento, na vida cotidiana, se torna factível através do *habitus primário* (Souza, 2003).

Souza (2003) toma a noção de “ideologia do desempenho” proposta por Reinhard Kreckel para demonstrar de que forma o *habitus primário* articula a regra jurídica de igualdade com a noção moderna de cidadania. A “ideologia do desempenho” seria a “tentativa de elaborar um princípio único... a partir do qual se

---

<sup>16</sup> P. Bourdieu busca na ideia de *gosto* a compreensão do que ele chama de “economia dos bens culturais”. O *gosto* representa a competência estética como elemento generativo das distinções sociais no capitalismo avançado. O ataque de P. Bourdieu à definição “idealista” de estética de Kant – faculdade compreendida como dádiva para este filósofo – se concentra em mostrar o quanto este *gosto* é socialmente construído e demonstrar a íntima relação entre *gosto* e classe social. O que Kant chamava de faculdade do *gosto* é o que P. Bourdieu chamará de competência estética.

constitui a mais importante forma de legitimação da desigualdade no mundo contemporâneo” (p.168). Ela articula qualificação, posição e salário, chamada por Kreckel de “tríade democrática”, na produção de reconhecimento diferencial aos indivíduos. A partir desses três elementos, a ideologia premia e estimula as capacidades objetivas de desempenho, assim como legitimam o acesso diferencial a oportunidades e aos bens escassos. Indivíduos bem qualificados, em posições profissionais socialmente reconhecidas e com ganhos econômicos relevantes são considerados merecedores de reconhecimento e, como tal, legitimam seu *status* de produtivo e cidadão. É possível imaginar que tipo de reconhecimento intersubjetivamente compartilhado terão as prostitutas pobres. Ainda que ganhem salários relevantes – antes disso, que tenham sua ocupação juridicamente reconhecida como trabalho – dificilmente poderão objetivar bons desempenhos em termos de qualificação e posição.

O “*habitus* precário” seria

... o limite do “*habitus* primário” para baixo, ou seja, seria aquele tipo de personalidade e disposições de comportamento que não atendem às demandas objetivas para que, seja um indivíduo, seja um grupo social, possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo, podendo gozar de reconhecimento social com todas as suas dramáticas consequências existenciais e políticas (p. 167).

O *habitus* precário é aquele compartilhado por uma massa de indivíduos inadaptados às demandas desenvolvimentistas da modernidade. Nos países centrais, a disparidade entre *habitus* primário e precário é imensamente menor do que nos países periféricos. No caso do Brasil, a “europeização”<sup>17</sup> iniciada no século XIX e intensificada na década de 30 irá se articular às especificidades da *ralé* brasileira – tematizadas por Florestan Fernandes e Carvalho Franco<sup>18</sup> – constituindo

---

<sup>17</sup> J. Souza chama de europeização o processo, iniciado com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, de “reconquista ocidentalizante” da transformação profunda de hábitos e crenças e da “introdução de valores, normas, formas de comportamento e estilo de vida novos destinados a se constituir em critérios revolucionários de classificação e desclassificação social. O que foi introduzido a partir de 1808 foi todo um novo mundo material e simbólico, implicando na repentina valorização de elementos ocidentais e individualistas em nossa cultura, mediante exemplos da França, Alemanha, Itália, e, muito especialmente, da grande potência imperial e industrial da época, a Inglaterra (Souza, 2003, p. 141).

<sup>18</sup> Em sua obra *A integração do Negro na Sociedade de Classes* (1964/2008), Florestan Fernandes busca historicizar o processo de integração do negro na sociedade brasileira a partir da abolição da escravidão. Este autor demonstra como o “abandono” dos negros à deriva se sua própria sorte foi fundamental para sua manutenção em posições de miséria e para sua desorganização familiar e social. Já Carvalho Franco busca rememorar a trajetória dos “homens” livres no período colonial, em

um abismo entre classes no país. As mulheres prostitutas deste estudo, em função de sua origem popular, têm acesso aos esquemas psicossociais que lhes possibilitam o desenvolvimento de um *habitus* precário, conforme veremos no capítulo 5. Tais predisposições psicossociais, em vários momentos, operam como dispositivos de interdição dessas prostitutas aos mecanismos de prestígio e reconhecimento social.

Ao contrário do “*habitus* precário”, o “*habitus* secundário” é o limite do “*habitus* primário” para cima, ou seja, é produzido a partir do pressuposto de uma generalização do “*habitus* primário” a amplas camadas da sociedade. Se o “*habitus* secundário” já parte de uma homogeneização das predisposições psicossociais do “*habitus* primário”, ele terá na noção de “gosto” de P. Bourdieu seus parâmetros de distinção. Assim, o “*habitus* secundário” reúne um conjunto de predisposições atribuídas a uma definição de “personalidade distinta”, como produto de qualidades inatas e como reflexo da conciliação entre razão e sensibilidade; ele define um indivíduo perfeito e acabado. Souza (2003) articula o *habitus* secundário com o princípio do expressivismo, ao vincular suas fontes morais ao reconhecimento da autenticidade, da unicidade e da singularidade.

Se o “*habitus* secundário” (restrito às classes abastadas) pressupõe uma generalização das predisposições do “*habitus* primário” – portanto, um princípio de igualdade – o que explicaria, por exemplo, as desigualdades sexuais e de gênero, também evidenciadas nas classes altas? Essa questão desestabiliza a centralidade da classe social no pensamento de J. Souza. As predisposições de classe são, certamente, fundamentais para os processos de julgamento e distinção da prostituição, mas não podem ser considerados como as únicas ou centrais. As teorias da interseccionalidade propõem que a análise das desigualdades devem considerar múltiplos marcadores de diferenciação, o que não comporta a centralização desta ou daquela categoria.

Desde 2005, J. Souza e sua equipe têm empreendido uma série de estudos empíricos com o objetivo de conhecer as especificidades da ralé. As pesquisas são realizadas com homens, mulheres, de diferentes classes e frações de classes, em diferentes ocupações trabalhistas. Faz parte dos interesses da cientista política Patrícia Mattos a investigação das mulheres da ralé. Já há alguns anos, ela vem

---

sua obra *Homens livres na ordem escravocrata* (1969), demonstrando sua total dependência dos grupos abastados e o impacto disso para a estrutura de classes no Brasil moderno.



desenvolvendo pesquisas com mulheres pobres, considerando os pressupostos de C. Taylor e P. Bourdieu. Em pesquisa realizada por ela entre 2005 e 2007<sup>19</sup>, cujo objetivo foi identificar correlações entre classe social e gênero – através da análise da autopercepção de mulheres de classe média e baixa no Rio de Janeiro – os resultados revelaram que as mudanças na condição da mulher nas últimas décadas possuem direta correlação com as posições de classe por elas ocupadas.

Essa pesquisa de P. Mattos é desveladora das interdições psicossociais imputadas às mulheres pobres em função de sua origem popular. Nela, o conceito de gênero é quase um correlato de sexo. Não é apresentado um quadro conceitual mais amplo que sustente a perspectiva de gênero utilizada, o que nos permite caracterizar seu estudo mais como um estudo de mulheres do que, propriamente, como um estudo sob a perspectiva de gênero. Além disso, vemos uma análise que privilegia a classe social como principal determinante para as condições das mulheres, tanto de classes altas quanto de classes baixas.

Em 2009, P. Mattos inicia uma pesquisa empírica com mulheres prostitutas, também no Rio de Janeiro. Os resultados desse estudo demonstram as interdições que circunscrevem a vida das mulheres prostitutas por suas predisposições de classe. Apresentamos a seguir, alguns importantes apontamentos de seu estudo:

O que há em comum na história de vida das mulheres entrevistadas é um tipo de socialização familiar disruptivo, que irá impedir a transmissão afetiva de valores como disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo, num contexto familiar marcado pela ausência da figura paterna e pela presença de relações instrumentais de todo o tipo, a começar pela frequência e naturalização de abusos sexuais sofridos na infância por essas mulheres. Além da carência, em qualquer medida significativa, de conhecimento resultante de um capital escolar incorporado, essas mulheres em sua infância nunca foram percebidas como “um fim em si mesmas”, como crianças com desejos, sentimentos, aspirações, medos e angústias que necessitavam de cuidado, proteção e afeto. Será a falta dessa “segurança afetiva” que irá reproduzir um exército de perdedoras, sem qualquer chance na competição social por recursos escassos. Essa falta de uma “economia emocional” marcada pelo autocontrole não produz apenas pessoas banidas da função de trabalhadoras úteis, que constitui a base do reconhecimento intersubjetivo da dignidade, mas também impossibilitadas de desenvolver uma dimensão expressiva de sua existência, para além dos clichês sociais, dos modelos sociais que chegam a elas como “modelos prontos”, *prêt-à-porter*. (Mattos, 2009a, pp.175-176).

Os resultados da pesquisa de P. Mattos denunciam uma socialização precária a que foram submetidas as mulheres por ela entrevistadas. Há elementos que nos remetem ao sistema de classe e também ao sistema sexo/gênero. Entrelaçados,

---

<sup>19</sup> Pesquisa realizada junto ao Centro de Pesquisas Sobre Desigualdades da Universidade Federal de Juiz de Fora (CEPEDES/UFJF).

esses elementos demonstram que as mulheres da ralé estão circunscritas em condições duplas de dominação e opressão, reforçando o argumento das feministas que denunciam a chamada *feminização da pobreza* nos países periféricos. Podemos afirmar que é uma das primeiras pesquisas, senão a primeira, a ser realizada com prostitutas no Brasil, articulada pelas referências teóricas de C. Taylor, P. Bourdieu e J. Souza. Nesse sentido, ela oferece algumas pistas importantes para nosso objetivo de identificar os aspectos estruturais de interdição e desqualificação da puta pobre. No capítulo 5, buscaremos analisar as condições de vida das mulheres prostitutas, tal qual realizou a pesquisa de P. Mattos, identificando as precariedades materiais e simbólicas que caracterizam essa experiência social como uma experiência de subalternidade. Buscaremos tecer com seu trabalho algumas interlocuções.

Os estudos que objetivam analisar de que forma os processos de desigualdades se reproduzem possuem características próprias. Há duas características fundamentais dos trabalhos de P. Mattos e J. Souza que, em alguma medida, diferem de nosso estudo: os objetivos e o enquadre teórico das análises. Em relação aos objetivos, P. Mattos e J. Souza buscam conhecer os mecanismos pelos quais os processos de desigualdade se reproduzem. O interesse em conhecer as causas da desigualdade e identificar os dispositivos psicossociais presentes na dinâmica de sua manutenção, produz, certamente, efeitos específicos nos resultados da pesquisa. Quanto ao enquadre teórico, podemos dizer que há no trabalho desses autores um modelo analítico de perspectiva estrutural, ou seja, ainda que haja o esforço em correlacionar estrutura e agência, nota-se uma nítida prevalência nas determinações da estrutura social sob o sujeito, o que também provoca efeitos específicos em seus estudos. Não há nenhuma avaliação pejorativa nessas características. Conhecer os mecanismos de reprodução da desigualdade é extremamente importante no contexto em que vivemos, assim como identificar normas e regras gerais de funcionamento de um processo de desqualificação social nos parece de igual relevância.

O que gostaríamos de demarcar neste estudo é a maneira diferente pela qual pretendemos operar o arcabouço teórico de C. Taylor e P. Bourdieu, em função de nossos objetivos de estudo e de nosso enquadre teórico. Conforme já mencionado anteriormente, nosso objetivo central é identificar posições de agenciamento da prostituta pobre. Se isso, por um lado, implica em “mapear” os mecanismos de desqualificação social a que prostitutas pobres estão submetidas, por outro, obriga-

nos a identificar as porosidades e descontinuidades desses mecanismos. Pretendemos conhecer o funcionamento do “sistema”, mas, sobretudo, identificar forças de desestabilização e interpelação desse “sistema”, a partir da experiência do desqualificado. Mais do que isso, pressupomos que a interpelação e a desestabilização fazem parte desse “sistema” e são por ele constituídas, já que, conforme nos aponta Butler (2004/2010), não existe agência fora da Norma.

A perspectiva estruturalista de P. Mattos e J. Souza produz alguns efeitos fatalistas em suas análises. Esses efeitos são caracterizados por uma noção determinista da estrutura de classes e por uma implícita ênfase analítica em relações de causalidade. Lendo os textos de P. Mattos, parece não haver outro destino possível às mulheres da ralé, senão a prostituição, o que não explicaria a atuação delas em outras posições sociais – empregadas domésticas, por exemplo. A tônica na busca por nexos causais joga luz em experiências ulteriores das prostitutas, pressupondo que a atual condição será sempre, e somente, efeito do passado precário. Os sentidos atribuídos por elas sobre suas vidas no presente são recorrentemente interpretados nesses estudos como “narrativas ilusórias ou idílicas”.

A influência da teoria do reconhecimento de Axel Honneth nos trabalhos de P. Mattos parece conferir à suas lentes analíticas uma perspectiva etapista da vida humana, em que, não cumpridas satisfatoriamente as pré-condições das primeiras etapas, estariam as demais totalmente comprometidas. Identifica-se uma implícita crença na família patriarcal como fundamental à socialização “saudável” das crianças, evidenciada no destaque dado nas análises à ausência da figura paterna como indicadora de precariedade material e simbólica da prostituta – possivelmente influenciada também por Axel Honneth, a partir de sua releitura da psicanálise winnicottiana.

O principal horizonte teórico-político que contribui para a identificação das diferenças entre nosso estudo e os trabalhos de J. Souza e P. Mattos é a problematização das concepções de mudança social que estão implícitas no trabalho desses autores. Em nossa interpretação, a possibilidade de emancipação que parece articular seus trabalhos estaria na democratização do acesso aos mecanismos que conferem reconhecimento social a todas as camadas da sociedade, de tal forma que os homens e mulheres da ralé pudessem desenvolver uma “economia emocional” que lhes permitissem uma inserção nas instituições modernas (mercado e Estado). A transformação possível que articula os trabalhos

de P. Mattos e J. Souza, ainda que implicitamente, parece-nos ser o endosso do modelo de reconhecimento social vigente, através de sua ampla generalização aos diferentes grupos e classes sociais. Uma das alternativas apresentadas por Souza (2006) para tal, é o desvelamento, no campo intelectual e acadêmico, dos mecanismos inarticulados e intransparentes que conferem reconhecimento diferencial a sujeitos e grupos, através da produção crítica de conhecimento sobre esses mecanismos. Contudo, não parece haver nenhuma aposta no potencial das experiências subalternas. É recorrente a interpretação de enfrentamentos à normatização e desqualificação de suas vidas, por parte desses autores, como “necessidade transformada em virtude”, ou seja, a construção de uma versão ilusória sobre suas próprias condições, como mecanismo de adaptação e adequação à realidade.

Nessa perspectiva de transformação, os sujeitos e grupos subalternos seriam apenas objeto da mudança, por não possuírem nenhuma condição de agenciá-la, de nenhuma perspectiva. Mattos (2009b), inclusive, caracteriza o estudo de Fonseca (1996) – estudo que apresenta elementos de agenciamento na experiência de prostitutas em Porto Alegre – como “idealização do oprimido”, perspectiva essa que ela denomina como “politicamente correta”. O que explicaria, então, as transformações evidenciadas no último século, empreendidas, em sua maioria, pela politização da experiência de grupos sociais subalternizados? O que explicaria a emergência dos movimentos feministas, negros e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros), por exemplo, que têm como principais agentes as mulheres, as(os) negras(os) e latinas(os) e os grupos LGBT? Seguimos apostando que essas experiências coletivas se sustentam em potenciais de enfrentamento e resistência, também vivenciados nas microrrelações.

Um último adendo que fazemos ao pensamento de P. Mattos diz respeito à visão de prostituição que o parece sustentar. Sua inserção no campo de estudos de mulheres prostitutas se deu, segundo ela, pela “percepção da ambiguidade de sentimentos que a figura da prostituta incita... como um dos tipos femininos mais comuns da ralé” (Mattos, 2009a, p.175). Em outra de suas publicações sobre a pesquisa, Mattos (2009b) afirma que busca oferecer uma visão alternativa às abordagens dominantes sobre a “baixa” prostituição. Ainda que tenha mencionado em uma das publicações o enquadre metodológico na “baixa prostituição”, em todos os trabalhos gerados por esta pesquisa fica subentendida uma associação

determinista entre classe social e prostituição. Melhor dizendo, parece-nos que há um pressuposto que guia o trabalho de P. Mattos, de que a prostituição é efeito direto da pobreza ou da desigualdade de classes. Ela não deixa claro qual é sua posição em relação à prostituição como prática sexual, por exemplo, acabando por estender as análises da condição de classe das mulheres à própria “natureza” desta ocupação. Afirmar que a escolha de determinadas prostitutas é uma “escolha pré-escolhida” é diferente de afirmar que a prostituição é efeito de uma dada condição de classe. Ainda que P. Mattos não afirme isso taxativamente, deixa implícita uma posição abolicionista em relação à prostituição.

Para sustentar nossas análises, na tentativa de identificar posições de agenciamento na experiência de prostitutas pobres, organizamos um quadro conceitual que considera a natureza política das relações sociais, a microfísica do poder de Foucault e as teorias feministas da autonomia.

#### ***4.1.3 A economia sexual da desigualdade: sistema sexo-gênero e as hierarquias sexuais***

As teorias de gênero estão longe de ser um conjunto homogêneo de construtos conceituais. Elas têm suas raízes nas teorias feministas que, ao empreenderem esforços na problematização da ordem social e política que se estabeleceu na modernidade, produziram variadas matrizes conceituais e teóricas de compreensão das chamadas “desigualdades de gênero”, além de terem construído espaços e oportunidades políticas de interpelação da “ordem social”.

Organizadas em torno das demandas de igualdade política (sufrágio) e da análise minuciosa dos processos de socialização e educação a que as mulheres estão submetidas, inúmeras feministas, durante o século XIX e primeiras décadas do século XX, buscaram tematizar as relações de desigualdade e opressão que expropriaram delas as condições de reconhecimento com sujeitas autônomas e autorreferidas. Mas do que isso, buscaram demonstrar, seja através da militância política, seja pela produção intelectual, que as características e estigmas que recaem sobre as mulheres refletem um ordenamento social injusto, marcado por

fortes relações de poder.

Durante muitas décadas o modelo de pensamento estruturalista influenciou profundamente a produção intelectual feminista. Os feminismos socialistas e liberais, por exemplo, buscaram identificar elementos comuns de opressão à vida das mulheres, pressupondo uma estrutura organizada que, por um lado, inferioriza e patologiza as mulheres e, por outro, confere poderes e privilégios aos homens. Nesse sentido, a família, o casamento, a religião, o Estado e outras instituições e estruturas sociais são reconhecidas por essas feministas como dispositivos de uma estrutura que organiza e mantém a ordem de dominação. Foi através das releituras do patriarcado, empreendidas entre as décadas de 70 e 90 aproximadamente, que o feminismo alcançou seu ápice em termos estruturalistas. Para Pateman (1988/1993), abandonar o patriarcado seria uma perda para o feminismo já que, segundo ela, “seguir tal caminho representaria... a perda do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens” (p. 39). Uma característica que marca essas releituras é o empenho em desvelar leis gerais de funcionamento e manutenção do sistema de dominação masculina.

Se essa tradição feminista, por um lado, contribuiu decisivamente para a tematização das desigualdades de gênero em inúmeras sociedades, por outro, dificultou a tematização de demandas específicas de várias mulheres, a partir de seus contextos. Mais do que isso, condenou algumas experiências de mulheres à abolição – como é o caso da prostituição e de outras práticas sexuais – invisibilizou as lesbiandades e subalternizou as mulheres negras e originárias do sul global. O marco feminista, que durante décadas conseguiu organizar suas pautas políticas nas sociedades ocidentais, provocou a emergência de inúmeros antagonismos internos, o que caracterizou a chamada *terceira onda* do feminismo. Esses antagonismos, efeitos das tensões entre pautas de igualdade e pautas de reconhecimento das diferenças, permitiram a emergência de produções e ativismos feministas provenientes das margens dos sistemas raciais (*black feminisms*), dos sistemas sexuais (feminismos lésbicos e *queers*), dos sistemas coloniais (feminismos latinos, asiáticos e pós-coloniais), etc.

Todas essas tensões produziram efeitos sobre os marcos teóricos até então produzidos pelo feminismo. O principal deles, o conceito de gênero, sofreu inúmeras reformulações e, inclusive, críticas severas por várias intelectuais feministas. Já no

final da primeira metade do século XX, a reconhecida obra de Simone de Beauvoir – *O segundo sexo* (1949) – foi de extrema importância para arejar os argumentos feministas do pós-guerra, ao propor a ideia de que “*Não se nasce mulher, torna-se uma*”. Seu pensamento foi fundamental para o posterior desenvolvimento do conceito gênero (apesar de não se referir a esse termo), ao propor uma distinção entre o biológico e o cultural. Seu pensamento foi fundamental para o desenvolvimento de uma perspectiva construcionista no campo feminista (Nogueira, 2001) que, a partir de então, passou a negar qualquer essencialismo sexual.

No período convencionalmente denominado de *segunda onda*, o conceito de gênero foi desenvolvido, mantendo-se por décadas no centro dos debates feministas. Ele foi cunhado como uma proposta teórica de compreensão dos determinantes sócio-econômicos, culturais e históricos das diferenças entre os sexos. Gênero surge, segundo Scott (1990), entre as feministas americanas, numa rejeição aos determinantes biológicos que estavam implícitos nos termos “sexo” e “diferenças sexuais”. Desde os anos 80, tal conceito tem sido apropriado pelo campo feminista (em suas inúmeras perspectivas) e também pelo campo das ciências sociais e humanas. Muitas vezes, seu componente político é deixado de lado, passando apenas a descrever e caracterizar as diferenças entre homens e mulheres, fora de um contexto de poder e dominação – ainda que considerando determinantes sociais e culturais. Em seu uso recente, gênero é recorrentemente associado ao *estudo das mulheres*, ou é confundido com a ideia de identidade feminina. Ao destituir-se de sua origem política, atrelada à produção de alternativas teóricas de compreensão das desigualdades de gênero pelo feminismo acadêmico, este conceito adentrou em campos intelectuais que o tornaram, sob várias perspectivas, um construto essencialista, relacional e sem historicidade (Scott, 1990).

O gênero não é uma simples categoria analítica; ele é, como as intelectuais feministas têm crescentemente argumentado, uma relação de poder. Assim, padrões de sexualidade feminina são, inescapavelmente, um produto do poder dos homens para definir o que é necessário e desejável – um poder historicamente enraizado (Weeks, 2001, p.56).

Consideramos as teorias de gênero, assim como propõe Moreira (2012)<sup>20</sup>,

---

<sup>20</sup> Moreira, M. I. C. (Comentarista). (2012). *Parecer de banca de qualificação* de Doutorado [Digital áudio em MP3]. Belo Horizonte. Parecer pronunciado na Banca de Qualificação de Doutorado de

como teorias do poder. Elas remontam a uma estrutura organizativa das sociedades que ordena privilégios, opressões, exploração, autonomia e outros efeitos de poder, a partir da análise de inúmeras instituições e experiências sociais. Dentre as variadas abordagens existentes nas teorias do gênero, nos parece imprescindível sustentar-nos naquelas que tomam o sexo e a sexualidade como elementos centrais de análise. Um estudo sobre prostituição que não dá centralidade a esses elementos incorre no risco de seguir invisibilizando a função crucial que eles têm nos processos civilizatórios.

A centralidade no sexo e na sexualidade não é uma prerrogativa encontrada somente nos feminismos. Encontramo-la também nas teorias psicanalíticas, nos estudos foucaultianos, na antropologia do parentesco, nos estudos homoeróticos, etc. Seguimos com a pergunta que se faz pano de fundo do trabalho desses autores: porque a sexualidade segue no centro dos processos de regulação e controle social? Mesmo não tendo a expectativa de respondê-la neste estudo, apostamos na necessidade em considerá-la em nossas reflexões sobre a prostituição.

Gayle Rubin, antropóloga feminista estadunidense, em seu texto *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo* (1975/1986), sustentou seus argumentos a partir de uma questão central: quais são as relações que transformam uma fêmea da espécie em uma mulher domesticada? Ao partir dessa pergunta, Rubin (1975/1986) já marcou uma importante diferença entre sexo e gênero, sendo o primeiro correlato da ideia biológica de fêmea e o segundo, das construções sócio-históricas que se produziram na cultura para sua posição de mulher. Nessa perspectiva, o sistema sexo/gênero representa “el conjunto de disposiciones por el que una sociedad transforma la sexualidad biológica en productos de la actividad humana, y en el cual se satisfacen esas necesidades humanas transformadas” (p.97). O sistema sexo/gênero pressupõe uma distinção entre a natureza do sexo (matéria-prima) e a cultura do gênero (produto).

No intuito de contribuir para a compreensão da gênese das desigualdades sexuais, Rubin (1975/1986) buscou articular a antropologia do parentesco de Lévi-Strauss, o pensamento marxista e a teoria psicanalítica de S. Freud. Seu objetivo foi demonstrar que nesses três modelos de pensamento, as trocas de mulheres estão na base dos processos civilizatórios mais fundamentais. Ela buscou também



demonstrar de que forma essas teorias se tornaram algumas das ideologias sexistas mais refinadas que circulam na atualidade. O problema dessas teorias seria o endosso de uma descrição da realidade desigual que se apresentava aos pesquisadores como gênese universal das diferenças sexuais.

O conceito de sistema sexo/gênero foi rebuscado pelas proposições de Rubin em um texto publicado mais de dez anos depois, em 1989, chamado *Pensando sobre o sexo: notas para uma teoria radical da sexualidade*. Nesse texto, Rubin (1984/1989) historicizou algumas práticas sexuais na modernidade, buscando identificar as maneiras pelas quais elas foram patologizadas, judicializadas e consideradas como imorais. Seu interesse foi radicalizar com o projeto de desessencialização do sexo e da sexualidade, associando-os ao sistema sexo/gênero e a uma *economia política da sexualidade*.

El reino de la sexualidad posee también su propia política interna, sus propias desigualdades y sus formas de opresión específica. Al igual que ocurre con otros aspectos de la conducta humana, las formas institucionales concretas de la sexualidad en cualquier momento y lugar dados son productos de la actividad humana. Están, por tanto, imbuidas de los conflictos de interés y la maniobra política, tanto los deliberados como los inconscientes. En este sentido, el sexo es siempre político, pero hay períodos históricos en los que la sexualidad es más intensamente contestada y más abiertamente politizada. En tales períodos, el dominio de la vida erótica es, de hecho, renegociado (Rubin, 1984/1989, p.114).

A historicização da pornografia e de outras práticas sexuais foi um dos eixos centrais do argumento de Rubin (1984/1989). De forma similar ao que fizemos no capítulo 3, no qual historicizamos os projetos higienistas que buscaram abolir e/ou controlar a prostituição, ela apresentou os variados projetos políticos empreendidos nos Estados Unidos que visaram coibir práticas sexuais como a masturbação, a pornografia infantil e a prostituição, e que buscaram também estimular a castidade, especialmente entre os jovens. Os escândalos morais desencadeados na segunda metade do século XX em relação à homossexualidade também foram abordados por ela.

Essa historicização demonstra a existência de uma hierarquia sexual, manifesta nas especificidades modernas, especialmente pelos impactos dos processos de industrialização e urbanização perpetrados desde o século XIX. Essa hierarquia sexual é mantida por uma série de formações ideológicas (*escuelas ideológicas*) que atuam de forma a desassociá-la de relações de poder, de efeitos econômicos e de ordenamentos injustos. São eles, além do essencialismo sexual, a

negatividade sexual, a falácia da escala mal posicionada, a valoração hierárquica dos atos sexuais, a teoria dominó do perigo sexual e a falta do conceito de variação sexual benigna (Rubin, 1984/1989).

*O essencialismo sexual* é efeito das abordagens do sexo e da sexualidade como dimensões biológicas. É a compreensão do erotismo a partir das noções de impulso ou instinto. É, sobretudo, a crença na sexualidade como entidade a-histórica e apolítica, numa aposta na existência de uma essência universal da sexualidade que a determinará, seja onde e quando estiver o sujeito que a expressa. O essencialismo sexual diz de uma visão da sexualidade como destino biológico, da natureza (Rubin, 1984/1989). Esta formação ideológica é de extrema importância em nossas análises. A crítica à essencialização das relações sociais é um fundamento comum a todos os principais autores que utilizamos em nossas referências: C. Taylor, P. Bourdieu, J. Souza, P. Matos, C. Mayorga e M. Prado, G. Rubin, etc.

Considerada por Rubin (1984/1989) como a formação ideológica mais importante na reprodução das hierarquias sexuais, *a negatividade sexual* se materializa em toda a representação pejorativa sobre o sexo. Ele é sempre visto com suspeita, como algo destrutivo, perigoso.

La mayor parte de la tradición cristiana, siguiendo a San Pablo, mantiene que el sexo es en sí pecaminoso. Puede redimirse si se realiza dentro del matrimonio para propósitos de procreación, y siempre que los aspectos más placenteros no se disfruten demasiado. A su vez, esta idea descansa en la suposición de que los genitales son una parte intrínsecamente inferior del cuerpo, mucho menos sagrada que la mente, el "alma", el "corazón" o incluso la parte superior del sistema digestivo (el estatus de los órganos excretores es similar al de los genitales). Tales ideas han adquirido ya una vida propia y no dependen solamente de la religión para su supervivencia (s/p).

Como consequência da negatividade sexual, a *falácia da escala mal posicionada* é outro elemento fundamental no pensamento sexual predominante. Os significados atribuídos ao sexo estão carregados de importância. A determinadas práticas sexuais são atribuídas penalidades ou sanções desproporcionais a outras contravenções que deveriam ser consideradas mais graves. Essas penalidades variam conforme o contexto histórico-cultural em que se inserem os modelos e regulação da sexualidade. Por exemplo, em determinados momentos da história dos Estados Unidos e Europa, o sexo anal foi causa para condenação à morte. Vários países da África e Oriente Médio preveem, ainda hoje, execução ou prisão perpétua para práticas homossexuais e para o adultério feminino. Todos sabemos que a

maior arma para a desestabilização de um governante ou indivíduo de alta patente, é a produção de um escândalo sexual a seu respeito, “a /a Bill Clinton”. Há uma desproporcionalidade significativa na forma como avaliamos os comportamentos sexuais, recorrentemente exaltando os julgamentos e as penalidades (Rubin, 1984/1989).

Há uma valoração hierárquica dos atos sexuais nas sociedades ocidentais modernas. Nessa hierarquia, pensada por Rubin (1984/1989) num modelo piramidal, ocupam os lugares de privilégio as os/as heterossexuais, casados/as e reprodutores.

...Justo debajo están los heterossexuales monógamos no casados y agrupados en parejas, seguidos de la mayor parte de los demás heterossexuales. El sexo solitario flota ambiguamente. El poderoso estigma que pesaba sobre la masturbación en el siglo XIX aún permanece en formas modificadas más débiles, tales como la idea de que la masturbación es una especie de sustituto inferior de los encuentros en pareja. Las parejas estables de lesbianas y gays están en el borde de la respetabilidad, pero los homossexuales y lesbianas promiscuos revolotean justo por encima de los grupos situados en el fondo mismo de la pirámide. Las castas sexuales más despreciadas incluyen normalmente a los transexuales, travestís, fetichistas, sadomasoquistas, trabajadores del sexo, tales como los prostitutas, las prostitutas y quienes trabajan como modelos en la pornografía y la más baja de todas, aquellos cuyo erotismo transgrede las fronteras generacionales (s/p).

Essa hierarquia sexual valorativa prevê reconhecimento diferencial a indivíduos e grupos. Àqueles(as) que estão no topo da pirâmide é garantido o reconhecimento de saúde mental, legalidade, respeitabilidade, mobilidade e acesso a bens e recursos, materiais e simbólicos. Já os(as) que ocupam as posições inferiores são considerados(as) como doentes, pervertidos(as), imorais, sujos(as), indignos(as). Sobre eles(as) podem recair ainda penalidades jurídicas, perda de apoio institucional, sanções econômicas e restrições na mobilidade. O processo regulatório da sexualidade, a partir da valoração de atos e práticas eróticas, tem na religião e na psiquiatria moderna seus principais propagadores. As ideologias populares sobre o sexo estão impregnadas de ideias e conceitos produzidos por esses discursos.

Rubin (1984/1989) considera o estigma erótico uma das últimas formas de preconceito respeitável, já que os demais ou são intransparentes ou já sofrem algum tipo de força coercitiva pelo Estado (como é o caso do racismo relacional e da xenofobia no Brasil, por exemplo).

Outra composição ideológica apontada por Rubin (1984/1989) é a *teoria dominó do perigo sexual*. É uma ideologia implícita em nosso cotidiano que coloca uma sociedade com forte regulação sexual num extremo e o caos no outro. É uma

crença de que, rompidas as fronteiras entre a “sexualidade normal” e a “sexualidade doente”, uma catástrofe de dimensões inimagináveis recairia sobre a humanidade. Essa composição ideológica é uma evidência empírica que inspira uma de nossas questões: porque a sexualidade segue no centro dos processos de regulação e controle social?

Em Rubin (1984/1989), há um fragmento de uma conversa entre dois homossexuais que tentam decidir se devem se amar, que retrata muito bem as suspeitas sobre uma possível liberação sexual:

Verás, Tim – dijo Phillip de pronto –, tu argumento no es razonable. Supongamos que admito tu primer punto de que la homosexualidad es justificable en ciertos casos y bajo ciertos controles. Entonces viene la trampa: ¿dónde termina la justificación y dónde empieza la degeneración? La sociedad debe condenar para poder proteger. Concedámosle el respeto incluso al homosexual intelectual y la primera barrera habrá caído. Después caerá la siguiente y la otra hasta que el sádico, el que azota y el loco criminal exijan lo mismo, y la sociedad dejará de existir. Así que pregunto otra vez: ¿dónde colocar la frontera? ¿Dónde comienza la degeneración, sino en el comienzo de la libertad individual en estos asuntos? (s/p)<sup>21</sup>

É interessante notar o caráter político que Rubin (1984/1989) confere às hierarquias sexuais. O funcionamento da teoria dominó do perigo sexual se baseia na constituição e manutenção de fronteiras entre os tipos de sexualidade e práticas sexuais. Circunscritas em conflitos sexuais que geram lutas políticas em torno de reconhecimento, essas fronteiras podem se alterar. Vemos hoje, por exemplo, a masturbação e o sexo entre namorados caminhando para posições de maior respeitabilidade, ao mesmo tempo em que as fronteiras geracionais do sexo cada vez mais vão se afundando nas posições de desqualificação dessa hierarquia. No caso dos primeiros, podemos dizer que a mudança foi efeito, também, das lutas políticas travadas nas últimas décadas pelos movimentos LGBT. Se a visão da sexualidade das mulheres tem se transformado – ainda que em passos lentos e não de forma generalizada – com certeza isso deve ser creditado às lutas feministas.

Por fim, a *falta do conceito de variação sexual benigna* representa outro componente ideológico que dificulta uma mudança na forma como avaliamos a sexualidade. Se a natureza serve de parâmetro para a legitimação dos demais componentes ideológicos da hierarquia sexual, neste, ela passa longe de servir de referência. A variação e a diversidade são características evidenciadas e exaltadas em qualquer tema da biologia, da ecologia ou dos estudos ambientais. No caso da

---

<sup>21</sup> Rubin (1984/1989) cita James Barr, *Quatrefoil*, New York, Greenberg, 1950, p.310.

sexualidade, variedade é sinônimo de anormalidade. Acreditar que há uma sexualidade melhor que outras, e que todos deveriam praticá-la indistintamente é, sem dúvida, um entrave para o estabelecimento de uma democracia sexual nas sociedades.

Todas essas formações ideológicas compõem a hierarquia sexual da modernidade ocidental, que se organiza numa economia política da sexualidade, ao estabelecer relações de proporcionalidade entre prática sexual e poder. Essa hierarquia sexual se associa a uma série de outras dinâmicas sociais para se manter legítima. Os processos identitários são bons exemplos dessas dinâmicas. A fixação de identidades em indivíduos e grupos que praticam determinada performance erótica reflete os mecanismos de regulação e controle das sexualidades desviantes. Esses processos identitários podem ser vislumbrados também nas dinâmicas de resistência e enfrentamento desses grupos. M. Foucault já nos demonstrou que a experiência da homossexualidade como uma experiência identitária é extremamente recente em nossa história.

Vemos também um crescente processo de estratificação sexual. A criação de zonas de tolerância para a prática da prostituição é um dos efeitos dessa estratificação. As migrações sexuais de indivíduos e grupos que buscam no anonimato das grandes cidades as possibilidades de uma vida sexual menos regulada demonstram de que maneira as hierarquias eróticas mobilizam a ocupação de territórios e a constituição de guetos e espaços de sociabilidade (Rubin, 1984/1989).

Rubin (1984/1989) sugere que “una moralidad democrática debería juzgar los actos sexuales por la forma en que se tratan quienes participan en la relación amorosa, por el nivel de consideración mutua, por la presencia o ausencia de coerción y por la cantidad y calidad de placeres que aporta” (s/p). Dessa forma, o sistema sexual se pareceria menos ao sistema racial e caminharia para uma semelhança com a verdade ética.

## **4.2 Prostituição e agenciamentos: resistência, afirmação da autonomia e outros enfrentamentos**

Buscaremos apresentar a seguir um caminho teórico que nos permita analisar as porosidades e descontinuidades nas estruturas de exclusão e desqualificação da puta pobre, buscando identificar posições de agenciamento em suas experiências. Para tal, buscamos tecer um quadro teórico a partir da noção de agência humana de C. Taylor, da microfísica do Poder de M. Foucault e das teorias feministas da autonomia.

### **4.2.1 Das condições de possibilidades de agenciamento em experiências subalternizadas**

Um dos pressupostos centrais da noção de agência humana construída por Taylor (1977/2007) está na negativa de uma “escolha radical”, tal qual se encontra no pensamento de Sartre. A escolha radical, aquela produzida no “vazio”, sem quaisquer compromissos com sentidos ou valores, sem articulação prévia com nenhuma objetividade é, no mínimo, uma noção essencialista de agência. Ela define uma dimensão humana não ancorada em estruturas objetivas, sendo autorreferida, autocentrada e autodeterminada.

O avaliador forte de Taylor (1977/2007) possui compromissos morais. A ele é negada, por sua própria natureza, a possibilidade de eleger alternativas que não estejam acopladas às dimensões objetivas que o circunscrevem. As alternativas postas a ele, parafraseando P. Bourdieu, “são escolhas pré-escolhidas”. A agência possível do avaliador forte reflete suas possibilidades de articular sentidos e valores existentes. Assim, entendemos que quanto mais diversificada a gama de alternativas morais a ele disponíveis, maiores serão suas possibilidades de agenciamento.

O tema das avaliações fortes coloca para este estudo algumas indagações importantes. É possível transformar o pano de fundo moral em que estão sustentadas nossas avaliações? Pode o sujeito interferir nesse pano de fundo? As

experiências socialmente avaliadas como experiências indignas e inúteis podem ocupar posições diferentes daquelas instituídas pela hierarquia moral da modernidade ocidental? De que forma?

Não poderíamos identificar agenciamentos na experiência da prostituição sem contextualizar suas condições de possibilidade. É certo que pesquisas do tipo como a nossa, sendo empreendidas em outros momentos históricos e em outras condições políticas, identificariam outros cenários de agenciamento em experiências subalternizadas (mais ou menos configuradas, com maior ou menor possibilidade de interferência na ordem social). Por isso, é importante demarcar nosso contexto, já que buscamos identificar posições de agenciamento *na experiência das prostitutas entrevistadas da zona boêmia de Belo Horizonte*. Portanto, é extremamente importante localizar nosso estudo a partir de três condições de possibilidade de enfrentamento (históricas e políticas) que marcam o cenário do campo de pesquisa: a) a virada discursiva desencadeada nos séculos XIX e XX, denominada por Laclau e Moufee (1987) de “passagem das relações de subordinação para a consciência das relações de opressão”; b) a emergência, no final do século XX, de lutas políticas protagonizadas por prostitutas, no Brasil e no mundo e; c) o projeto de revitalização do hipercentro de Belo Horizonte, que prevê a retirada dos hotéis de prostituição da região da Guaicurus.

A passagem das relações de subordinação para a consciência das relações de opressão (como uma virada discursiva) é efeito, ao mesmo tempo em que é condição de possibilidade, das lutas democráticas por reconhecimento do último século. Na leitura de Prado (2002), essa passagem é possibilitada quando há uma consciência do agente social sobre a natureza impeditiva e privativa da dependência e da hierarquia. Na subordinação, esses impedimentos e privações são vistos como funcionais, produzindo uma reciprocidade intersubjetiva entre “inferior” e “superior”. A consciência de opressão pressupõe a percepção de antagonismos nas relações de subordinação, ou seja, a percepção de que há um “nós” que impede a existência de um “eles”. Esse processo de conscientização é evidenciado, por exemplo, nas lutas políticas dos movimentos feministas, negros e sindicais, que criaram antagonismos políticos entre homens e mulheres, brancos e negros, heterossexuais e homossexuais, trabalhadores e capitalistas. O que todos esses movimentos produziram foi uma condição de possibilidade para identificação de relações de opressão nas experiências sociais por eles tematizadas: relações de gênero,

sexuais, étnico-raciais, de trabalho, geracionais, etc.

O que caracteriza essa passagem das relações de subordinação para as relações de opressão como uma virada discursiva da modernidade é sua ampla generalização na sociedade. Machismo, racismo, violência, corrupção, exploração, xenofobia e outros termos que tematizam relações antagônicas entre grupos sociais são, hoje, difundidos no tecido social. Essa virada discursiva, por si só, não é capaz de promover lutas democráticas, conforme aponta Prado (2002)<sup>22</sup>, mas se torna uma condição de possibilidade para o estabelecimento de outras formas de relação do(a) subalterno(a) com a subordinação, que não a reciprocidade e a submissão.<sup>23</sup>

A pesquisa de Mattos (2009a) demonstra algumas evidências dessa virada discursiva. Ao analisar as narrativas de uma entrevistada, em seu estudo com mulheres prostitutas da ralé no Rio de Janeiro, Mattos (2009a) percebe que

ela sente que existem valores, a partir dos quais ela e todas as pessoas são julgadas, percebem umas às outras. Sente a existência de uma hierarquia valorativa, ou seja, seus efeitos, mas não faz a menor ideia das distinções qualitativas que legitimam e reproduzem o seu não reconhecimento... (p.185).

Mesmo não tendo condições de identificar as causas e/ou outras articulações da hierarquia valorativa, as mulheres prostitutas a percebem. Elas reconhecem situações de desqualificação e impedimento em seus cotidianos. Conseguem identificar discursos de inferiorização e subalternização sem, necessariamente, estabelecer com eles uma relação de reciprocidade. Vejamos dois recortes da entrevista de Jéssica. O primeiro deles descreve a chegada de uma garota de programa, conhecida da amiga, que lhe fazia companhia num bar. O segundo descreve parte de seu posicionamento em relação à regulamentação da prostituição.

*“Chegou lá gritando: [a amiga] ‘Vocês não vão subir pra zona?’. Eu falei: ‘Óoo Angélica. Puta que pariu! Já estragou a minha noite, pô. Angélica, não sabia que você saía com a fulana. A fulana chega aqui senta na nossa mesa e nem pede licença. Acho feio esses palavrão, gritando desse jeito.... Ah, o quê que é isso?’”* *Aí a Angélica: “Ó Jéssica, não briga comigo não, é que eu falei que estava aqui e não sabia que você não ia gostar”.* *Eu falei: “Não, não*

<sup>22</sup> Prado (2002) considera importantes outros elementos psicossociais para a constituição de identidades políticas: a formação de identidades coletivas e a demarcação de fronteiras políticas entre grupos sociais.

<sup>23</sup> Reconhecer a virada discursiva proporcionada pela passagem das relações de subordinação para a consciência de opressão não significa eliminar a existência de outras formas de estabelecimento de antagonismos, inclusive pré-modernos. Contudo, ela marca uma diferença histórica na medida em que é generalizada no ocidente moderno, especialmente a partir dos princípios franceses “liberdade-igualdade”, do paradigma dos direitos humanos e dos chamados “novos” movimentos sociais.



*importo. Tem que ter educação. Ela não tá vindo da zona pra tá gritando desse jeito. Falando em zona, não. A gente tá na rua. Fica até chato. Vai que tem um rapaz ali que tá te olhando diferente: Ele pode pensar: 'Ah gostei, mas é puta!' O preconceito é muito grande. O preconceito existe e é muito sério..."*

*"... por que se fosse tudo bonitinho, tudo legal, com carteira assinada, ia ser interessante. Ia dar um tapa de luva em muitos preconceituosos. E tem muitos preconceituosos, infelizmente é a realidade"*

(Jéssica, 37 anos, hotel Magnífico, 13/11/2012)

Percebe-se que Jéssica conhece os discursos de desqualificação que recaem sobre as putas. E nos parece ser mais do que “conhecimento de causa”. Ela manifesta uma avaliação do que descreve como preconceito. Nomeando de preconceito o “risco de desqualificação” que sofre, ela mostra que tem certa “consciência” dos impedimentos causados por ele, o que, inclusive, justifica sua decisão por manter uma postura discreta fora do ambiente de trabalho. Ela também identifica o preconceito como barreira para a conquista do reconhecimento jurídico de sua ocupação como trabalho. A noção de preconceito é extremamente moderna. Foi cunhada no centro das lutas políticas da modernidade. Jessica – e também a prostituta entrevistada por Mattos (2009a) – está inscrita num contexto histórico e político em que a consciência generalizada da existência de determinadas assimetrias sociais se tornou um pano de fundo discursivo da modernidade ocidental.

Parece haver uma característica em comum entre essa virada discursiva e alguns elementos do conceito de *habitus* primário com que opera Souza (2003). O *habitus* primário seria a generalização de uma economia emocional a inúmeras camadas e classes da sociedade. Seria o compartilhamento da ideia moderna de dignidade (e de igualdade) a essas camadas, juntamente com a noção moderna de cidadania. O que Laclau e Moufee (1987) chamam de passagem das relações de subordinação para relações de opressão parece-nos ser também o compartilhamento de condições políticas específicas entre grupos, que possibilitam o reconhecimento coletivo e individual das opressões nas relações de subordinação. Contudo, o compartilhamento da economia emocional de J. Souza pressupõe sua incorporação ao corpo (e às instituições), ou seja, pressupõe que o discurso se faça prática. É o que nem sempre vemos na ralé brasileira – ou em outras experiências de subalternidade. Parece não haver nessas experiências uma incorporação do discurso moderno de igualdade, ainda que ele opere, em alguma medida, na vida

dessas pessoas. As referências da igualdade moderna funcionam como uma espécie de ideal a ser seguido, ainda que não incorporado no cotidiano.

Um exemplo interessante da forma como esse discurso interfere na vida cotidiana dos grupos desqualificados está no estudo de Mattos (2006). Ela afirma que as mulheres da ralé de sua pesquisa, apesar de não incorporarem em seu cotidiano as predisposições do que deveria ser “uma nova mulher”, são guiadas ideologicamente pelos parâmetros que prescrevem as condutas dessa nova mulher. A cumplicidade e o afeto nas relações amorosas, por exemplo, são tidos por elas como um ideal a ser seguido, mas parecem estar distantes de suas práticas cotidianas. Vale lembrar que diversos parâmetros do que Mattos (2006) chama de “nova mulher” só o são em função das lutas travadas pelos movimentos feministas.

Mas há uma diferença fundamental entre a noção de *habitus* primário de Souza (2003) e a virada discursiva mencionada anteriormente: a razão pela qual J. Souza pressupõe que a ralé brasileira não pode incorporar a economia emocional do *self pontual*. Para ele, a única razão que impossibilita essa incorporação é o impedimento estrutural que circunscreve a experiência do(a) desqualificado(a). Parece haver uma crença de que, caso houvessem possibilidades estruturais para tal, todos os indivíduos se “submeteriam” aos parâmetros modernos de reconhecimento social. Essa diferença, marcada pela forma de se operar com o conceito de *habitus*, nos é cara neste estudo, já que pressupomos que a não incorporação de capitais específicos não se dá somente por impedimentos estruturais. Pressupomos que há outros elementos envolvidos no estabelecimento de “periferias” sociais, afinal, os parâmetros de reconhecimento e desqualificação social estão em disputa.

Essa disputa está diretamente relacionada a uma segunda condição histórica e política de nosso estudo: a emergência de movimentos de mulheres prostitutas no Brasil e em outros países. Eles têm buscado tematizar a desqualificação social da prostituta e da prostituição. As reivindicações desses grupos são diversas e vão desde a regulamentação das atividades profissionais até o reconhecimento do direito à “livre escolha” da prostituição.

O movimento de mulheres prostitutas surgiu no final da década de 70, mais precisamente em 1979, quando ocorreu uma primeira tentativa de organização dessas mulheres para o enfrentamento de perseguições policiais na cidade de São Paulo. Contudo, foi o surgimento da AIDS que acabou se tornando uma condição

potencial para o fortalecimento da organização das prostitutas. Consideradas como “grupo de risco”, elas foram alvo de inúmeras ações governamentais de contenção da síndrome. Neste momento de visibilidade pública, a tematização da prostituição foi inevitável, permitindo que vários grupos se organizassem por todo o Brasil. Em 1987, aconteceu o primeiro Encontro Nacional de Prostitutas, onde se iniciou a formação da Rede Brasileira de Prostitutas (Barreto, 2008).

Barreto (2008) demonstra que o surgimento da AIDS criou condições para o estabelecimento dos outros dois aspectos fundamentais na constituição de identidades políticas apontados por Prado (2002) – sendo que um deles é a passagem das relações de subordinação para a consciência de opressão: a constituição de identidades coletivas e o estabelecimento de fronteiras políticas. Os programas estatais de enfrentamento à AIDS e o pânico moral que se instalou na sociedade – especialmente em relação aos homossexuais e às prostitutas – contribuiu para o reconhecimento das prostitutas como um grupo (como um “nós”), através do fortalecimento de solidariedade e sentimento de pertença entre elas. Contribuiu também para tematização da discriminação, da violência e das precárias condições de trabalho a que estão submetidas, especialmente as que trabalham nas ruas. Temos, portanto, a politização da experiência da prostituição nas últimas três décadas, o que tem tensionado a agenda pública para uma maior atenção às suas demandas e especificidades.

Especificamente em Belo Horizonte, a APROSMIG tem vivenciado momentos conturbados, relacionados com a terceira condição histórica e política (de base local) que se faz pano de fundo desta pesquisa. Com a criação do projeto de revitalização do Centro da capital, especialmente com o “Programa Centro Vivo” (2004), uma série de medidas foi tomada pelo poder público. Perseguições policiais no entorno da zona boêmia, cassação de alvarás de funcionamento e fechamento de hotéis foram circunstâncias que levaram prostitutas, donos de hotéis, comerciantes e membros de ONGs a se organizarem para o enfrentamento da política higienista que estava sendo implementada (Barreto, 2008). Vê-se, conforme aponta essa autora, o estabelecimento de fronteiras políticas, identificadas por antagonismos entre os interesses da população da zona boêmia e o escopo da política urbana em andamento.

Em 2007, a situação se agravou. A região da Guaicurus passou a ser oficialmente alvo dos planos de revitalização do hipercentro. Conforme Barreto

(2008) demonstrou, ainda que não tenha sido proferida nenhuma declaração oficial naquele momento sobre a retirada dos hotéis da região, o então prefeito da época, Fernando Pimentel (PT), declarou que a implementação das ações no local estavam dependentes da aprovação da PL 1450/07, do vereador Alexandre Gomes (PSB), que proibiria a oferta de determinados serviços (dentre eles o de hotelaria), exatamente na região onde se encontram instalados os hotéis de prostituição. Esta situação gerou inúmeras ações de mobilização das prostitutas, na busca por interpelar a possível retirada de seus locais de trabalho.

Os movimentos de mulheres prostitutas atualizam e fortalecem, com as especificidades dessa experiência, uma consciência coletiva da opressão que se estabelece em seus cotidianos. Muitas vezes, articulados a outros movimentos feministas e ao movimento LGBT, eles têm disseminado ideais e valores igualitários entre as prostitutas que, certamente, permite a elas resignificar suas experiências e, conforme pressupomos, fortalecer cotidianos de enfrentamento também ao nível das microrrelações.

#### **4.2.2 Poder e microrresistências: descontinuidades da dominação**

O pressuposto da existência de experiências de enfrentamento à opressão e à desqualificação social da prostituta traz consigo o pressuposto da resistência. Esse pressuposto se ergue, especialmente, diante da premissa foucaultiana de que onde há poder há também resistência. O que permite a M. Foucault a afirmação dessa possibilidade é, em princípio, a negação do valor pejorativo atribuído à noção de poder. Para ele, o poder não é somente, como convencionalmente abordado na ciência política, a coerção exercida pelo Estado para a manutenção da ordem. O poder é capilarizado e se encontra em toda parte.

M. Foucault, durante sua trajetória intelectual, buscou estabelecer as conexões entre saber, poder e produção subjetiva. Esse desiderato representou em seu trabalho uma historicização das formas pelas quais homens e mulheres têm produzido conhecimentos sobre si mesmos/as. Ele analisa esses conhecimentos organizados em “jogos de verdade” e identifica quatro tecnologias que operam

saberes, poderes e sujeitos:

1) *tecnologías de producción*, que nos permiten producir, transformar o manipular cosas; 2) *tecnologías de sistemas de signos*, que nos permiten utilizar signos, sentidos, símbolos o significaciones; 3) *tecnologías de poder*, que determinan la conducta de los individuos, los someten a cierto tipo de fines o de dominación, y consisten en una objetivación del sujeto; 4) *tecnologías del yo*, que permiten a los individuos efectuar, por cuenta propia o con la ayuda de otros, cierto número de operaciones sobre su cuerpo y su alma, pensamientos, conducta, o cualquier forma de ser, obteniendo así una transformación de sí mismos con el fin de alcanzar cierto estado de felicidad, pureza, sabiduría o inmortalidad (Foucault, 1981/1990, p.48).

O enquadre numa arqueologia do saber – presente no início da trajetória de M. Foucault - buscou identificar de que forma as sociedades produzem conhecimentos sobre si mesmas e as formas pelas quais esses conhecimentos se convertem em verdades no cotidiano social. Essas verdades, geralmente produzidas em modelos normativos de natureza científica, se tornam as regras e os parâmetros para definir e transformar as pessoas. O privilégio dado por M. Foucault à análise de instituições penais e psiquiátricas nessa etapa de seus estudos elucidou o papel fundamental que a medicina e o direito exercem na disseminação das verdades que legitimam relações de dominação. Um aparato tecnológico composto por instituições, leis, normatizações e outras tecnologias cuidaram para que parte significativa (e legitimada) do conhecimento produzido sobre a prostituição funcione como um dispositivo de legitimação dessas “verdades”: experiência patologizada e judicializada (Foucault, 1979/2010).

É interessante notar que Deleuze (1992), em seus diálogos com M. Foucault, corrobora com ele na ênfase dada ao direito como dispositivo central de controle e regulação dos indivíduos, apesar de acreditar ser uma ilusão pensar que a lei e as normas regulamentares substituem a política. Para ele, "a lei e as normas... são noções vazias e complacentes" (p.127), o que nos remeteria à necessidade de analisar as lutas que circunscrevem a definição dessas leis e do próprio direito. A retomada da política nos trabalhos de G. Deleuze parece ser efeito de suas releituras do segundo enquadre metodológico dos trabalhos de Foucault: a genealogia do poder.

Se a arqueologia do saber buscou compreender *como* os saberes aparecem e se transformam em suas inter-relações discursivas e suas articulações com as instituições, o projeto de uma genealogia do poder teve como ponto de partida a questão do *porquê*. Identificar o *porquê* da existência dos saberes não pressupõe

considerá-los como efeito, mas, sobretudo, inscrevê-los num contexto de natureza essencialmente estratégica – a *microfísica* do poder (Machado, 1979/2010). Ela consiste no conjunto de relações sociais que, não sendo restritas às relações entre Estado e sociedade ou entre grandes grupos sociais, se estabelecem no interior do tecido social, podendo ser evidenciadas também nas microrrelações.

Parte fundamental do projeto de uma genealogia do poder de Foucault (2010/1979) foi sua conceituação. Trazemos Machado (1979/2010), seu leitor e tradutor, para ajudar-nos nesse desiderato:

Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação... Os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. Daí a importante e polêmica idéia [*sic*] de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que têm o poder e de outro os que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é objeto, uma coisa, mas uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder (p.14).

Ao deslocar as análises do poder do Estado, Foucault (1979/2010) demonstra a existência de relações de poder diluídas em microrrelações, locais, contingentes, e não necessariamente submetidas à normatização estatal. Um poder refletido na dimensão mais material da existência humana – o corpo. A microfísica do poder pressupõe um deslocamento no nível das análises, assim como decompõe a realidade em duas dimensões analíticas: o centro e as periferias. Daí o enfoque dado por M. Foucault à noção de “acontecimento”, que se assemelha ao conceito feminista de “experiência”. Nesse sentido, buscamos identificar efeitos de poder nas experiências periféricas da prostituição, seguindo o pressuposto de M. Foucault de que essas experiências não são apenas objetos do poder, mas, ao contrário, podem se fazer condições para sua produção.

O poder não é exclusivamente de natureza repressiva. Não representa somente a intervenção do Estado para controlar a população através da coerção, da repressão, da força ou da violência. A pressuposição dos micropoderes possibilita visualizar seu caráter positivo, como produtivo e transformador. Ele produz o real, os corpos, as subjetividades, os sujeitos (Foucault, 1979/2010).

Quando apresentamos no capítulo anterior as condições de possibilidades para a emergência de agenciamentos, quisemos demonstrar que os saberes e verdades sobre a sexualidade, o gênero e a prostituição não são sincrônicos. Explicamos: a virada discursiva anteriormente mencionada, com a passagem de uma relação de subordinação para uma consciência de opressão, contribuiu para a produção de inúmeros outros saberes e verdades sobre esses temas, diferentes daqueles que legitimam a dominação na modernidade. Os movimentos feministas, LGBT e *queers* disseminaram no tecido social outras verdades sobre a sexualidade. Isso permitiu, por exemplo, a organização das prostitutas na década de 80. Sob inúmeros discursos de estigmatização e desqualificação – em função de uma suposta culpa da prostituta pela propagação da AIDS no Brasil e no mundo – e amparadas por outras verdades sobre suas condições, elas produziram uma espécie de contradiscurso, um tipo de discurso ao contrário. Esse contravocabulário, usado pelas prostitutas, deu a elas condições de fortalecer identidades coletivas e políticas e empreender lutas por reconhecimento e garantia de direitos.

Pressupor a existência de micropoderes marca outra diferença na forma como pretendemos operar com o arcabouço teórico de P. Bourdieu e J. Souza. O enquadre analítico estrutural desses autores pressupõe uma dinâmica de poder que se estabelece entre estruturas sociais. Uma estrutura detém poder; a outra é dele objeto. Pertinente aos objetivos de estudo desses autores – que buscam compreender de que maneira as desigualdades se reproduzem – a noção de poder em que se sustentam impede a identificação de agenciamentos na experiência do(a) subalterno(a), visto nessa perspectiva como destituído de poder ou, sobretudo, como objeto do poder. Portanto, buscaremos articular o modelo de análise da reprodução da dominação social desses autores à microfísica do poder de M. Foucault, o que nos permite ir além da reprodução, mas, principalmente, identificar descontinuidades, desestabilizações e porosidades no curso da dominação.

O terceiro enquadre teórico de M. Foucault buscou demonstrar de que forma os dispositivos de saber/poder se tornam legítimos, ou seja, de que forma dispositivos de controle e regulação se convertem em subjetividades. Para tal, ele buscou articular duas das quatro tecnologias apontadas por ele na produção de conhecimento das sociedades sobre si mesmas: as *tecnologias do poder* e as *tecnologias do eu*. Fazem parte do pano de fundo discursivo das *tecnologias do eu* a prerrogativa grego-romana “ocupar-se de si mesmo”, que se tornou a máxima para

que os sujeitos se constituíssem como sujeitos morais, ainda que alterada pela moralidade cristã (Foucault, 1981/1990). As *tecnologias do eu* se materializam nos dispositivos pelos quais os sujeitos efetuam ações sobre si e sobre seu corpo, buscando se moldarem a partir das prerrogativas do que C. Taylor denomina de “vida que vale a pena ser vivida”.

Se interpretarmos o poder a partir da experiência do(a) subalterno(a), ele será visto como resistência ou afirmação da autonomia. A resistência é um elemento central das tecnologias do eu. Ela não é vista somente como efeito da dominação, mas como poder de interpelação da ordem estabelecida. A natureza do poder produz a resistência. Ela pressupõe que numa relação antagônica o movimento de um agente produz, como efeito, o movimento do “inimigo” (Foucault, 1979/2010). A resistência nada mais é do que uma das formas de expressão do poder, na perspectiva do dominado.

Faremos aqui uma distinção entre macrorresistência e microrresistência. Não é uma distinção valorativa, mas que considera o alcance de seus efeitos sobre o poder dominante. A macrorresistência é estratégica, tal qual o poder dominante, já que busca eficácia política de seus interesses e se organiza coletivamente para tal. A organização política de mulheres prostitutas é um bom exemplo do que chamamos aqui de macrorresistência. As microrresistências não são necessariamente estratégicas. Elas representam os efeitos de contrapoder no curso da dominação. São forças de interpelação da submissão, ainda que efêmeras e desarticuladas. Partimos do pressuposto que essas duas dimensões de resistência possuem potenciais de transformação e emancipação. As macrorresistências, por sua característica estratégica, ao mobilizar poderes para se tornar eficaz através das lutas políticas. As microrresistências, conforme propõe Curiel (2012)<sup>24</sup> representam propostas de mudança em si mesmas, já que refletem mais do que a simples força para barrar efeitos de opressão; elas detêm um potencial de denunciar, desvelar e desestabilizar esses efeitos, ao interpelarem a submissão. Operamos com a noção de microrresistência, tal qual Bourdieu (2005,1979/2006) opera com a ideia de “lutas simbólicas”.

---

<sup>24</sup> Curiel, O. (2012). *Teleconferência proferida à equipe do NEPECS* [mimeo]. Bogotá, abril de 2012. Universidad Nacional de Colombia.



### 4.2.3 O horizonte das experiências de agenciamento: autonomia e emancipação social

A autonomia é, sem dúvida, um dos conceitos mais complexos de serem desenvolvidos atualmente. Seu caráter polissêmico e a pluralidade de campos do saber que dele se apropriaram colocam pesquisadores, muitas vezes, num terreno movediço, carregado de armadilhas e obscuridades. A noção kantiana de autonomia – ainda não superada – parece-nos ser um dos obstáculos teórico-políticos enfrentados pelos estudiosos que operam este conceito.

A autonomia autocentrada de Kant, desvinculada de uma contingência histórica e política, pressupõe uma vontade ordenadora do mundo, capaz de se desvincular totalmente de quaisquer estruturas sociais circunscritas na experiência do agente. Ela é a expressão do indivíduo que, desenvolvendo as habilidades de controlar suas paixões e impulsos, materializa a eficiência da razão na capacidade de autodeterminar sua própria vida. Essa ideia de autonomia contribuiu significativamente para a consolidação da hierarquia moral de que trata C. Taylor, já que materializa uma das fontes morais que conferem reconhecimento diferencial na modernidade – a racionalidade.

A autonomia é também uma forte preocupação de George Mead, psicólogo social/sociólogo norte-americano da escola de Chicago. A autonomia para ele, inscrita em processos simbólicos de operação da linguagem, representa o potencial de reflexividade e coletivização dos conflitos sociais que têm os sujeitos. Ele remonta o legado grego-romano da *polis* e da autonomia como bem comum, que se produz no exercício da cidadania. Mead (1934/1982) admite que, mesmo submetidos à lei e à norma, os sujeitos podem revisá-las e reordená-las através da ação coletiva, produzindo transformações sociais significativas. Nesse sentido, “a autonomia é fruto de um embate dialético entre a reflexividade e as normas e leis sociais, ao permitir tanto a aceitação quanto o movimento coletivo de mudança do instituído no campo legal e normativo” (Sant’ana, 2009). Assim como em Kant, a razão é elemento fundamental para a consolidação de experiências de autonomia.

Na segunda metade do século XIX o conceito de autonomia é relido por uma série de autores. Na América Latina, ele é articulado a uma série de outros conceitos

– sob um pano de fundo marxista – buscando construir um projeto de ciência comprometida com essa realidade. Para Freire (1967), a construção da autonomia passa, necessariamente, pelos fundamentos que subjazem os processos educativos. Esses processos pressupõem uma pedagogia que potencialize a conscientização das massas populares alijadas de poder político, ou seja, que lhes ofereça condições para a tomada de consciência da realidade e de suas condições sócio-culturais. “E esta conscientização muitas vezes significa o começo da busca de uma posição de luta” (p.9). P. Freire também inscreve a construção de autonomia em processos políticos, através de ações coletivas.

Os pensamentos de G. Mead e P. Freire influenciaram toda uma tradição da psicologia social latino americana. Especialmente no projeto de uma psicologia social comunitária, desenvolvido a partir da segunda metade do século XX, percebe-se uma preocupação ético-política com a autonomia dos povos latinos e das comunidades populares que aqui vivem. Numa proposta de descolonizar a psicologia, a noção de autonomia que circunscreve a produção latino-americana em psicologia social tem estreita relação com o projeto de mudança socialista, através do desenvolvimento de conceitos como “educação popular”, “conscientização” e “desideologização”.

A intervenção social em comunidades populares se tornou alvo das preocupações dos(as) psicólogos(as) sociais latinos(as) que tinham como horizonte de trabalho a conscientização dessas comunidades. O processo de conscientização pressupõe um intenso trabalho de “desideologização”, ou seja, o desvelamento das ideologias que obscurecem as relações de poder e opressão a que estão submetidas as comunidades e povos latinos (Martín-Baró, 1986). A construção de autonomia, na perspectiva dessa tradição, põe ênfase nos processos de participação política de grupos populares e, em termos epistemológicos, na descolonização dos saberes produzidos em nosso contexto.

Autonomia é também um conceito caro ao pensamento e ativismo feminista. Ele remonta aos primeiros escritos reconhecidos como tal, como é o caso do trabalho de Mary Wollstonecraft, que buscou reivindicar o direito das mulheres, em meados do século XIX. Em contraposição às noções de opressão, dominação e subordinação, a autonomia sempre foi uma bandeira de luta presente nos movimentos feministas.

Não é por acaso que esse conceito organiza os coletivos feministas.

Pressupondo, em alguma medida, expressão de liberdades, a autonomia é alijada de várias mulheres no sistema sexo/gênero, que têm comprometidas uma série de liberdades, como as sexuais, as políticas, as de expressão, etc. Uma das fortes evidências dessas interdições à plena autonomia das mulheres é a recorrente vinculação de autonomia ao mundo da política, à organização do mundo público. É um conceito que foi criado juntamente com a noção de cidadania, da qual as mulheres foram impedidas de participar por não serem consideradas hábeis para seu exercício. Vale lembrar que, no Brasil, o movimento sufragista alcançou a principal de suas reivindicações somente na década de 30, sendo que, em condições plenamente iguais às dos homens, apenas no final da década de 40.

Marcela Lagarde, feminista mexicana, tem uma proposta teórico-política para a autonomia das mulheres, que apresenta densa reflexão sobre o que ela seria e as condições para alcançá-la. A autonomia, para ela, deve ser analisada num processo histórico a partir das condições em que cada grupo social se inscreve. Ela está inscrita simbolicamente na linguagem, na cultura, na estética, na sexualidade, na política, na filosofia, etc.

La autonomía se constituye a través de procesos vitales. Podemos imaginarla, nombrarla, pero después hay que construirla concreta e materialmente. La autonomía no es sólo un enunciado subjetivo. Es un conjunto de hechos concretos, tangibles, materiales, prácticos, reconocibles, y a la vez es un conjunto de hechos subjetivos, simbólicos (p.7)

A autonomia como *pacto social* (Lagarde, 1997) necessita de uma rede de inteligibilidade que a reconheça, a legitime. Ela necessita de condições sociais concretas para ser exercida. Não se reduz apenas numa enunciação, ou numa proclamação, ainda que “el simple enunciado de la necesidad de la autonomía es ya un principio de autonomía simbólicamente hablando” (p.6). Nesse sentido, a *afirmação* da autonomia, em seu sentido mais simples, já indica uma autonomia simbólica dos sujeitos.

Há outra dimensão da autonomia para Lagarde (1997) que é de extrema importância para este estudo. “La autonomía es un proceso sexual, un conjunto de procesos de la sexualidad para los hombres y para las mujeres” (p.8). No caso das mulheres, representa uma mutilação de sua autonomia sexual, já que este é pressuposto do sistema sexo/gênero. A sexualidade é, ao mesmo tempo, o dispositivo de dominação da mulher e uma das potências para o estabelecimento de

sua autonomia. Uma política sexual é uma política de/para autonomia. Uma ruptura sexual representa movimento pela busca por autonomia. A natureza sexual da prostituição lhe confere uma característica ambígua. Sua ruptura total com os parâmetros de reconhecimento diferencial às mulheres lhes coloca em constantes situações de desqualificação. Por outro lado, a atuação da prostituta se inscreve numa política sexual de resistência e afirmação da autonomia, já que empreende uma constante desestabilização das normas sexuais. Essa evidência apresenta à nossa concepção de agência uma característica a ser considerada: experiências de agenciamento são carregadas de ambiguidade e contradição.

É importante correlacionar aqui, autonomia e resistência. Resistir é negar a legitimidade da norma, é interpelar a submissão à regra externa; é, sobretudo, desnudar a arbitrariedade da dominação. Nesse sentido, uma microrresistência, investida de poder, se sustenta em outras normas, diferentes das dominantes. Ela emerge como efeito do poder de outros princípios que buscam se tornarem imperativos. Isso nos permite perceber que a afirmação da autonomia não é simplesmente um idílio. Ela já representa uma autonomia latente. Afirmar a autonomia é, em princípio, expressão de resistência. Ainda que não inscrita em mecanismos sociais de inteligibilidade, é expressão de lutas simbólicas (Bourdieu, 2005, 1979/2006) que se instalam no interior do tecido social. Conforme propõe Lagarde (1997), a resistência, de um ponto de vista das teorias de gênero, inaugura a autonomia.

A leitura que P. Bourdieu faz sobre determinadas narrativas dos “oprimidos” como “necessidade transformada em virtude” pode ser aqui reinterpretada. Essa reinterpretação, ao considerar as microrresistências, a afirmação da autonomia e seus efeitos de desestabilização do curso da dominação como elemento de análise – mais do que seus efeitos de transformação social concreta – investe de agência determinadas narrativas desenvolvidas na experiência de mulheres prostitutas. A *illusio* criada por elas não é tão ilusória assim. Tal qual a materialidade do *habitus*, pré-reflexivo e inarticulado, o idílio das prostitutas é efeito de contrapoder, e se sustenta em outros parâmetros de moralidade, sexualidade, gênero e reconhecimento social. Essa interpretação radicaliza a ideia de que esses parâmetros estão em constante disputa.

Quando uma prostituta afirma sua autonomia diante de um ataque desqualificador ou de um discurso vitimizante, ela está, dentre outras coisas,

afirmando uma não reciprocidade com o princípio que a desqualifica. Ainda que essa afirmação represente a negação de uma interdição concreta que sobre ela recaí, evidencia uma descontinuidade entre o poder dominante e o poder do qual se investe como sujeito. A afirmação de autonomia na experiência da prostituição é, antes de tudo, um conflito de poderes que demonstra a não reciprocidade simbólica entre a força de desqualificação e a prostituta.

Uma das alternativas propostas por Lagarde (1997) – e tantas outras feministas – como chave para o “empoderamento” e a autonomia das mulheres é o fortalecimento de laços de solidariedade entre elas. Assim como a maioria dos(as) teóricos(as) por nós apresentados, ela inscreve as condições de autonomia no campo político das ações coletivas. A solidariedade, como efeito de princípios como a reciprocidade e a equidade, pode ser entendida como a capacidade de se associarem, de se convergirem, de construírem acordos, apoios e ajuda mútua. Não numa perspectiva assistencialista, que vê nas mulheres uma carência que precisa ser sanada. Mas pela identificação de uma subalternização contingencial que pode ser enfrentada através da solidariedade. A solidariedade mobiliza identidades coletivas pela perspectiva da igualdade, ainda que as tensões impostas por pautas de diferença estabeleçam, contingencialmente, antagonismos internos. A solidariedade é pré-condição para construção de identidades coletivas, elemento fundamental para a constituição de identidades políticas (Prado, 2002).

É interessante notar que a autonomia, para a maioria dos(as) autores(as) mencionados, está intrinsecamente relacionada com a cidadania – no sentido grego do termo. É essencialmente política, porque está em disputa. Seguimos com os pressupostos desses(as) autores(as) em nossas referências teóricas sobre esse conceito (Lagarde, 1997; Martín-Baró, 1986; Freire, 1967; Mead, 1934/1982). Mas gostaríamos de fazer uma breve reflexão sobre um elemento convergente de seus pensamentos. Ao inscreverem a autonomia num campo político específico, marcam a razão como condição de possibilidade para sua construção. A reflexividade em Mead (1934/1982), a conscientização em Freire (1967), a desideologização em Martín-Baró (1986) e a solidariedade estratégica em Lagarde (1997) pressupõem o exercício da razão como fundamental aos processos de conquista de autonomia. Assim perguntamos: toda resistência é racionalizada? Não seriam as experiências de resistência caracterizadas, especialmente, pela negação a uma racionalidade específica? A resistência ao poder dominante, fundamentalmente construído sobre a

égide da razão moderna, não seria uma experiência de “desrazão”, por si só? Quanta “desrazão” pode ser identificada numa “carreira sexual” construída por uma mulher prostituta? Não existe nenhuma valoração no que chamamos aqui de “desrazão”.

A loucura, nessa perspectiva, pode ser entendida como uma experiência de resistência que radicaliza o que chamamos de “desrazão”. Não estamos endossando a racionalidade moderna como pressuposto para o estabelecimento de inteligibilidade do humano – tal qual fizeram as sociedades ocidentais ao longo da história. Ao contrário, parece-nos que resistir ao poder dominante – fundamentalmente racionalizado – produz um efeito de “desracionalização” do modelo de inteligibilidade ocidental, mais do que somente seu alargamento. Se a sexualidade, por exemplo, deixa de ser vista como expressão do instinto, da paixão, da biologia – da irracionalidade –, pode-se dizer que logrou “desracionalizar” a racionalidade ocidental. Mais do que alargar o que se entende como razão e racionalidade, determinadas experiências rompem com as dicotomias razão-paixão, natureza-cultura, que mantêm a ordem de dominação nas sociedades. Propõem, desta forma, outro modelo de inteligibilidade da experiência humana. De qualquer forma, essa não é uma discussão a ser aprofundada neste trabalho.

Para finalizar, gostaríamos de enumerar algumas considerações sucintas acerca de nossa concepção de agência humana, a partir das reflexões realizadas ao longo do capítulo 4.

*Agenciamentos são produzidos em interações sociais.* Eles não são priorísticos, tampouco finalísticos. Inscrevem-se nas relações sociais, nos encontros intersubjetivos, na linguagem, na cultura e na história. A experiência (Scott, 1992/2001) é o *locus* de sua produção.

*Agenciamento é expressão de poder,* mais do que isso, é um de seus efeitos. Nesse sentido, agência é experiência investida de poder, o que, por pressuposto, produz outros efeitos na realidade social.

*Agenciamento é expressão de ambiguidade e contradição.* Em experiências subalternizadas, ele mobiliza significados da ordem dominante e das alternativas de emancipação a que o sujeito tem acesso. É comum, por exemplo, os sujeitos se apropriarem de determinados mecanismos do poder dominante em seus agenciamentos (Freire, 1974/1985).

*Agenciamento não é expressão de nenhuma essência ou interioridade.* Não

existe uma natureza na agência. Ela não representa nenhum atributo específico dos sujeitos, tampouco se produz por leis gerais de funcionamento do mundo.

*Agenciamento não é sinônimo de escolha.* Negamos qualquer perspectiva cognitivista, racionalista ou utilitarista de agência. Ela não é sinônimo de livre-arbítrio, tampouco de vontade ordenadora da vida.

*Agenciamento não pressupõe originalidade,* ainda que possa expressá-la. Ele não instala, necessariamente, nenhuma novidade no curso das coisas.

*Agenciamento não é sinônimo, necessariamente, de transformação social,* ainda que represente uma potência para tal. Se estiver inscrito nas microrrelações ele não produz, necessariamente, mudanças estruturais. A potência transformadora do agenciamento é ativada quando é este politizado, seja através de ações coletivas, seja através de sua publicização.

*Agenciamento não é sinônimo de autonomia.* A autonomia é o horizonte da agência. Afirmá-la, ainda que em circunstâncias de extrema desqualificação social, pode representar um agenciamento. A resistência é uma forte expressão de agenciamento, do ponto de vista da subalternidade.

*Agenciamento é uma experiência política.* A não reciprocidade simbólica entre poder dominante e contrapoder revelam os antagonismos que se instalam na dominação. Agenciamento é sinônimo de luta simbólica, ainda que não coletivizada.

## 5. PROSTITUIÇÃO E EXPERIÊNCIA: APROXIMAÇÕES DO “VIVIDO” E DAS “REFLEXÕES SOBRE O VIVIDO” (OU PARA FAZER ARTICULAÇÕES)

Conforme já apontado no capítulo metodológico, apostamos na importância em abordar a prostituição a partir de sua experiência. Nesse sentido, buscamos tecer reflexões a partir do cotidiano das prostitutas, seus modos e perspectivas de vida. Analisar a dimensão da experiência pressupõe uma aproximação das dimensões do “vivido” e das “reflexões sobre o vivido” pelas prostitutas. Condições de subalternidade e experiências de enfrentamento são as duas categorias analíticas que sustentaram a organização das narrativas e dos dados coletados nas observações participantes. Contudo, essas categorias estão diluídas ao longo do texto de análise. Optamos por um texto corrido, não fragmentado, numa narrativa única. Entendemos que a fragmentação do texto, nesse caso, limitaria o exercício analítico, já que pressupomos que essas dimensões estão intrinsecamente articuladas ao nível da experiência.

Para iniciar a discussão, apresentamos um fragmento do diário de campo que relata minha aproximação com Madalena.

Já eram nove da noite. Estava bastante irritado, já que acabara de ser maltratado por uma garota da qual me aproximei no segundo andar. Não me permitiu falar. Expulsou-me da porta do quarto com certo requinte de agressividade. Antes de desistir naquele dia, observei uma garota num quarto isolado, no fundo do corredor, e que parecia não receber um cliente há bastante tempo. Ela estava sentada na cabeceira da cama, com as pernas bem abertas em direção à porta. Ao corpo, só tinha sutiã. Loira, bonita, com o perfil estético do Hotel Brilhante. Lendo uma revista e com um fone de ouvido acoplado a um aparelho MP3, parecia não se importar muito com o baixo movimento do hotel naquele dia. Quando me aproximei, fui logo informando meu nome e quem eu era. Perguntei-lhe se teria um ou dois minutos para apresentar-lhe a proposta da pesquisa. Antes mesmo de terminar, ela deu um longo sorriso e convidou-me para entrar: “*Senta aí gato, não repara não, tá*” Enquanto sentava na cama, que denunciava um dia intenso de trabalho, ela se levantou, acendeu a luz, retirou o fone de ouvido e estendeu na cama, à minha frente, uma camiseta lilás. Sorrindo para mim, Madalena me informou que foi ela própria quem a fez, apontando para os detalhes artesanais nas costuras laterais da camisa. Mas o que me chamou mesmo a atenção foi a frase estampada na camisa: “Mulheres são iguais, em qualquer profissão”. Como pano de fundo da frase, a silhueta de uma mulher, bastante sensualizada, parecendo estar observando o leitor. Porque ela teria me mostrado aquela camisa, tão logo entrei em seu quarto? Elogiei o artesanato e perguntei onde ela havia conseguido a camisa. “*As meninas lá de baixo que me deram. Eu ia desfilas, sabe...*” (Diário de campo, Av. Guaicurus, 22/10/12, 18h).

Até aquele dia, ainda não havia realizado nenhuma entrevista. Estava bastante ansioso para conversar com as garotas. Parte da ansiedade foi gerada após a última apresentação e discussão da pesquisa com a equipe do NEPECS.



Dentre os vários debates realizados naquele dia, fui interpelado em relação ao “lugar” secundário que pareciam ocupar as prostitutas no estudo. A não realização de nenhuma entrevista até então e uma apresentação com significativo adensamento teórico criavam dúvidas no grupo quanto às condições de escuta e incorporação das narrativas das prostitutas em meu trabalho. Uma das perguntas feitas pela equipe me dava pistas dos desafios que iria enfrentar no campo – “Será que você conseguirá escutar essas mulheres?” Mas somente ele, o campo, poderia clarear melhor a radicalidade da questão colocada pelos colegas.

Os vinte minutos de conversa do primeiro encontro com Madalena foram marcados por intensas investidas sexuais. Ela convidou-me para passarmos a noite juntos, deixando claro que não estava seduzindo um cliente; disse, inclusive, que eu não iria pagá-la pela noite de amor. Constrangido e com poucas reações, tentei direcionar sempre a conversa para meu objetivo principal naquele encontro. Confesso que, até aquele dia, toda a aproximação do campo investiu-me de certo pessimismo em relação aos meus objetivos de pesquisa. Como poderia identificar agenciamentos numa experiência tão marcada pela instrumentalização, por relações estruturalmente econômicas e pela precariedade material e simbólica que se apresentava diante de mim nas observações dos hotéis? Esse era o pano de fundo que marcava minhas expectativas naquele encontro.

Agendamos a entrevista para o dia seguinte. Madalena se mostrou extremamente receptiva e interessada na pesquisa. Ao meio dia, uma hora antes do horário combinado para nosso encontro, ela ligou em meu celular. Queria confirmar a entrevista, e disse estar bastante ansiosa para contar sua vida para mim. Sua entrevista foi marcada por uma extrema autoconfiança. Contou sua história sem fraquejar. Parecia esbanjar felicidade com a vida que levava. Em episódios dramáticos, Madalena punha-se em postura firme e decidida. Mesmo com certa tristeza estampada no rosto, não parecia se ver como vítima de uma vida algoz. O sexo estava presente em parte significativa de sua narrativa. Quando solicitada a falar um pouco sobre o que significava para ela a felicidade, Madalena não hesitou em responder: “Sexo... *Adoro!*”. A seguir, trago um fragmento do diário de campo, com algumas reações que tive durante a entrevista.

... Foi difícil suportar as investidas dela. Mesmo dizendo que eu era gay, ela insistia em dizer que me queria. Eram tão intensas que, em alguns momentos, senti um pouco de nojo. Não estou acostumado com mulheres assim tão decididas... Quando ela contava

histórias passadas, parecia errar as datas. Ao contar sobre algum fato especificamente, dizia às vezes ter 13 anos de idade, às vezes 14, quando o mesmo ocorreu. Alguma coisa não estava batendo. Será que ela mentia em alguma coisa? Mas me contou coisas tão fortes! Se quisesse mentir, as teria escondido, com certeza! O comportamento dela era bem estranho, confesso. Parecia não haver nenhum pudor. As vezes, as gargalhadas me irritavam. Poxa vida, ninguém conta rindo que perdeu a virgindade aos nove anos! Foi impossível não pensar que ela foi abusada, enquanto contava com detalhes como tudo aconteceu. Seu comportamento ousado, sem freios, às vezes impulsivo, fizeram-me hipotetizar várias vezes a possibilidade de uma psicose<sup>25</sup>... Será que eu poderia considerar essa entrevista na pesquisa? (Diário de campo, Av. Guaicurus, 23/10/12, 18h)

Após ler e reler a transcrição da entrevista com Madalena, afastando-me das sensações que a interação com ela me causou, e relendo as anotações que fiz no diário de campo, as intervenções da equipe do NEPECS começaram a fazer um pouco mais de sentido. Várias das interpretações que fui fazendo de suas narrativas ao longo da entrevista estavam alicerçadas menos em meus referenciais teóricos do que em algumas de minhas predisposições psicossociais de homem, que compartilha de alguns valores de classe média e que ocupa um lugar simbolicamente racionalizado (o da ciência). Certamente, eu não me despi delas ao adentrar no *setting* de entrevista. Ao contrário, elas pareceram obscurecer alguns dos elementos teóricos que, ao longo da construção de nosso referencial, sustentaram a hipótese de uma experiência que não se estruturava somente pela precariedade. Seria eu um pesquisador inábil para operar com a técnica de entrevistas, incapaz de “neutralizar-me” frente a meu objeto?

Como pesquisador, importa meu sexo, minha identidade sexual e de gênero, minha raça, minha posição de classe. Quando Fonseca (1996) faz uma distinção entre pesquisas com prostitutas desenvolvidas por homens e por mulheres, ela busca retratar as diferenças que se expressam no cotidiano de uma pesquisa, tal qual se expressaram em minhas interações com Madalena. Ela postula que há maior probabilidade de mulheres pesquisadoras abordarem as mulheres prostitutas como sujeitos autônomos do que homens pesquisadores. Nos estudos que ela analisou, a autonomia das mulheres, quando aparece, está sempre em segundo

---

<sup>25</sup> A suspeita de psicose aqui não se refere a uma hipótese clínica, propriamente dita. Não houve nenhuma intenção de construir, do ponto de vista teórico da pesquisa, uma análise a partir da psicopatologia. Até porque, não tenho condições teóricas para operar com esses conceitos. Essa frase representa um hábito pessoal de nomear experiências estranhas como psicose. Sempre costumo “brincar” com essas palavras no cotidiano para atribuir sentido ao estranho e ao diferente. No contexto de pesquisa, a emergência dessa “brincadeira cotidiana” não se deu por acaso, tampouco sem efeitos. A patologização da sexualidade das mulheres, como é o caso da “invenção” da histeria, é um dispositivo de verdade produzido pela psiquiatria e que articula nossas ações e percepções no mundo.

plano. Minha experiência demonstrou que a hipótese de Fonseca (1996) não pode ser descartada. As posições, pensamentos e interpretações imediatas da experiência que me foi narrada têm mais relação com o caráter situado da produção de conhecimento (Haraway, 1995) e com a natureza sociológica da ciência, do que com uma inabilidade metodológica de neutralizar-se.

Por “ironia do destino”, a primeira das seis entrevistadas apresentou-se como uma mulher totalmente autorreferida, independente e feliz. Apesar dos inúmeros episódios dramáticos que vivenciou, narrou sua vida do lugar de alguém que a escolheu. Contudo – e mesmo agora, quando as sensações e interpretações que faço dela e de sua história são bem diferentes daquelas registradas no diário de campo – é possível identificar uma série de interdições com as quais ela se deparou. Interdições que, claramente, caracterizam sua experiência como uma experiência subalternizada: uma visível ausência da proteção familiar, o abandono e rejeição dos pais diante de sua decisão em assumir um namoro com um traficante carioca e fugir com ele para o Rio de Janeiro aos 12 anos de idade (o que pode ser interpretado como omissão de socorro, caso as circunstâncias da fuga tenham envolvido coação ou assédio), o estupro sofrido no trabalho, as constantes agressões que vivenciou em suas relações afetivas, a forte dependência química que experimentou durante alguns anos de sua juventude. É difícil não interpretar a narrativa autorreferida de uma vida marcada por atropelos, precocidades e precariedades afetivas e simbólicas como “necessidade transformada em virtude”. Foi imediatamente o que fiz, ao final da entrevista.

Mas há um elemento fundamental da história de Madalena que nos saltou aos olhos: sua trajetória lhe permitiu experimentar o sexo e a sexualidade de formas bem diferentes das mais convencionais para uma mulher. Quando decidiu fazer o primeiro programa, aos 12 anos, sugestionada pelo namorado carioca, sentiu-se insegura, receosa. O diálogo se estabeleceu com o cliente da seguinte maneira, conforme relatou Madalena:

*“Falei para ele do problema de doze anos. Ele falou: ‘Nossa, você parece ter dezesseis, dezessete’. Ai eu falei: ‘Você se importa?’ ‘Não, não me importo não. Mas você se importa de fazer aqui?’ Aí eu falei: ‘Ah, eu adoro fazer em carro’ (risos). Com o tanto de ‘peixinho’ que ele me deu naquela época, com o tanto de notas de cem que ele me deu, eu falei: ‘Nossa, adoro (risos), adoro’ (Madalena, 19 anos, hotel Onda Livre, 23/10/2012).*

Após esse relato, a entrevista seguiu da seguinte forma:

**Pesquisador:** “E você transou com ele, como foi? Você sentiu prazer, você aproveitou o momento ou não?”

**Madalena:** “Não, foi extremamente rápido. Coisa de quinze, vinte minutos.”

**Eu:** “O que é que você sentia, no momento em que vocês estavam transando?”

**Madalena:** “Alegria. [risos]. Nunca tinha ganhado aquele tanto de dinheiro só para fazer aquilo que eu gostava (gargalhadas). Falei: ‘Porque eu não fazia isso antes? Estava rica agora’”.

(Entrevista com Madalena, 19 anos, hotel Onda Livre, 23/10/2012)

Madalena sempre descreve os episódios de sexo que vivenciou, seja em programas, seja em relações afetivas, como prazerosos e agradáveis. Ela afirma ter feito “descontos” no pagamento de clientes quando esses lhe interessavam. Quando perguntada se atualmente sentia prazer com seus clientes, respondeu da seguinte forma: “É lógico. Sempre vem aquele menino novinho, gostoso. Aí, fico louca. ‘Vem aqui, vem, vou te dar desconto, vem, vem cá, vem cá, vem cá (risos), vem cá, gostoso’”. É interessante notar que em toda a entrevista de Madalena, a palavra “extremamente” é uma constante. Ela caracteriza muitas coisas, fatos e situações de sua vida como extremas. Ela parece mesmo viver nas extremidades, nas periferias.

O que fica evidente na história de Madalena é a possibilidade que a prostituição lhe deu de construir uma carreira sexual. A junção de sexo e dinheiro, como meios para conquistar outros recursos materiais e simbólicos, parece a ela um perfeito casamento para alcançar suas expectativas da vida. Se essa é a vida que para ela “vale a pena ser vida”, não será sem restrições. Conforme Madalena afirma em sua entrevista, meninas como ela “são uma em cada dez...”. Gabriela diz exatamente a mesma coisa, quando lhe pergunto se conhece meninas totalmente realizadas na prostituição: “Então, eu conheço meninas que, assim, de dez garotas uma é muito viciada no sexo. Mas gosta mesmo”. Uma em dez significa dez por cento das prostitutas. Certamente não vamos endossar estatísticas neste estudo de fontes tão informais, mas as afirmações de Madalena e Gabriela evidenciam a existência de prostitutas que fazem da prostituição uma carreira sexual. Rubin (1984/1989) já nos mostrou as penalidades que a sociedade imputa às mulheres que ousam ultrapassar as barreiras da sexualidade reprodutora, marital e não comercial. Mas dessa forma Madalena vai levando a vida... de cidade em cidade... de “boleia de caminhão” em “boleia de caminhão”.

Mas que efeitos concretos essa constante afirmação da autonomia produz? Por si só, ela representa mera artimanha do poder ou a evidência das lutas simbólicas por recursos escassos. Mas inscrita em contingências específicas, ela pode alcançar cadeias de inteligibilidade que a potencializam, produzindo novos e sucessivos efeitos. Remontar a história de Madalena é importante para nossas análises porque nos ajuda a demonstrar que sua narrativa autorreferida e autodeterminada produziu efeitos significativos nesta pesquisa. Não pretendemos aqui endossar os saberes que foram construídos nessas narrativas, mas, sobretudo, identificar seus efeitos em nossa interação.

Na contingência de nosso encontro, sua autoestima e a afirmação constante de autonomia diante dos episódios que vivenciou desestabilizaram profundamente os rumos que este estudo tomava. A ambiguidade que caracterizava minha posição nessa contingência estava refletida, por um lado, nos valores, princípios, hierarquias e predisposições morais que se faziam representados pela minha presença (que, conforme demonstrado pelo fragmento do diário de campo, apresentavam fortes tendências a subestimar as possibilidades de agência das prostitutas) e, por outro, pela posição ético-política que venho tentando construir. De um lado, meu corpo material e simbólico, com todos os seus efeitos de poder, e do outro, uma disposição à reflexividade, na busca por construir uma posição feminista no encontro com a experiência da prostituição – posição essa que tem na pressuposição da autonomia das mulheres um de seus principais pilares.

A narrativa de Madalena produziu efeitos intersubjetivos em nosso encontro. A desestabilização dos efeitos de poder desencadeados pelos discursos que se reproduziram através de mim no *setting* da entrevista foi imediata. Tal desestabilização se deu em função da disparidade entre as verdades que sustentavam algumas de minhas interpretações e os saberes que foram articulados pela narrativa de Madalena. O mais significativo destes efeitos foi a interpelação constante que essa narrativa proporcionou ao processo de reorganização do marco teórico da pesquisa, às entrevistas realizadas posteriormente e ao processo de análise dos dados.

Nossa interpretação só faz sentido a partir do pressuposto fundamental deste estudo, que atribui à relação social o *locus* primeiro da agência humana. A relação de pesquisa é uma relação social. A produção científica é de natureza sociológica. Se inscreve nas tramas do poder. É carregada de historicidade e, sobretudo, se

sustenta numa experiência específica (Brah, 2006). Como interação social, a relação pesquisador/pesquisada que foi estabelecida entre mim e Madalena parece ter criado condições para que uma suposta “transformação de necessidade em virtude” (a produção de um discurso idílico sobre sua condição) articulada em suas narrativas produzisse outros efeitos que não os de subalternização. Dessa perspectiva, “transformar necessidade em virtude”, em interação contingencial, pode desestabilizar determinadas disposições estruturais da dominação: pode ter efeitos de agência.

Contudo, ter produzido efeitos nesta pesquisa também não garante nenhum movimento maior de desestabilização da ordem dominante. O que confere à determinadas experiências de agenciamento, um caráter efêmero. Mas, se pensarmos nas pesquisas de Barreto (2008) e Fonseca (1996), nos movimentos de mulheres prostitutas, nas teorias feministas críticas e em outras experiências sociais que desafiam as prescrições do que deve ser uma mulher na sociedade, a história de Madalena passa a ter outro sentido. Parece haver um fio condutor que conecta essas experiências sociais: sua natureza política. Associadas, uma experiência compartilhada, uma solidariedade estabelecida ou uma posição construída no exercício da reflexividade, têm o potencial de transformar microrresistências em ações coletivas de reivindicação por equidade e justiça social.

O desafio que gostaríamos de enfrentar a seguir é a demonstração de que, sob os saberes articulados nas narrativas de Madalena e de outras tantas prostitutas, parecem existir mais do que somente um idílio. Da mesma forma que as interdições estruturais que desqualificam a puta pobre são articuladas por uma cadeia opaca e intransparente de moralidade, alguns dos significados atribuídos às próprias vivências parecem indicar a existência de outros princípios morais que são pano de fundo para a inserção e permanência de algumas delas na prostituição.

\*\*\*\*\*

Além do gosto especial que Madalena expressa pelo sexo, há outras características que chamaram minha atenção em seu “jeito de levar a vida”. Ela é

tentada por aventuras. Diz não gostar de fazer planos para o futuro. Prefere viver um dia de cada vez. Já conheceu várias cidades e estados brasileiros, tendo trabalhado, inclusive, na Espanha. Já perdeu a conta de quantos namorados teve. Diz também não ter muito gosto pelos estudos. Quando criança, sempre dava um jeito de burlar as aulas. Na boleia de caminhão, ela foi por aqui, por acolá. Não gosta de se apegar a lugares nem a pessoas. De qualquer história ela se mostra capaz de tirar razões para dar boas risadas. É impossível não se perguntar “que vida vale a pena ser vivida?” do ponto de vista de Madalena. Claro que essa pergunta, no uso que dela fez C. Taylor, não se remete especificamente ao sentido em que a empregamos aqui. Mas, considerando que posições de agência pressupõem um ancoramento em princípios, normas e valores diferentes daqueles impostos pelo poder dominante, é importante nos perguntarmos quais são aqueles que guiam a vida de Madalena e de outras prostitutas.

É quase um consenso entre elas que a alta rentabilidade, a liberdade na organização do tempo, a possibilidade de obter ganhos efetivos trabalhando menos do que em outras profissões, a ausência de chefes e patrões para os quais teriam de dar satisfações do trabalho e a possibilidade de construírem regras próprias de convivência e resolução de conflitos são os principais pontos positivos da prostituição. A única delas que foge a essas regras é Bruna. Ela tem uma espécie de contrato informal com a gerência do hotel em que trabalha. Para garantir a exclusividade de seu quarto, ela precisa ocupá-lo nos dois turnos do hotel. Além da exclusividade do quarto, ela tem garantido um dia de folga semanal. Bruna afirma que aceitou o acordo porque ficar no mesmo quarto é uma prioridade. “...*facilita pros meus clientes fixos me encontrarem, né... e eu fico tranquila com a limpeza, porque eu não confio nessas mulheres pra limpar não...*” Além disso, ela está juntando dinheiro e precisa intensificar as horas de trabalho. Apesar de não usufruir de uma condição relativa de “autônoma”, ela demonstra que isso faz parte de seus projetos.

Os pontos positivos apontados pelas prostitutas demonstram que existem valores na experiência de seu trabalho (um trabalho não reconhecido socialmente como útil e produtivo). Melhor dizendo, parece haver outros princípios, antagônicos àqueles que sustentam o princípio da dignidade moderna, que articulam os sentidos por elas atribuídos às suas carreiras. Ainda que existam interdições estruturais que dificultariam suas inserções no mercado formal de trabalho, caso quisessem – como o pouco capital cultural incorporado ao corpo, a pouca experiência com outras

atividades profissionais, a impossibilidade de pagar babás para tomarem conta dos filhos e o estigma de ex-prostitutas que carregariam – parece haver mais do que somente uma “avaliação fraca” (Taylor, 1977/2007) de suas permanências “na vida”.

“*É, eu também, por necessidade econômica [entrou na prostituição]. Mas eu gostei*”. Os argumentos que as mantêm na prostituição, ainda que articulados em suas narrativas em termos do que é melhor ou pior entre as opções acessíveis, parecem também se sustentar num “estilo de vida” que lhes agrada. Mobilidade, flexibilidade na organização do tempo, possibilidade de passarem períodos sem trabalhar, gerência dos seus negócios, aventuras diárias, poucas preocupações com a vida, ênfase na vida presente e bons ganhos financeiros são alguns valores que parecem convergir em um certo “*ethos da boa vida*”. O que chamaremos neste trabalho de **princípio moral da “boa vida”**.

Parece simplista essa interpretação. Facilmente poderia ser lida como “comprar o discurso do entrevistado”. Mas gostaríamos de adensar nossos argumentos para demonstrar de que forma a ela chegamos. Para tal, apresentamos algumas narrativas das entrevistas que nos permitem identificar a articulação desses valores na atribuição de sentidos por algumas das prostitutas sobre suas condições de trabalho.

*“Não ter patrão é bom porque a gente faz o horário da gente. Quer vim trabalhar? Vem... O dia que quero descansar, passear, eu nem dou as caras aqui. Não tem ninguém pra dar satisfação... Igual, eles querem assinar carteira de puta, né... pra pagar salário mínimo? Pra gente ficar batendo ponto?... Cabô o tempo dos cafetão meu filho... Venho trabalhar o dia que eu quero... Por isso eu saí de Teófilo Otoni... Quando minha amiga me falou daqui, fiquei com medo, mas quando cheguei, a gente acaba acostumando. Rapidinho eu aluguei minha casa, não é coisa chique não, mas... de empregada menino, virei patroa. Se eu tenho dinheiro pra pagar, pra que eu vou fazer, eu num vim pra cá pra isso?... Lá [em Teófilo Otoni] era cozinha, casa, cozinha, casa. E de noite, tinha que cuidar de um véio que era vizinho, sabe. Não tinha tempo pra mim não... Trinta anos assim, e ninguém dá valor não viu. Quem não quer trabalhar menos? Me fala quem?... Se legalizar as garotas, a gente vai trabalhar mais e ganhar menos, não concordo com isso não. Quem iria assinar a carteira? Sobre quantos salários? Pro dono do hotel? Quem? Fala, quem?”* (Capitu, 41 anos, hotel Magnífico, 15/11/2012)

*“Bem... se eu quiser sair agora e ir pra minha casa eu vou. Não vai ter filho da puta nenhum pra cobrar: ‘Porque não tá no seu horário não, filha’... Eu gosto assim... Venho pra cá pra ganhar meu tostão, porque tem que ganhar né, quem vive sem dinheiro? Mas quando junto uma grana legal, pego meu ônibus e vou pra minha casa. Fico sem fazer nada um mês, um mês e pouco... É só fazer a comida e arrumar a casa, porque não tem ninguém pra fazer pra mim [risos], ninguém quer fazer isso não... Assisto TV, converso com minha mãe... Durmo, ligo a TV de novo... De idas e vindas, eu vou levando, né... Pobre é assim mesmo... tem que trabalhar senão passa fome, num é não?”* (Jéssica, 37 anos, hotel Magnífico, 13/11/2012).

*“Lá em Brasília, eu trabalhei numa padaria... e você não tem tempo pra fazer nada não. Da casa pro trabalho, do trabalho pra casa, por seiscentos reais? Eu gosto de beber, de sair, de*



*curtir... aí eu fui pro Rio, ia pra pista quando eu queria. Se pegava um gringo, ganhava quinhentos, seiscentos, só voltava depois que curtisse o dinheiro todo... [risos] Viajava com meu namorado, praia, cinema, cheiração... Depois que eu 'entrei pra vida' conheci tantos lugares, passei por Goiânia, passei por Mato Grosso, passei por Rio Grande do Sul, passei por vários estados, até Ceará, trabalhei até no Ceará, na Bahia... 'Ah, mas trabalhar é bom, você tem seu dinheiro, faz amizade e tal', o povo fala isso daí, mas pra mim é tudo falsidade. Do dinheiro não... tem que ter dinheiro, senão não tem nada... Dá um milhão pra neguim pra ver se ele vai trabalhar?... Nunca tinha ganhado aquele tanto de dinheiro só para fazer aquilo que eu gostava (gargalhadas) [contando do primeiro programa de sua vida]. Falei: 'Porque eu não fazia isso antes? Estava rica agora'." (Madalena, 19 anos, hotel Onda Livre, 23/10/2012).*

De forma inarticulada, vemos a presença de alguns valores que operam na atribuição de sentidos ao trabalho nas narrativas das prostitutas. Na perspectiva de Jéssica, Madalena e Capitu, o trabalho útil e produtivo parece antagonizar o ócio, a diversão, a autogestão, a mobilidade, a flexibilidade, etc. Estar fora de um mercado legítimo, que não as reconhece como úteis e produtivas, não evidencia *somente* a *ausência* de uma economia emocional específica (*habitus* precário), conforme propõe as interpretações de Souza (2003) e Mattos (2009a). Em suas narrativas, parece haver a *presença* de alguns valores e princípios que dão a elas condições de ressignificar a experiência socialmente desqualificada. Parece haver uma noção de negatividade do trabalho<sup>26</sup> – em contraposição à positividade que lhe é conferida na modernidade – que se faz pano de fundo moral dessas experiências.

Conforme já nos mostrou C. Taylor, o trabalho útil e produtivo ocupa um lugar de centralidade nos processos de reconhecimento diferencial na modernidade. Ancorado nas instituições modernas (Estado e mercado), ele produz e articula mecanismos de legitimação no cotidiano social, produzindo saberes sobre o trabalho

---

<sup>26</sup> É importante salientar que a positividade do trabalho é historicamente localizada. Houveram outros momentos em que o trabalho tinha valor pejorativo, legitimado por tradições filosóficas e teológicas milenares – conforme vemos no trabalho de Strefling (2006). A legitimação do trabalho útil e produtivo na modernidade não se deu sem tensões e conflitos, tampouco aboliu do cenário social toda uma tradição moral de negatividade do trabalho. Infelizmente, não tivemos tempo de apresentar uma discussão densa sobre essa negatividade em termos históricos, e nem teríamos condições de, tal qual fez C. Taylor em relação à hierarquia moral da modernidade, remontar a história das ideias que a sustentaram e a legitimaram. Contudo, pressupomos que há uma disparidade entre esses saberes e verdades sobre o trabalho, que estão disseminados no cotidiano social.

“No pensamento grego, sempre prevaleceu uma consideração negativa do trabalho. Platão exclui as artes mecânicas do governo do Estado. Aristóteles define como vil todo o trabalho, porquanto ele oprime a inteligência. Cícero e Sêneca exaltam o ócio como sendo superior ao trabalho. Essa desvalorização do trabalho é devida a diversos motivos: concepção platônica do homem; exaltação da vida contemplativa; dureza do trabalho (atividade própria dos escravos). No pensamento grego, o trabalho é definido como imitação e complemento da natureza. Na época patrística e escolástica, atribui-se ao trabalho um valor soteriológico: ele é visto como instrumento de purificação e de salvação; todavia continua-se a considerá-lo como uma atividade ignóbil, servil. Os teólogos protestantes conservam também essa concepção: Lutero e Calvino exaltam o trabalho como expressão de pertencer ao Reino dos eleitos” (Strefling, 2006, p.769).

que funcionam como “verdades” sobre o que ele é ou deveria ser. “*O trabalho dignifica o homem*”, “*Enxada parada enferruja*”, “*Mente vazia, oficina do diabo*”.

Esses são alguns ditos populares que demonstram a legitimidade que o trabalho alcançou no cotidiano social. Mas a disparidade de saberes sobre o trabalho que disputam valor e legitimidade, parece-nos desvelar, conforme indicam alguns elementos das narrativas de Jéssica, Capitu e Madalena, a existência de outras verdades disseminadas no cotidiano social. “*Quem inventou o trabalho não tinha o que fazer...*”, “*Ah, se eu ganhasse na mega-sena!*”, “*Quem gosta de trabalhar é peão!*”, “*Segunda-feira é o pior dia da semana*”. “*Você tem que escolher sua profissão pelo que gosta, senão...*” Esses são outros ditos populares que desestabilizam a positividade atribuída ao trabalho no dia-a-dia. Eles disseminam no cotidiano social alguns saberes sobre o trabalho que interpelam sua “natureza” útil e produtiva.

Cotidianamente, pelos bares e botecos, o trabalho é culpabilizado por sofrimentos e tristezas. Muitos(as) amigos(as) desinformados(as) já me solicitaram um “atestado psicológico” para burlar o emprego e ganhar alguns dias de descanso ou diversão. Vários(as) de nós conhecemos pelo menos uma pessoa que recusou uma oferta de trabalho para usufruir um pouco mais dos benefícios secundários do seguro-desemprego (renda garantida sem trabalho). Há outras verdades, saberes e experiências sobre o trabalho que estão disseminadas em nosso cotidiano, e que interpelam o valor unívoco e inquestionável do trabalho útil e produtivo que logrou hegemonia na modernidade. Convergentes, eles formam um princípio moral que antagoniza o valor do trabalho na modernidade, e que pressupõe tempo livre, diversão, autogestão, flexibilidade, criatividade, etc.: **o princípio moral da “boa vida”**.

Laura, mobilizada por esses valores, concorda com a regulamentação *parcial* da prostituição. Ela acredita ser importante o reconhecimento da profissão por ser uma ocupação economicamente produtiva e, conseqüentemente, aposta no reconhecimento jurídico como mecanismo de reconhecimento de direitos e não de regulamentação do trabalho. Ela acredita ainda que, com a conversão da prostituição em “*mais um emprego*”, as mulheres perderiam suas autonomias profissionais. “*A gente quer é ser autônoma... as meninas não tão querendo colocar prostituta em carteira não menino. Isso é bobagem*”, ela afirma. Capitu também não consegue ver possibilidades de regulamentação do trabalho. “*Quem iria assinar a*

*carteira? Sobre quantos salários? Pro dono do hotel? Quem? Fala, quem?”* Fica evidente nas narrativas de Capitu que o maior empecilho na regulamentação de seu trabalho é a perda inevitável de rentabilidade e autonomia de gestão de suas atividades. Autonomia essa que facilita a junção entre renda e “boa vida”.

\*\*\*\*\*

É recorrente o uso da palavra “vagabundo(a)” para assinalar alguém que não é adepto aos pressupostos modernos de trabalho útil e produtivo. Todas as prostitutas entrevistadas expressaram ressentimento com esse termo, que parece ser recorrentemente associado à prostituição. A vagabunda é vista como inútil, improdutiva. Não é incomum a interpretação da prostituição como uma “vida fácil”. O uso constante desses termos, como mostra a narrativa de Bruna, evidencia a forma como opera o princípio da dignidade de C. Taylor na desqualificação da mulher prostituta.

*“... Minha mãe? Conte pra ela [que é prostituta] muitos anos depois que fugi... A gente chorou muito quando eu contei pra ela. Já tinha muitos anos, né... E aí, ela disse que não tinha criado filha pra ser vagabunda... Vagabunda? Vagabundo é quem fica à toa pra rua afora, não lava uma trouxa de roupa, não faz nada da vida... ‘Não vem que não tem’, vem aqui pra ver o que é ser vagabunda, vem... É um tal de chamar a gente de vagabunda, igual em um outro dia, vi o porteiro discutir com a menina aqui de cima, e quando a coisa esquentou, foi vagabunda pra lá, vagabunda pra cá, quê isso!... A gente rala mais do que muito marajá aí fora, tá”* (Bruna, 32 anos, hotel Nova América, 29/11/2012).

Bruna trabalha quase 13 horas por dia. Para garantir seu quarto, em um ponto estratégico do hotel, ela prefere trabalhar de oito da manhã às nove da noite, de segunda a sábado. Ela afirma também que está juntando dinheiro para estudar, já que tem medo da proximidade dos quarenta anos. Para Bruna, a idade interfere muito no trabalho, e ela não quer envelhecer na profissão.

Mas o termo “vagabunda” carrega outra hierarquia valorativa. Essa hierarquia reforça o lugar conferido às mulheres em termos de sexualidade, conjugalidade e vida privada. A “vagabunda” reflete o paradoxo da prostituta que é mulher de muitos homens e, ao mesmo tempo, de homem nenhum.

*Porque eu acho que ainda tem muito preconceito, entendeu? Muito. Porque se ela falar assim: 'todo mundo vai ser...' 'Ah, ela é garota de programa. Ela ganha dinheiro fácil. Gosta de dinheiro fácil'. Uma vez, um cliente falou assim: 'Sabe por que as garotas de programa não saem da noite? É porque elas são vagabundas.' Vagabundas assim, no sentido de não querer trabalhar. Ai uma menina falou assim: 'Será?' Aí eu: Caramba! Amiga, se nós somos vagabundas, o quê que é trabalhar?" Então, foi bem assim... (Gabriela, 33 anos, hotel Onda Livre, 08/11/2012).*

Em outro momento, Gabriela tenta descrever o que ela entende como vagabunda:

*"Eu acho que vagabunda seria aquela que vai para a balada com as amigas e já sai no dia, já fica com um, depois no outro dia, fica com outro, fica com outro, com outro, com outro. Eu conheço meninas que são... do escritório onde eu ia, do advogado. Que ela é advogada e a advogada contava tudo. Ela fazia festa no motel com dois, três caras, com a amiga. De ficar troca, troca, troca. E de graça, assim". (Gabriela, 33 anos, hotel Onda Livre, 08/11/2012).*

A distinção feita por Gabriela parece estar relacionada à ausência ou presença de desejo e prazer sexual. É como se a natureza comercial ou profissional isentasse a prostituta dos compromissos morais com uma sexualidade ponderada. Paradoxalmente, ao acionar essa hierarquia, ela aciona os mesmos parâmetros que reconhecem o sexo comercial como indigno e o sexo recreativo como imoral (Rubin 1984/1989).

A ideia de vagabunda, associada, nesse caso, ao valor diferencial da "mulher má", expressa a desqualificação daquelas que não se submetem às prescrições do sistema sexo/gênero para a "boa mulher", em termos de conduta sexual. Tal ideia representa o valor atribuído às mulheres que rompem com o pacto sexual moderno (Pateman, 1988/1993). Esse termo converte (e converge) os parâmetros de uma hierarquia moral e do sistema sexo/gênero em violência simbólica cotidiana para as prostitutas. A proporcionalidade entre a incidência de desejo/prazer sexual e o grau de reconhecimento atribuído às mulheres parece se sustentar numa dicotomia entre a "mulher má" e a "boa mulher", a puta e a santa.

*"Ah, já tô acostumada a ser chamada de vagabunda, piranha, safada. A gente acostuma, faz parte, nem estresse mais não. É cliente que não quer pagar, é porteiro que arruma confusão... No Rio, eu trabalhava na areia de Copacabana [risos], eu sou chique [risos], e lá sempre passava uns garotos que ficava mexendo com agente, zuando o plantão mesmo. 'Oh, quanto custa heim?', 'Pode chupá peitinho?', 'Cê aguenta 25 centímetros amor'. Aí, se agente xinga 'vai tomar no cu seu veado', é no ato: 'vagabunda, vagabunda, vagabunda, puta, puta puta'... se puta se ofender com isso, principalmente se trabalha na pista [rua] vai brigar todo dia viu [risos]". (Madalena, 19 anos, hotel Onda Livre, 23/10/2012).*

A dicotomia puta/santa parece articular também as narrativas de Jéssica. A promiscuidade não comercial é entendida por ela como o atributo primeiro para a caracterização da “verdadeira vagabunda/prostituta”. Ela também faz uma série de distinções para a conduta social do que chama de “Jéssica Meretriz” e “Jéssica Dama”.

*“Tem uma moça que mora no meu quintal, que ela... [estava puxando assunto]...: ‘No escritório tava ‘não sei o que’. Dona Silvania, a senhora aguentaria transar com tanto homem!’ Eu falei pra ela: ‘Deixa de ser boba menina, isso é coisa da sua cabeça. Você é mais vagabunda do que eu. Você fica aí, saindo todo dia de carro com um homem diferente. Você que é puta’. Eu falo, ela morre de rir. Estão se achando não é, aquela lá que é a prostituta, fica dando de graça. Aquela sim, aquela que é a verdadeira prostituta”. (Jéssica, 37 anos, hotel Magnífico, 13/11/2012)*

*“Lá na rua é lá na rua, aqui é aqui. A gente tem que saber separar as coisas. Quando eu viajo pra minha casa eu não posso pegar meus clientes e levar, posso levar o dinheiro, mas não posso levar os clientes. Não posso levar pra minha casa, pra minha família. Tem que ficar aqui. Então tem que saber separar as coisas. Por isso eu falo: Silvania meretriz, prostituta, e Silvania dama. Da escada pra cima, posso falar palavrão, posso andar pelada. Mas lá na rua eu jamais posso fazer isso”. (Jéssica, 37 anos, hotel Magnífico, 13/11/2012)*

Elementos como a família, o lar, o casamento e a maternidade parecem ser atributos que mobilizam a imagem da “mulher santa”. Não raro, esses atributos se articulam em várias narrativas das prostitutas. O que se percebe é uma inter-relação entre a dicotomia puta/santa e as fronteiras simbólicas socialmente estabelecidas entre público e privado. Parece haver uma relação de proporcionalidade entre essas dicotomias, que são articuladas por dispositivos como o afeto e a sexualidade.

*“...eu, jamais! Eu não quero que... Imagina os meus filhos ficarem sabendo. Eu acho isso muito forte. Muito forte para uma criança, uma adolescente. Saber que a mãe é prostituta. Não, não dá” (Gabriela, 33 anos, hotel Onda Livre, 08/11/2012).*

*“Eu tenho que dar o exemplo pros meus filhos, né. Imagina você saber que sua mãe é prostituta de zona? Porque uma coisa é a profissão, outra coisa é lá fora. Eu sou mulher, sei como funciona, se a gente dá em cima, se exhibe, quem vai querer a gente?... Tem uma menina aqui dentro que frequenta até grupo de jovens, você sabe o que é grupo de jovens né? Isso, da igreja. Então, é assim, a vida lá fora é outra, uma coisa não tem a ver com a outra”. (Bruna, 32 anos, hotel Nova América, 29/11/2012).*

*“Eu nunca vou ter coragem de conversar com minha filha sobre o que faço, você tá doido!... Eu respeito ela demais... Nunca falei um palavrão dentro de casa, nunca levei homem pra lá também não.” (Laura, 56 anos, hotel Nova América, 29/11/2012).*

Madalena parece perceber que os atributos da “mulher santa” são atrativos para a sedução dos clientes. Ela afirma que “os homens gostam de mulheres inocentes, certinhas, quietinhas” – em outras palavras, que inibem os desejos e

disfarçam o prazer – e incorpora estes atributos à personagem que diz encenar em seu trabalho.

**Madalena:** *Os homens vêem ingenuidade nisso, não sei como. Não tenho ingenuidade, essa ingenuidade não pertence a mim.*

**Pesquisador:** *Você não se considera uma pessoa ingênua? Por que é que você acha que este seu lado...*

**Madalena:** *Eu finjo.*

**Pesquisador:** *E por que é que você finge?*

**Madalena:** *Conquista.*

**Pesquisador:** *É uma forma de seduzir os homens?*

**Madalena:** *Conquista muito. [...] Sabe quais são as melhores atrizes do mundo?*

**Pesquisador:** *Quais?*

**Madalena:** *Nós. NÓS (risos),*

**Pesquisador:** *Quando você fala "nós", nós quem?*

**Madalena:** *Garotas de programa.*

(Madalena, 19 anos, hotel Onda Livre, 23/10/2012)

É possível também identificar os efeitos da dicotomia puta/santa na relação estabelecida pelas prostitutas entre prostituição e prazer. Algumas narrativas de Madalena, por exemplo, são indicativas de uma experiência identitária que ela estabelece com a prostituição. Essa experiência parece ser articulada pela forma como o prazer e o desejo são por ela vividos, no trabalho e na vida afetiva. Ao contrário, Jéssica, apesar de já ter vivido experiências prazerosas no trabalho, parece negativá-las, buscando afastar-se de uma possível associação destas experiências com uma identidade de “puta”.

**Pesquisador:** *“...você sente prazer quando você está trabalhando?”*

**Jéssica:** *“Não. [imediatamente]. Eu trabalho assim, eu não misturo negócios com prazeres. Atenção eu dou a eles sim. Pra mim não tem bonito, não tem feio, não tem o de chinelinho, não tem o mal vestido, não tem o favelado. Pra mim são todos iguais. Na minha maneira de dizer... igual eu te falei. Se eu for me entregar pra todo cara que entrar aqui, vou passar o dia todo gozando. Eu sou meretriz, mas não sou vagabunda não, bem”*

(Jéssica, 37 anos, hotel Magnífico, 13/11/2012)

**Madalena:** *“Muito, todo dia [sentir prazer nos programas]. Aí, tem vez que fico uma hora lá no quarto, pensando que passaram dez minutos, quinze minutos, quando vê... Sabe o que aconteceu hoje? Um menino fez comigo, ele ficou duas horas no quarto. Falou ‘ Vou ficar meia hora, tá, gata?’ A gente ficou duas horas pensando que tinha sido meia hora.”*

**Pesquisador:** *“Você tem alguma coisa que você faz para se preparar, para você tomar, alguma atividade, exercício, toma algum remédio, enfim?”*

**Madalena:** “Eu não tomo remédio, eu passo xilocaína para não doer. Fuder, fuder, fuder, fuder, fuder, fuder, fuder... Nós somos prostitutas, neném [risos]”

(Madalena, 19 anos, hotel Onda Livre, 23/10/2012)

Ao analisar algumas narrativas das mulheres entrevistadas, identificamos dispositivos de articulação de marcadores sociais, a partir de um modelo binário de ordenamento desses marcadores. Puta/santa e público/privado são exemplos desses dispositivos que hierarquizam e naturalizam condutas sociais, práticas sexuais e expectativas de vida. Em seu estudo, Mattos (2006) identifica hierarquias similares nas narrativas de empregadas domésticas, demonstrando que há uma distinção clara entre mulheres dignas e indignas dentro da própria raça. O mesmo é identificado por Barreto (2008), que demonstra de que forma a dicotomia puta/santa dificulta o estabelecimento de determinadas condições políticas.

Essas distinções também podem ser identificadas nas experiências de violência e discriminação que algumas delas vivenciam. Ainda que nosso campo se restringiu aos hotéis da rua Guaicurus, tivemos acesso a inúmeras informações e experiências de prostituição de rua e boate. Várias prostitutas, como Gabriela e Madalena, têm uma trajetória na profissão que passa pela experimentação de várias “modalidades” (hotéis, ruas, boates, agências, etc.).

*“Já conheci mulheres de todos os tipos. Eu trabalhei em vários lugares, olha, eu já trabalhei em boate, eu já trabalhei em strip, trabalhei em “sobe-desce”, trabalhei no hotel, já trabalhei em casa, atendendo a domicílio...”* (Madalena, 19 anos, hotel Onda Livre, 23/10/2012).

A prostituta “da pista”, aquela que trabalha na rua, parece estar mais vulnerável às desqualificações e à violência. Madalena contou-nos quando foi estuprada por um cliente na rua:

**Madalena:** “Uma vez o cliente me estuprou. Comeu meu... fez anal forçado comigo. Amarrou minhas mãos”.

**Pesquisador:** “Como é que é?”

**Madalena:** “Amarrou minhas mãos.”

**Pesquisador:** “Ah, amarrou suas mãos. E vocês estavam onde, no carro? Onde vocês estavam?”

**Madalena:** “No carro, onze e meia da noite. Ele me machucou, saiu sangue. Ele botou com toda força. Eu não pus xilocaína, não pus gel, foi a seco. E ele foi com força”.

**Pesquisador:** “E onde foi?”

**Madalena:** “Ai, eu dei um chute no saco dele (risos). Foi lá em São Paulo. Antes da época de eu ir para Espanha, como eu tinha te falado...”

(Madalena, 19 anos, hotel Onda Livre, 23/10/2012)

Capitu também relatou o que, segundo ela, foi o único episódio de violência sofrido no trabalho:

E aí ele não queria pagar o programa, e eu 'como assim não vai pagar? Você vem, come e acha que vai sair assim?'... Então, chamei o segurança, né, porque é assim, é Deus no céu e o segurança na terra. Um dia ele foi almoçar, a colega daqui precisou dele, 'ich, danou'. O cliente foi embora sem pagar. Mas eu tava te contando [risos], aí chamei o segurança, ele veio, botou o cara na parede e pronto, pagou. Quando pensa que não, acho que uma semana depois, tava ali naquela esquina do Shopping UAI, no orelhão, falando com minha mãe, aí um cara pegou no meu ombro e quando virei: 'Lembra daquele dia, sua vagabunda?', e me deu um socão na cara... Não lembro de nada, acho que caí durinha, e ele quebrou dois dentes meus. (Capitu, 41 anos, hotel Magnífico, 15/11/2012).

Pelos corredores dos hotéis, com um pouco de observação atenta e sistemática, é possível identificar outro dispositivo de poder que parece produzir outros tipos de violência simbólica no cotidiano da prostituição. Vejamos um trecho do diário de campo:

"... interessante que os clientes ficam circulando, para lá e para cá, e alguns parecem não se importar muito com as prostitutas. Mas quando uma delas sai do quarto, vários deles se dirigem a ela, dão cantadas, investidas. Porém, o olhar deles parece se dividir entre a atenção da mulher e a dos outros homens. Quando estão em grupo, os clientes constroem trajetórias bem diferentes daqueles que entram e circulam sozinhos. O fato de meus amigos nunca terem feito um programa, mesmo tendo vindo aqui dezenas de vezes, está começando a fazer sentido pra mim. Hoje, presenciei um fato interessante. Um grupo de jovens, de dezoito ou dezenove anos, andava pelos corredores do hotel Pensão Mineira. Entre uma porta e outra, eles faziam uma série de comentários sobre as mulheres. O que chamou minha atenção foi o fato de eles estarem tentando seduzir as mulheres. Soltavam uma cantada, olhavam para os amigos e sorriam. Faziam um elogio ou uma investida sexual, olhavam para os amigos e sorriam novamente. A presença em grupo parecia incentivá-los à sedução das mulheres. Discretamente, eu tentei me manter por perto. Uma das prostitutas se aborreceu com um deles e foi logo "enxotando-o" do quarto. Os risos e gargalhadas foram a expressão de todo o grupo, o que parece ter irritado ainda mais a garota. Dois deles pararam num quarto e começaram a paquerar a prostituta. Um deles falou: "Ah, mas faz um desconto, porque você vai gostar de mim, vou te dar dez minutos de muito tesão". Após os risos, ele ofereceu pagar o programa para o amigo, que recusou. Ele então fez suspeições de sua masculinidade, dizendo que achava que o amigo ainda era virgem e que estava precisando "pegar uma menina" para escolher logo o que queria da vida. Eles riram de toda a situação e seguiram pelos corredores... Entre os corredores, muitos clientes se comunicam, fazem piadas, discutem os atributos das garotas. Por muitas vezes, presenciei conversas de extrema desqualificação dessas mulheres." (Diário de campo, Av. Guaicurus, 04/09/12, 18h).

As interações observadas no campo indicam uma sociabilidade específica dos clientes, que parece ter como centro o exercício dos atributos da masculinidade. Essas interações, geralmente observadas entre grupos de amigos ou companheiros, não estão relacionadas, necessariamente, a um interesse em fazer programas.



Observei a trajetória de vários destes clientes em grupos, e nenhum deles comprou algum programa. As interações entre os rapazes são marcadas por forte cumplicidade, pela ostentação do próprio corpo e da virilidade, pela suspeita da heterossexualidade alheia, e, às vezes, por desqualificações, humilhações e vexações coletivas das prostitutas. Essas características permitem-nos identificar um dispositivo de masculinidade que se faz presente naquele espaço. E parece fazer parte desse dispositivo certa ritualização das práticas eróticas e sexuais, que atualiza simbolicamente a dicotomia puta/santa. A puta parece atuar como um personagem com o qual eles interagem para, através dessa interação, reafirmarem seus atributos de machos, viris, sedutores, garanhões e “pegadores”. A sedução coletiva das prostitutas pelos corredores é comum, ainda que a atenção dos clientes esteja mais focada no próprio grupo do que nelas.

Esse dispositivo é, de alguma maneira, identificado pelas mulheres. Para exemplificar, a narrativa de Gabriela demonstra que, em sua percepção, alguns dos clientes estão mais preocupados com a ostentação de si do que em obter prazer sexual, propriamente dito.

**Gabriela:** *“É, é comum assim, eles querem fazer festa, suruba. Tá eu e minha amiga, assim... Aí, i eles ficam meio que competindo quem transa mais do que o outro. Isso tem uma idade, são os meninos mais novos. Por isso é que a gente não gosta de...”*

**Pesquisador:** *“Porque dá trabalho?”*

**Gabriela:** *“Dá trabalho, e eles... além deles darem trabalho, eles tomam Viagra. Que eles querem ficar naquela coisa. Meter, meter, meter, meter... mostrar...”*

**Pesquisador:** *... “O quê que eles querem mostrar...”*

**Gabriela:** *“É, quem tá metendo mais sabe. Eles querem fazer troca. Eles não querem ter prazer. Eles querem aparecer pro amiguinho...”*

(Gabriela, 33 anos, hotel Onda Livre, 08/11/2012)

\*\*\*\*\*

Não é somente o princípio moral da “boa vida” que nos permite identificar o pano de fundo para a “escolha” de uma forma alternativa de renda e vida social. Se esse princípio cria condições para o estabelecimento de resistências às normas do

trabalho útil e produtivo (princípio moral da dignidade), a busca pela autonomia parece ser outro pano de fundo intransparente e opaco que articula agenciamentos na experiência das prostitutas entrevistadas. O chamaremos, neste trabalho, de **princípio moral da “busca pela autonomia”**. É o que tentaremos demonstrar, ao trazermos para o debate algumas implicações do sistema sexo/gênero em suas vidas. Já iniciamos esse debate anteriormente, ao analisarmos os efeitos da dicotomia puta/santa nas vivências da sexualidade e nas suas experiências identitárias.

Há inúmeros episódios narrados pelas prostitutas entrevistadas que representam bem as dinâmicas de subalternização a que estão submetidas, no tocante às suas posições no sistema sexo/gênero. Mattos (2009a), em seu estudo, descreve alguns dos elementos de uma sociabilidade generificada, em que a mulher é educada para o outro, sem alteridade, sem desejo, num

... contexto familiar marcado... pela presença de relações instrumentais de todo o tipo, a começar pela frequência e naturalização de abusos sexuais sofridos na infância por essas mulheres... Essas mulheres, em sua infância, nunca foram percebidas como “um fim em si mesmas”, como crianças com desejos, sentimentos, aspirações, medos e angústias, que necessitavam de cuidado, proteção e afeto. (p.175-176).

É importante ressaltar que três das participantes se inseriram na prostituição a partir de situações que envolveram violência, desigualdade e opressão de gênero. Jéssica, após o término de um relacionamento, foi ameaçada de morte pelo ex-namorado. Teve que sair de sua cidade em busca de proteção. Divorciada do marido, Patrícia se deu conta de que não conseguiria manter o padrão de vida de seus filhos nas condições em que se encontrava. Ela havia abandonado seus projetos profissionais para se casar e não tinha expectativas de uma inserção qualificada no mercado de trabalho formal. Laura, após ter sua filha, fruto de uma relação “extraoficial”, era constantemente humilhada por sua própria família. Friamente, mãe e filha foram expulsas de casa e ela se viu impelida a encontrar um meio de vida para sustentá-las.

Diante dessas situações, elas constroem uma narrativa para a inserção ou permanência na prostituição que, a princípio, parece apenas sustentada numa “avaliação fraca”. De imediato, a decisão parece ter sido tomada a partir de comparações entre as alternativas que lhes estavam acessíveis:

*“Preferi fazer vida do que aguentar as humilhações da minha mãe”* (Laura, 56 anos, hotel Nova América, 29/11/2012)

*“... vou sair daqui pra fazer o que? Empregada doméstica? Não, não dá não... Isso eu já era lá em casa sem um tostão... Prefiro continuar aqui”;* (Capitu, 41 anos, hotel Magnífico, 15/11/2012)

*“Não quis depender dele [do ex-marido]... Isso do conforto. E você não deixar seus filhos estudar na escola pública. Nada contra... Tem mais qualidade de vida. Tive que encontrar uma forma de ganhar dinheiro, porque era isso ou ter que ficar pedindo dinheiro pra ex-marido”* (Gabriela, 33 anos, hotel Onda Livre, 08/11/2012)

*“Se pra não ter que depender de homem eu tiver que morrer prostituta, que seja. O mundo mudou...”* (Jéssica, 32 anos, hotel Jardim América, 19/11/2012).

Se considerarmos que as avaliações do conteúdo das alternativas de vida que se apresentaram às entrevistadas foram apenas “avaliações fracas”, o princípio moral que sustentaria a inserção e permanência delas “na vida” seria *somente* o princípio de reconhecimento diferencial moderno, ou seja, a noção de dignidade moderna. Certamente este princípio está presente em suas vidas. Ele subalterniza essas mulheres em suas condições de mulheres. É também por força do princípio da dignidade que a prostituição surge no escasso *hall* de alternativas que essas mulheres vislumbram, o que certamente levou Mattos (2009a) a perceber que a prostituição é uma atividade comum entre as mulheres da ralé.

Mas, atrelada às aparentes “avaliações fracas” que fazem pano de fundo para a tomada de decisão das entrevistadas, vemos uma avaliação contrastiva que transversaliza a narrativa de várias delas. “Prostituição ou submissão a um homem?”, “Prostituição ou humilhação?”, “Prostituta ou empregada doméstica?”, “Prostituir-se ou depender do ex-marido?”, essas são *algumas* das tensões contrastivas que se puseram diante das participantes. Certamente, as dinâmicas que envolvem a entrada e permanência das mulheres na prostituição são bem mais complexas do que uma simples escolha entre “isso ou aquilo”. Essa é apenas uma estratégia analítica que acreditamos ser frutífera para demonstrar a existência de panos de fundo morais em suas trajetórias – de caráter produtivo, e não somente coercitivo. Buscamos identificar em suas narrativas os elementos contrastivos centrais (antagônicos) que pareceram estar presentes nas decisões por se inserirem ou se manterem na prostituição.

Essas avaliações podem ser interpretadas, em termos de princípios morais, como uma tensão entre “autonomia” e “heteronomia”. Essa tensão confere às dinâmicas de reconhecimento diferencial da prostituição um caráter contraditório:

sua desqualificação tem por horizonte a heteronomia, ao passo que a resistência da prostituta busca afirmar sua autonomia. Conforme percebemos nas narrativas de Jéssica, Gabriela, Laura e Capitu, a forma precária e arbitrária como as alternativas lhes foram apresentadas demonstra suas condições de subalternidade. Contudo, mesmo diante de alternativas limitadas, a avaliação das possibilidades que lhes são apresentadas pressupõe um horizonte moral. No contexto da tomada de decisão, a prostituição se apresenta a essas mulheres como possibilidade de aproximação de uma experiência autônoma. A “avaliação forte” implícita nas decisões demonstra que “tornar-se prostituta” parece atender à uma certa virtuosidade em se fazer escolhas baseadas num projeto de vida independente e autorreferido. Na percepção delas, parece haver mais possibilidades de autonomia na prostituição do que num cotidiano de humilhações familiares, do que na dependência econômica de uma figura masculina, ou, ainda, do que no trabalho doméstico.

Isso não implica na neutralização das sanções previstas para a insubmissão. Contudo, ainda que conheçam bem os caminhos de desqualificação que irão trilhar, essas mulheres parecem ter se inserido nesta atividade como uma possibilidade de afirmação e consolidação de sua autonomia. No caso de Gabriela, por exemplo, as condições de subalternização em um sistema sexo/gênero puseram-na em uma condição precária de escolha entre se prostituir ou depender economicamente do ex-marido. Porém, sua inserção nesse trabalho envolveu também uma tentativa de aproximação de uma vida mais autônoma. Gabriela parece identificar na prostituição maiores possibilidades de autogestão do que numa condição de dependência financeira.

Temos indícios de que os caminhos trilhados por algumas prostitutas em função das interdições imputadas pelo sistema sexo/gênero, ambigualmente, sofrem influência de outro sistema de saber/poder: **o princípio moral da busca pela autonomia**. O que P. Bourdieu interpretaria como “transformação de necessidade em virtude”, pode ser entendido aqui, a partir dessas análises, como efeito de resistência às normas do sistema sexo/gênero, que estão, portanto, investidas de poder.

\*\*\*\*\*

Há disparidade entre os saberes que circulam em determinados ativismos feministas e os saberes que as prostitutas produzem sobre suas próprias realidades. A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) tem mobilizado os vários setores da sociedade no sentido de impedir quaisquer mecanismos de legalização, regulamentação ou legitimação da prostituição. Durante uma Plenária Metropolitana realizada em Belo Horizonte em 2012, algumas de suas representantes manifestaram uma posição radicalmente abolicionista em relação ao trabalho sexual. Sustentadas principalmente por quadros políticos e conceituais dos feminismos socialistas da chamada *segunda onda*, elas acreditam que a prostituição é, por natureza, uma opressão das mulheres. Paradoxalmente, quando questionadas em relação à regulamentação do trabalho doméstico, o grupo flexibilizou os argumentos. A MMM, inclusive, participa ativamente das lutas pela regulamentação do trabalho doméstico no Brasil. Na percepção de Capitu, parece haver mais possibilidade de autonomia na prostituição do que no trabalho doméstico. Esse saber, que parece ter sustentado sua “escolha” pela prostituição, está em tensão com a perspectiva da MMM. Quem mais saberia falar dos efeitos nefastos da subalternidade do que a(o) própria(o) subalterna(o)? Mas como aponta Spivak (1988/2010), esse é o principal elemento que caracteriza a subalternidade: sua voz não pode ser ouvida.

Mas que efeitos essa constante afirmação da autonomia pode produzir na ordem das coisas? Um deles é a disseminação de outros saberes sobre a própria condição no tecido social. Ao afirmarem que a inserção e permanência na prostituição é fruto de uma “escolha”, várias prostitutas associadas a grupos ativistas desestabilizam, no cenário político, as verdades dominantes que circulam sobre suas vidas. Essas verdades destoam de outras verdades sobre a prostituição que operam através de sentidos como doença, opressão, perversão ou pecado.

Como já mencionamos anteriormente, os efeitos posteriores dependerão de uma série de outros elementos inscritos nas interações que as prostitutas estabelecerem em seu cotidiano. A presença e atuação da APROSMIG na zona boêmia, por exemplo, pode tornar-se uma condição de canalização desses

potenciais de resistência e afirmação de autonomia, conforme analisaremos melhor mais adiante.

Vimos até agora que **o princípio da “boa vida”** – em tensão com a noção de trabalho útil e produtivo da modernidade – e a **busca por autonomia** (econômica e sexual) parecem ser princípios morais que desestabilizam a hierarquia valorativa moderna e o sistema sexo/gênero na experiência dessas prostitutas. Eles também são inarticulados e opacos, já que as “decisões” não parecem ter sido sustentadas numa reflexão organizada, do tipo “serei prostituta porque poderei ser autônoma e viver uma vida menos regrada no trabalho”. Mas, ao contrário do que se poderia interpretar numa perspectiva fatalística, o poder dominante que circunscreve essas mulheres dá a elas condições de produzirem resistências à submissão. Mais que isso, a resistência, investida de poder, permite a transformação do que deveria ser uma submissão em afirmação de autonomia. O que, a princípio, parece ser apenas uma “avaliação fraca”, está investido de moralidade. Assim como o princípio da dignidade funciona como um dispositivo de subalternização dessas mulheres, o princípio da “boa vida” e a busca por autonomia parecem ser *também* pano de fundo moral para sua inserção e permanência na prostituição. Conforme aponta Souza (2003), o caráter pré-reflexivo e inarticulado das “avaliações fortes” destitui a agência humana de historicidade e contingência. Além disso, torna invisíveis também aqueles princípios morais que estão envolvidos na produção de resistências e outros agenciamentos.

\*\*\*\*\*

Há inúmeras hierarquias que se fazem presentes nos espaços de sociabilidade da zona boêmia. A prostituição parece manter relações vívidas com o entorno dos hotéis. Uma delas, que me pareceu menos inarticulada, é a hierarquia estética, que se expressa nos corpos, nas interações e nas disposições daquele território. Identidades, corpos, territórios e sociabilidades expressam tendências estéticas que parecem sustentar uma reciprocidade simbólica dos significados que por ali circulam.

Lembro-me bem de quando era um frequentador dos hotéis, há pouco mais de dez anos. Entre uma noitada e outra, ou nos intervalos de um passeio ao centro, as visitas à zona boêmia eram uma constante entre dezoito e vinte anos, sempre motivadas pelos amigos. Quando lá chegávamos, a referência que tínhamos era o hotel Brilhante, que já há muitos anos parece ostentar o reconhecimento, compartilhado por muitos clientes, de ser o “melhor”. Esses anos não mudaram essa situação. Em vários momentos, deparei-me com situações que se remetiam à posição de privilégio que este hotel ocupa na “hierarquização” dos hotéis. Não é raro escutar pelos corredores comentários entre clientes do tipo: *“Vamos pra Brilhante, lá que tem as gostosas”*. Algumas vezes, escutei amigos conversando na saída deste hotel, confirmando suas preferências ao afirmar: *“... da Brilhante para baixo, o nível vai só caindo”*. Um amigo pessoal que me acompanhou em campo em uma das visitas, fez a mim o mesmo comentário, demonstrando perceber uma hierarquia que se estabelece entre os hotéis.

Não é difícil se notarem algumas tendências no hotel Brilhante. Muitas loiras, muitas brancas, algumas pardas, poucas pretas. Muitas esbeltas, malhadas, “saradas”. Poucas gordinhas, magricelas ou diferentes do padrão de beleza “Rede Globo”. Muitas prostitutas jovens, poucas (praticamente nenhuma) que aparentem já ter passado dos 30 anos. Essas características se conjugam com uma arquitetura amena, em constante manutenção, visivelmente melhor acabada. Nos quartos, vê-se mobiliário, ventiladores, alguns armários. O preço do programa parece seguir a mesma tendência, apesar de variar. Gira em torno de R\$ 40,00 por um programa “básico” – “dez minutos, uma chupadinha e três posições”.

**Pesquisador:** *“... é diferente trabalhar no Brilhante e trabalhar nesse hotel em que você está agora? É diferente? Qual é a diferença?”*

**Madalena:** *“Lá é chique.”*

**Pesquisador:** *“No Brilhante?”*

**Madalena:** *“Lá é extremamente bom, sabe? Tanto o respeito quanto o tratamento, entendeu?”*

**Pesquisador:** *“E por parte dos clientes, tem diferença?”*

**Madalena:** *“Tem, claro que tem.”*

**Pesquisador:** *“Qual é a diferença?”*

**Madalena:** *“No Brilhante, o homem vai carinhoso, vai querendo ficar um tempinho, entendeu? Não vai querer te... Porque no Brilhante é mais caro, entendeu? Um programa lá é quarenta, cinquenta reais, né? Homem ir para lá, tipo assim, para ficar dez minutos com a gente, raridade. Fica dez minutos com a gente, paga tipo, cinquenta. E diz: ‘Precisa me dar troco não, pode ficar para você, você faz muito gostoso.’”*

**Pesquisador:** “Então você está dizendo que os caras...”

**Madalena:** “Porque o hotel é extremamente chique, o quarto, você vê o quarto, você pensa que está numa suíte de luxo. Ventilador de teto, daqueles coloridos, ar condicionado, armário, chuveiro quente.”

**Pesquisador:** “Onde você está não tem chuveiro quente?”

**Madalena:** “[faz sinal negativo com a cabeça] Os armários são inferiores, os armários são amassados, feios, riscados, no Brilhante não, as paredes do Brilhante, branquinha, branquinha, branca, branca, branca, branca, nesse hotel, a parede é suja de batom...”

Madalena identifica as diferenças estéticas e estruturais entre o hotel Brilhante e os demais. Ela faz ainda uma série de conexões entre essas diferenças, associando-as, por exemplo, às formas de tratamento pessoal dos funcionários. Faz ainda uma associação entre condição econômica e predisposição à organização e higiene das prostitutas.

*“Putá pobre é uma porra, véi... Quanto mais pobre a puta é, mais desorganizada ela é... Porque a mulher chique, ela vai limpar o borrado de batom com guardanapo, a mulher pobre não, ela vai lá e passa na parede. Porque quanto mais chique a mulher, mais educada é”.*  
(Madalena, 19 anos, hotel Onda Livre, 23/10/2012).

Se vamos a hotéis como Magnífico ou Nova América, também observamos tendências estéticas, um pouco diferentes daquelas do hotel Brilhante. Muitas mulheres pretas, muitas pardas, poucas brancas. Poucas loiras, muitas com cabelo crespo. Muitas gordinhas, “cheinhas”, algumas obesas ou magricelas. Mas poucas, certamente, seriam aprovadas num concurso “Menina Fantástico” da Rede Globo. Muitas senhoris, algumas idosas, algumas joviais. Essa estética se mistura à dos seus quartos, pequenos, empobrecidos de mobília, sem janelas ou ventiladores. A aparência destes hotéis expressou-me certa hostilidade, com pinturas envelhecidas, acabamentos descuidados, iluminação sombria. Os preços também variam entre R\$ 5,00 e R\$ 15,00 por um programa “básico”, mas parece haver uma espécie de “cartel dos dez reais”.

Existem também algumas tendências que podem ser identificadas no “perfil” dos clientes. Ressalvando-se toda a pluralidade e diversidade que se apresenta na circulação dos hotéis, é possível perceber ainda que os homens que visitam o Magnífico e Nova América, por exemplo, são, geralmente, pretos ou pardos. Muitos idosos, muitos senhoris, poucos jovens. Muitos deles com marmitas na mão, expressando na pele os anos de trabalho árduo. Entram geralmente sozinhos e não demoram muito para achar a prostituta preferida. No hotel Brilhante é possível



encontrar um número significativo de homens brancos e jovens. Nesse hotel, é mais comum a circulação em grupos. Gabriela, apesar do pouco tempo de estadia na cidade, parece ter percebido algumas das tendências dos clientes que frequentam o hotel Onda Livre:

**Gabriela:** “Ah, eu acho que aqui tem poucos homens cultos. São poucos.”

**Pesquisador:** “E como você identifica que eles são ou que eles não são cultos?”

**Gabriela:** “Ah, o jeito de conversar, eles são mais simples. Aqui, você pergunta a profissão: ‘Ah eu trabalho não sei aonde. Operário não sei aonde.’ Então, hoje, sorte que eu peguei um engenheiro. E ontem também, porque um rapaz que conhece São Paulo, conhece todas as boates também de São Paulo. Então é poucos que vem...”

(Gabriela, 33 anos, hotel Onda Livre, 08/11/2012)

Capitu também parece identificar um “perfil” comum dos clientes que atende:

**Capitu:** “Ah... eles são mais simples né. A maioria, pai de família mesmo. Passa aqui depois do trabalho, é tudo peão! [risos]. Teve um coitado que abriu a bolsa pra tirar o dinheiro e a marmitta caiu no chão, ele só faltou chorar de vergonha... A gente vê pela roupinha simples, o jeito de falar, que não estudou direito...” (Capitu, 41 anos, hotel Magnífico, 15/11/2012)

As hierarquias estéticas, visíveis aos olhos, parecem ir desvelando outras hierarquias inarticuladas à consciência. A prevalência de mulheres pardas e negras na zona boêmia já é um importante indicador de como a hierarquia racial se estrutura nas dinâmicas de subalternização. Ao perceber que, internamente, essas mulheres tendem a ocupar espaços específicos, percebemos a articulação de raça com outras hierarquias, produzindo efeitos intransparentes de racialização da prostituição. Jéssica afirma nunca haver sofrido discriminação por ser preta, apesar de ter se autodesignado como parda. Ela é, em minha percepção, preta, cabelos crespos, traços fortes de negritude. Mas nas entrelinhas de sua narrativa é possível identificar elementos de antagonismos em função das questões raciais:

**Pesquisador:** “Em algum momento você já foi discriminada ou percebeu que uma pessoa não quis fazer programa com você, ou te olhou de outro jeito, em função da cor da sua pele?”

**Jéssica:** “Nunca isso aconteceu. Pelo contrário. Tem certas branquinhas que entram aqui, ‘Nossa, ah quem me dera, você tem quantos anos querida?’ Aí eu falo: ‘Trinta e sete’. ‘Nossa, mas você... Você não tá aumentando a sua idade?’ Eu falo: ‘Não amor, é por causa da cor. Seu olho é invejoso, mas minha cor não desbota... minha cor não desbota’. Em momento nenhum. Muito pelo contrário, sou muito elogiada pela minha cor. Nunca sofri esse tipo de preconceito. Tem alguns clientes que falam assim: ‘Nossa, você é uma gordinha tão charmosa. Voltei.’ E eu: ‘Ô meu amor, seja bem-vindo’. Pelo contrário, tenho muitos elogios.

(Jéssica, 37 anos, hotel Magnífico, 13/11/2012).

Já Bruna, autodesignada branca, demonstra a existência de distinções dentro da zona em função das questões raciais.

**Pesquisador:** “Qual que é sua cor, Bruna?”

**Bruna:** “Como assim?”

**Pesquisador:** “Você se identifica com que cor ou raça?”

**Bruna:** “Ah tá, eu sou branca, com muito orgulho...”

**Pesquisador:** “E isso interfere aqui no seu trabalho?”

**Bruna:** “Interfere sim, porque se você reparar, a maioria das meninas que trabalham aqui são de cor, né... e tem muito ‘homi’ que gosta, mas tem muito ‘homi’ que não gosta... Um falou assim pra mim: ‘Aquela crioula ali do segundo fede, não volto não’. Então, essas coisas... É um diferencial, né, tipo assim, eu sou uma das poucas branquinhas daqui, e aí tem muito homem que me procura sabe, e fala aqui que entra só por causa de mim... Quem gosta das branquinhas vai lá pro Brilhante.”

**Pesquisador:** “E você disse que é branca com muito orgulho...”

**Bruna:** “... É porque eu gosto de ser branca. Não sou racista não, nada contra sabe, mas eu sou mais feliz, tipo assim, quando olho no espelho...”

(Bruna, 32 anos, hotel Nova América, 29/11/2012)

Pelos relatos das entrevistas e observações realizadas no entorno da zona boêmia, percebe-se claramente que há uma prevalência de pessoas e grupos de classes sociais baixas. A origem popular dessas pessoas e grupos é recorrentemente inferida no cotidiano, sem necessariamente acessar a carteira de trabalho ou a conta bancária desses indivíduos. O recorte racial salta aos olhos, especialmente em determinados hotéis em que a concentração de mulheres pardas e pretas é significativamente maior. Conforme aponta P. Bourdieu, a ideologia espontânea do capitalismo se reproduz na modernidade tardia através da mobilização de capitais culturais e simbólicos, materializados através de comportamentos, gostos, condutas e outras predisposições psicossociais. Ainda assim, percebe-se a mobilização do capital econômico na atribuição de sentidos da vida social, como nos demonstrou Madalena.

O *habitus* que se faz pano de fundo para as sociabilidades da zona boêmia é de tipo precário, conforme a proposta de Souza (2003), caracterizando aqueles espaços como espaços de sociabilidade da *ralé*. O que também fica evidente nas análises é que o *habitus* pressupõe, mais do que a posse de uma economia emocional específica, o aprendizado dos mecanismos de sua leitura e decodificação. Ele é reflexo do aprendizado e incorporação dos atributos que irão determinar o que a pessoa é, mas, sobretudo, reflete o aprendizado da linguagem

de decodificação e distinção do que é o outro. O *habitus*, portanto, logra efeitos nas interações sociais, fazendo-se mecanismo de inteligibilidade do humano.

Outro elemento identificado nas narrativas dessas mulheres é a constante articulação de marcadores sexuais de gênero e de classe para explicar, justificar ou atribuir sentido a determinadas experiências. Parece haver um efeito de adição ou subtração de reconhecimento a determinadas pessoas (como é o caso da puta negra, da puta pobre ou do cliente inculto), dependendo dos marcadores que são articulados e hierarquizados. Finalizando esta parte das análises, apresentamos um trecho da entrevista de Jéssica, em que ela tenta construir uma explicação para a hierarquia existente entre os hotéis. É interessante notar que, nessa construção, ela lança mão de uma série de marcadores sociais que parecem ser mobilizados e articulados em seu cotidiano:

**Pesquisador:** “Você se considera parda. Você acha que as questões da raça, das cores, elas influenciam aqui nos hotéis? Na busca dos clientes?”

**Jéssica:** “Eu acho que não. Acho que não influencia. Esses homens não veem isso não. Olhou, gostou, é essa mesmo. Não tem preconceito aqui dentro não”

**Pesquisador:** “Agora, você acha que tem algum dos hotéis que é mais cobiçado?”

**Jéssica:** “Eu acho que é o Brilhante... Então, muitos homens vêm aqui e falam: ‘Pô, a mulher lá só tem preço. Não deixa nem a gente gozar. Arruma um desespero: ‘Ah então... me dá mais tanto’.”

**Pesquisador:** “Por que você acha que eles topam pagar às vezes cinquenta lá e não pagarem os quinze aqui? O que você acha que tem lá que encanta?”

**Jéssica:** “Não tem nada que encanta lá, bem. Porque as vezes as mulheres que tem lá, aqui tem também. Eu observo que tem muitas mulheres lá de cabelo ruim que põem aplique pra dizerem que o cabelo é bom. Tem, existe isso. Infelizmente eu enxergo. Parece que as mulheres de lá querem ser... melhores. Melhor assim, na base do preço. Aquele hotel lá é como se fosse outro qualquer. Mas tem muitos homens ‘Ah não, vamos nesse hotel não. Vamos no Brilhante’. Tem muitos homens que não rodam os outros hotéis, só o Brilhante”.

**Pesquisador:** “Pois é, eu queria entender isso”

**Jéssica:** “Eu também queria entender isso”

**Pesquisador:** “O que você acha?”

**Jéssica:** “Talvez eles querem valorizar mais, elas cobram para mais. Porque do mesmo jeito que elas chupam eu também chupo. Às vezes... cada um, cada um. Uma é diferente da outra. O mesmo que ela faz as outras fazem. Eu também às vezes fico perguntando: ‘Porque Brilhante?’ Que nem um dia, eu tava... atravessando, não tem muito tempo isso. Aí os caras estavam: ‘Aqui não, vamos no Brilhante, lá que é o bom’. E quero entender porque que lá é o bom? Se a mesma puta que tem lá tem aqui. A mesma coisa. Ela vai chupar, a daqui também chupa. Ela vai dar, a daqui também dá. Eu não sei, deve ser porque lá é mais caro um tiquinho, não é?” [...] Já ouvi isso também. E já tem muitos homens que vêm aqui e falam: ‘As mulheres daqui são mais humilde, elas têm paciência’. Eu falo: ‘Eu sei que as mulheres daqui são mais velhas..’ e eles dizem: ‘Não, não existe esse negócio de mais velha. Existe a experiência’... As mulheres daqui, elas são mais vividas ou mais experientes e não querem seu dinheiro só uma vez”.

**Pesquisador:** “Você percebe diferença entre as meninas daqui e...”

*Jéssica: “Primeiro; eu percebi que as meninas lá, a maior parte, são muito novinhas. Elas têm esse padrãozinho de beleza da televisão. A maioria é branquinha. As que não são põem aplique e pintam o cabelo de loiro... E além do mais, elas jamais iam colocar um chinelinho e ficar com o pé à vontade, que nem eu, bem, jamais iam fazer isso, eu tenho certeza.... Talvez elas até ganhem mais, porque o programa delas é mais caro. Mas uma coisa eu te falo, será que elas vão valorizar o cliente do jeito que eu vou valorizar?”*

Gostaríamos de analisar algumas das experiências das prostitutas entrevistadas a partir de duas disposições psicossociais apresentadas por Souza (2003) e Mattos (2009a), que podem indicar a incorporação ou a ausência de uma subjetividade adaptada às exigências da modernidade ocidental: a planificação de futuro e a instrumentalização. Essas duas predisposições são analisadas por Mattos (2009a) e parecem ocupar posição importante nas vivências das prostitutas entrevistadas.

A habilidade de fazer prospecções para o futuro é um elemento disposicional crucial no reconhecimento diferencial da modernidade. O autocontrole e a inserção no trabalho útil, incorporados através de aprendizados coletivos, dão aos sujeitos modernos (que a eles têm acesso) a capacidade de planejar suas carreiras, poupar e fazer prospecções. Esse princípio é constantemente articulado na narrativa das participantes. Capitu me conta, com aparente constrangimento, que nunca conseguiu realizar nenhum de seus projetos. Quando se inseriu na prostituição, há dez anos atrás, fez planos de juntar dinheiro para abrir seu próprio negócio. Mas afirma, bastante envergonhada, que sempre gastou todo o dinheiro que ganhava com diversão. *“Ah, meu filho, festas, pó [cocaína], viagens... gandaia, né [risos]”*. Ao contrário de Capitu, Madalena identifica em si a mesma disposição para gastar e não investir sua renda em projetos futuros sem, contudo, expressar constrangimento. Aventurar-se e aproveitar o que a novidade do dia apresenta a ela parece ser uma das qualidades da “vida que vale a pena ser vivida”. Laura, Bruna, Gabriela e Jéssica demonstram o valor que a prospecção tem na modernidade, ao incorporá-los em suas vidas. Bruna afirma que essa é a única forma de “sair da vida” apesar de dizer, paradoxalmente, sob um sorriso de constrangimento, que vai ser difícil ela largar a prostituição.

*“Por enquanto eu não quero sair não, porque eu quero levantar um dinheiro sabe. Por isso, trabalho o dia inteiro... Agora em janeiro, eu quero dobrar, pra aproveitar o décimo terceiro [risos]... Então, se você não tiver força de vontade, você não sai. Tem que guardar, entrar na prestação mesmo. Minha mãe fala que a gente tem que fazer dívida pra pagar, porque como é que vê o dinheiro lá na conta sem querer gastar? É muita tentação. [risos] Eu ganho mais*

*que muita patricinha aí, tipo assim, não to me gabando não.”* (Bruna, 32 anos, hotel Nova América, 29/11/2012).

*“Eu não queria ficar aqui mais muitos anos, porque idade já vai chegando, né. Eu não to falando que tô velha, velha não, usada. [risos] Mas o tempo vai passando. Porque aqui dentro o tempo não passa, ele simplesmente voa. Se você não fizer um projeto, o tempo passa muito rápido... Eu sempre falo com as minhas amigas lá no Espírito Santo que eu pretendo trabalhar até daqui uns três ou quatro anos, depois eu não quero mais isso aqui. Por enquanto ta bom demais. Mas não posso falar que vou ficar o resto da minha vida aqui... Eu tenho economizado bastante, pra chegar onde eu quero, no meu projeto. Já dei pra minha mãe a casa própria dela... agora é minha vez, né... Já tenho uma boa grana guardada... E aí, vou cuidar da minha mãe, porque ela já cuidou muito de mim... Meu filho precisa de mim, pra estudar, pra tudo..”* (Jéssica, 37 anos, hotel Magnífico, 13/11/2012).

*“Tem trinta anos que eu planejo o futuro, faço minhas coisas, pensando na minha filha, no futuro da minha filha... Quando saí de casa, prometi que minha filha ia estudar, ser alguém... Hoje ela estuda na “X” [uma universidade pública mineira] e vai formar pra geografia. Juntei dinheiro um bom tempo pra mandar ela pra fora. Ela tá indo pra Portugal agora, meu filho. É... e juntamos juntas, porque ela também trabalha.”* (Laura, 56 anos, hotel Nova América, 29/11/2012).

*“Isso aqui é meu projeto. Entrei aqui pra educar meus filhos. Hoje eles estão lá com minha mãe, porque preciso trabalhar, mas é por eles que faço isso, entendeu. ‘Ah, e você’... porque o povo pergunta, né? Mas os filhos primeiro, eu aprendi assim... Porque querendo ou não, você pode comprar uma roupa... Igual, eu to comprando o apartamento, quando sair eu vou querer comprar os móveis. Isso vai ser uma das coisas mais prazerosas pra mim. Ai eu vou comprar a minha televisão, eu não tinha televisão. Vou comprar o meu sofá, vou comprar isso, vou comprar aquilo. Ah, eu vou montar o quarto do meu filho, vou montar o quarto da minha filha. Entendeu? Então, o fato de saber que na noite você vai conseguir... muito mais rápido”* (Gabriela, 33 anos, hotel Onda Livre, 08/11/2012)

É interessante notar que, no caso das duas últimas, há uma planificação de futuro. Mas não para elas próprias, e sim para os filhos. Ou melhor, seus projetos de futuro se resumem à educação de seus filhos e ao sustento e cuidado de suas famílias. Restrição crucial do sistema sexo/gênero, e atrelada a um “*habitus* precário” (no tocante à inabilidade de fazer planos e prospecções), a instrumentalização da mulher “para o outro” parece ser um elemento fundamental nos aprendizados coletivos que circunscrevem sua vida. Laura e Gabriela têm um projeto de cuidado, um projeto de amor, um projeto de educação dos filhos, um projeto de maternidade.

Mas no caso de Madalena e Capitu, o que, de início, poderia ser interpretado como uma interdição estrutural em suas vidas parece ter reciprocidade com outros princípios morais que são pano de fundo de suas “escolhas”: a busca pela autonomia e o princípio da “boa vida”. Não planejar o futuro e “viver a vida extremamente”, um dia de cada vez, aparece em vários outros momentos da narrativa das duas como um valor.

*“Eu podia ter ficado em Teófilo Otoni... Meus pais iam me sustentar pra sempre, eu sei... Aí rapaz, quando olhava naquela janela, sabia que tinha outro lugar pra mim, não era ali. Eu sempre quis sair... Depois de tudo, vou arrumar marido? Pra quê? [risos] Arrumar problema... Deixa eu quieta com meu namorado mesmo, que já é problema demais... Se eu quisesse ter filho, já tinha uns dez... Pra não ter, eu fiz aborto, né... aborto... um, dois, três. Não me arrependo não... Igual o povo fala, que a gente vai pro inferno... Inferno é viver com dez menino na cacunda [sic], cê num acha não?... [risos]” (Capitu, 41 anos, hotel Magnífico, 15/11/2012).*

Com suas histórias de vida, Capitu e Madalena reavivam outra noção de “vida que vale a pena ser vivida”. A história de vida dessas duas prostitutas parece radicalizar o princípio moral da busca por autonomia que, em termos de identidade e gênero, lhes dá condições de construir um projeto de vida em que não haja homens, filhos ou patrões. Por isso, acreditamos que o princípio da “boa vida” caminha ao lado do princípio pela “busca por autonomia”, especialmente no caso de Capitu e Madalena. A centralidade em si, em seus próprios desejos, em suas próprias “vontades”, demonstra uma desestabilização das normas sexuais e de gênero que, não sem efeito, lhes produzirá uma série de penalidades sociais. O constrangimento de Capitu ao me contar que não tem vontade de ter filhos e que realizou inúmeros abortos ao longo de sua vida nos mostra de que forma a insubmissão às normas de gênero caminha lado a lado com inúmeros efeitos de desqualificação da mulher. A ilegalidade do aborto pode ser o fator que desencadeou o constrangimento de Capitu, mas, considerando que as normas jurídicas estão sustentadas num pano de fundo moral, seu constrangimento pode indicar as contradições e ambiguidades com as quais essas mulheres vivenciam os efeitos da subalternização.

A instrumentalização de si e das relações sociais é identificada no estudo de Mattos (2009a) como característica disposicional das putas pobres. Para além da instrumentalização de si, como um dispositivo de controle e submissão das mulheres, a instrumentalização do outro também aparece em vários momentos da pesquisa de campo. A contradição desse elemento disposicional revela que, se por um lado ele é efeito de uma “ideologia espontânea do capitalismo” que coisifica as pessoas e as relações sociais, por outro, parece também oferecer condições às experiências subalternizadas de operar com a noção de controle, tão caro ao reconhecimento diferencial moderno. Explicamos: a relação estabelecida com os clientes, muitas vezes, é marcada pela instrumentalização. Eles são, muitas vezes, sinônimo do dinheiro que elas buscam. Se há uma instrumentalização da prostituta, vista como mercadoria, há também uma instrumentalização do cliente, que se torna

consumidor. Bruna conta que, na maioria das vezes, não olha no rosto de seus clientes. *“...Eu quero é o dinheiro deles... Às vezes, quando saio pra trocar uma grana, quando volto nem sei pra quem dar o troco. Não olho nem na cara deles”*.

Em termos de sexualidade, há um elemento importante a se discutir. A instrumentalização do sexo e da sexualidade parece tensionar diretamente os parâmetros estabelecidos entre o que é público e o que é privado. Essas duas dimensões, associadas diretamente à expressão do afeto e do privado, são exercidas no trabalho da prostituição a partir das lógicas associadas ao mundo público - neste caso, das lógicas de mercado. O corpo é constantemente preparado para incitar o desejo. Há uma nítida economia estética que se faz pano de fundo para o estabelecimento de hierarquias no mercado sexual. Parecem sair de cena dispositivos de regulação da sexualidade como o pudor e a retração do desejo. O desejo e o afeto, socialmente reconhecimentos como expressões de uma intimidade e privacidade, parecem ocupar lugar central numa economia sexual da prostituição. Vejamos um fragmento do diário de campo:

Quando finalizei a entrevista com Gabriela, perguntei a ela se não poderia me apresentar suas amigas, o que possivelmente facilitaria a realização de outras entrevistas. Prontamente, ela me levou até o quarto onde elas ficaram lhe aguardando durante a entrevista. Ao entrar no quarto, que já estava com as portas abertas, Gabriela se anunciou da seguinte forma: “Quero apresentar um amigo a vocês”, me puxando pelo braço para dentro. O que se sucedeu foi, no mínimo, inusitado. Suas amigas trataram logo de cobrir seus corpos com as mãos, mexendo-se rapidamente em busca de roupas ou outros utensílios para se taparem. Esbaforidas, tinham o rosto vermelho e uma aparência nitidamente constrangida com minha presença. Mas elas estavam na zona! Há segundos atrás, deviam ter-se insinuado a um cliente, abrindo-lhes as pernas ou acentuado alguma curva do corpo. De onde surgiu todo aquele pudor? (Diário de campo, Av. Guaicurus, 23/08/12, 18h)

A cena vivenciada demonstra que o controle e a regulação da sexualidade, do sexo e do corpo são intrinsecamente contingenciais. Minha presença naquele momento, com todos os sentidos produzidos pela maneira com a qual fui anunciado por Gabriela, ativaram dispositivos de controle da sexualidade normalmente não ativados naquele espaço. Minha presença tirou da zona a “natureza da zona”. O pudor instantâneo e pré-reflexivo das amigas de Gabriela evidencia uma linha tênue entre as demarcações de público e privado, que são constantemente naturalizadas.

*“Eu não beijo cliente não... Beijo é pra namorado, sabe? Igual, chupar, a gente... só se pagar bem, porque... não, não dá. Não gosto nem que me toca...”* (Gabriela, 33 anos, hotel Onda Livre, 08/11/2012)

“Olha, pra evitar [sentir prazer] eu não deixo o homem fazer oral em mim não. Oral é difícil. E tem uns homens que sabem fazer sabe, acabam com a gente [risos]... Pegar no peitinho também eu não deixo, e nem beijar, ah enfiar a língua no ouvido, que eles adoram. Não, não, não... Aí seguro a onda, meu filho, o dia inteiro aqui... Mas tem uns que a gente acaba relaxando, né, pra tirar a tensão, enfim.” (Capitu, 41 anos, hotel Magnífico, 15/11/2012)

“Olha eu não aceito que o homem... ‘Ah, me dá um beijo.’ Eu falo: ‘Ah bem, eu to de sapinho, não posso te beijar.’ Eu não aceito. Se o homem fala: ‘Ah, eu te pago, mas deixa eu fazer um sexo anal com você?’ Eu não aceito. ‘Vou te chupar.’ Também não aceito. ‘Pô, mas você...’ Eu falo: ‘Meu amor, tem que gostar de mim do jeito que eu sou.’ Eu não aceito e ponto. Eu não aceito mesmo. Eu posso até beijar na boca meu amor, mas lá na rua, aqui dentro não. [risos]” (Jéssica, 37 anos, hotel Magnífico, 13/11/2012)

Ainda que inarticulados, mecanismos contrapõem a crença de que essas mulheres têm uma sexualidade disposicionalmente disruptiva, produzida pelo princípio moderno de dignidade. A instrumentalização de seus corpos para o trabalho e a ativação de mecanismos de regulação da sexualidade em contextos sociais “comuns” demonstram um significativo poder de autocontrole dessas mulheres sobre seus corpos. Não é rara a afirmação: “*Aqui dentro eu sou uma mulher, lá fora eu sou outra*”. Há uma capacidade significativa de manejar seus corpos (e seus *habitus* de gênero) para outras finalidades econômicas, que não a submissão às normas sexuais. Isso nos permite relativizar a “natureza” restritiva da instrumentalização. Ela é, muitas vezes, usada como possibilidade de diferenciar modos de vida, adequando-se a contextos distintos de reconhecimento e prestígio social.

Outro exemplo interessante dos efeitos da instrumentalização de si para outros fins, que não o da submissão, é o recorrente uso da habilidade do cuidado. Em hotéis como o Nova América e o Magnífico, onde trabalham mulheres em situação de “desvantagem” em termos de hierarquia estética, geracional e racial, há uma agregação ao “produto” sexual ofertado em seus programas. Prostitutas gordinhas, obesas, pretas, pardas, senhoris, magricelas e fora de outros padrões estéticos da modernidade construíram um diferencial em seu trabalho que, segundo elas, continua a atrair clientes, tal qual se passa em hotéis com padrão estético hegemônico. A atenção, o carinho, a escuta atenciosa e a expressão do afeto são agregados ao sexo. Em muitos casos, o substituem. A predisposição à maternagem e ao cuidado – também efeito da instrumentalização de si, comumente estimulada nas mulheres em suas socializações – é usado também por essas prostitutas como forma de “qualificar” o trabalho e estabelecer um diferencial no mercado do sexo. Jéssica e Capitu contam que



*“... muitos clientes vão no Brilhante [hotel] atrás das loiras e saradas... mas elas não tratam bem. Nem olham pro homem. É quinze minutinhos e pronto. Às vezes, eles querem desabafar, falar dos problemas, né? Ninguém é de ferro [risos]. Então aqui, a gente escuta, a gente dá atenção, dá conselho. E eles acabam pagando mais, né. Tenho muito cliente que vem aqui pra desabar mesmo, ou reclamar da mulher... Eu ponho até no colo, se precisar, bem... faz parte da profissão.” (Jéssica, 37 anos, hotel Magnífico, 13/11/2012).*

*“Eles querem mesmo é “colo” [risos]... Vários deles... O vovozinho, principalmente... Desde que me paguem? Faço essas coisas sim... Escuto os problemas do trabalho, sou carinhosa, sabe? A gente tem que ser, senão o cliente não volta... Eu não sou nenhuma Brastemp, né? [risos]... A gente junta o útil ao agradável, tipo assim, se tem ‘homi’ carente’, a gente vende o cafuné...” (Capitu, 41 anos, hotel Magnífico, 15/11/2012)*

O que as expressões de instrumentalização do corpo e de si nos evidenciam, neste estudo, é o caráter econômico da sexualidade e das disposições de gênero. A princípio, pode-se pensar que o que caracteriza a economia sexual da prostituição está relacionado somente a ela. Contudo, o manejo dos afetos e desejos, a hierarquia estética, a manipulação do corpo em termos sexuais, a dicotomia entre o que pertence ao mundo público e ao mundo privado, tudo isso atua na produção de economias sexuais, em quaisquer experiências sociais. E, certamente, o casamento, a heterossexualidade reprodutiva, a família e outros dispositivos do poder dominante são produzidos pelos mesmos princípios que produzem a prostituição. Nesse sentido, a prostituição fala mais do que dela própria. Aproximar-se dela é, ao mesmo tempo, aproximar-se das normas de gênero que (re)produzem hierarquias sexuais e identidades específicas. Conhecer a desqualificação da puta pobre é conhecer também o privilégio da mulher santa.

Outro debate interessante que a discussão da instrumentalização interpela é a natureza estrutural do *habitus* de P. Bourdieu. Reconhecemos, conforme pressupõe esse autor, os efeitos do *habitus* no estabelecimento intersubjetivo de uma organização das estruturas sociais dominantes no cotidiano. Contudo, ao identificarmos subversões desses mecanismos disposicionais na resistência à submissão ou na afirmação e busca de autonomia do próprio corpo – como vimos na predisposição das prostitutas à instrumentalização – devemos relativizar a “natureza” estrutural do *habitus*. As dinâmicas de poder produzidas na experiência das prostitutas proporcionam, em alguns momentos, a transformação de estrutura em agência. Nas microrrelações, parece haver contradiscursos que desestabilizam a reprodução estrutural de desigualdades. Um dos efeitos que se verificam nessas

dinâmicas é a atribuição de positividade a discursos, palavras e experiências que, normalmente, produziram sentidos e efeitos negativos.

\*\*\*\*\*

A afirmação de que as prostitutas não são confiáveis, de que são “barraqueiras”, violentas e traiçoeiras é também uma constante nas narrativas de todas as entrevistadas. Barreto (2008) identifica a mesma situação em seu estudo. Entre elas, nem sempre há um clima amistoso. Discussões e brigas não são incomuns. Em meados de novembro de 2012, uma prostituta foi encontrada morta em seu quarto. Duas das entrevistadas demonstraram suspeitas das próprias colegas. Conforme afirmou Jéssica: *“Eu não duvido nada, meu filho, que foi uma colega do hotel. Aqui tem muita inveja. É uma querendo roubar o cliente da outra...”* Laura também contou ter vivenciado momentos difíceis quando começou a namorar um cliente estrangeiro: *“Era ele chegar, já falavam ‘chegou seu gringo, Laurinha’, com ar de deboche. Puta é um bicho despeitado, viu”*.

**Madalena:** *“Em boate, se você consegue ficar com cinco homens, as outras mulheres já começam a achar estranho, entendeu?”*

**Entrevistador:** *“Porque é mais grana”*

**Madalena:** *“Elas começam a ficar: ‘Vou matar ela. Ela tá tomando meus machos, eu vou tomar ela’.”*

**Entrevistador:** *“Você falou isso ontem para mim, que você nunca fez nenhuma amizade com nenhuma garota de programa ou prostituta”.*

**Madalena:** *“Porque todas são vingativas. Todas”.*

**Entrevistador:** *“Por que você acha?”*

**Madalena:** *“Até eu... que sou mais inofensiva que uma borboleta que voa no ar, não consigo fazer mal a ninguém, sou mais inofensiva que uma borboleta. Elas são extremamente agressivas. Toda puta é agressiva. Todas, até eu. Se eu vir um namorado meu indo fazer com outra, menino, os dois morrem juntos, tipo isso, entendeu? Não morrer, mas tipo assim, entendeu?”*

**Entrevistador:** *“Por que você acha que é assim, que as garotas de programa são violentas, agressivas? Você falou agressivas, né? Por que você acha que elas são agressivas?”*

**Madalena:** *“Porque a partir do momento em que chega uma novata, os outros homens vão deixar de ir com ela para experimentar a novata. Se a novata é gostosa, eles vão continuar com a novata e não vão voltar para ela. É de ficar revoltada”.*

Esse é um ponto nodal na experiência das prostitutas e também deste trabalho. Conforme vemos nas narrativas de Madalena, há uma forte negatividade presente nos processos identitários que circunscrevem a prostitutas. Vejamos outro exemplo:

**Jéssica:** *“E tem mulher que tem despeito... ‘Eu tô com doze programas e fulana mete toda hora’. Que nem um dia... uma delas aí falou assim: ‘Mas o quê que aquela nega tem que eu não tenho’. Elas falam assim de mim. É porque eu não sou de muita conversa... É muito interessante, porque tem mulher que nunca conversou com a gente e tem um certo despeito da gente. Não sou de muitas amizades. Com as mulheres, eu sou assim aqui dentro. Se falar comigo eu respondo. Eu falo até com elas mesmo. Agora, se não falar, é um favor que elas me fazem. Porque eu não vim caçar mulher na zona, eu vim caçar os homens. Concorda comigo?”*

**Pesquisador:** *“Nesse tempo que você tá aqui você fez alguma amiga?”*

**Jéssica:** *“Ah tem, umas... ‘colegagens’ [risos]”.*

**Pesquisador:** *“De sair pra tomar uma cerveja?”*

**Jéssica:** *“Não, não saio, não saio. Sabe por que? Eu já me aborreci muito com essas mulheres”*

(Jéssica, 37 anos, hotel Magnífico, 13/11/2012)

Não existe na narrativa de Jéssica nenhum elemento que nos permita identificar indícios de positividade identitária na representação que ela tem sobre a própria condição. Ela sempre se refere às prostitutas como “elas”, “essas”. Isso parece restringir possibilidades de aproximação, de compartilhamento de experiências, de identificação e construção de laços solidários.

Os processos de subalternização produzem esse efeito. As pequenas possibilidades de identificação positiva com essa experiência imprimem na própria subjetividade da prostituta mecanismos de autodesqualificação. Além disso, a clandestinidade em que vivenciam seu trabalho as obriga a criar suas próprias estratégias de resolução dos conflitos, deixando o ambiente apreensivo e, em certa medida, inseguro. Conforme afirma Bruna, *“A gente aqui tem que se virar... se não deu pra resolver não, chama o segurança, e ele quebra o pau”*.

A princípio, não nos pareceu haver nada no conteúdo desses conflitos que não seja passível de ocorrer em outros trabalhos, outros espaços sociais. Mas parece haver uma associação desses fatos a uma natureza distintiva da prostituta. Vê-se, claramente, uma noção de diferencialismo que essas dicotomias reforçam, dificultando a possibilidade de construir, entre as mulheres subalternizadas, pautas de igualdade (Mayorga & Prado, 2010) e laços de solidariedade (Lagarde, 1997), o que caracteriza uma importante interdição no poder político das prostitutas. Sem

uma positividade identitária que lhes permita constituir identidades coletivas, a mobilização para as ações coletivas fica comprometida. Isso dificulta a canalização dos potenciais de microrresistências para a construção de políticas de enfrentamento e lutas por reconhecimento.

Esse é, sem dúvida, um dos desafios que encontram as mulheres prostitutas em suas organizações políticas. A história de Laura é um exemplo bem interessante de como uma experiência de microrresistências e afirmação de autonomia pode ser canalizada e potencializada para a mobilização de ações coletivas. Ela saiu da casa dos pais na década de 80, onde vivenciou inúmeras humilhações por sua condição de mãe solteira, e se tornou prostituta nos hotéis que existiam no bairro Bonfim, decidida a batalhar para oferecer uma educação de qualidade à sua filha que, conforme ela mesma afirma, é o “bem” mais precioso que possui.

Desde 1989, mas especialmente na década de 90, a Rede GAPA (Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS) tem atuado nas áreas onde as prostitutas exercem suas atividades. Ainda que exista um enfoque na prevenção ao HIV, esse grupo conduziu uma série de discussões, debates e ações coletivas junto às “periferias sexuais” da cidade, buscando inserir na agenda pública uma agenda sexual, ou seja, uma agenda de políticas públicas que considere os direitos sexuais de portadores de HIV, homossexuais, travestis e transexuais, prostitutas, etc. Em Belo Horizonte, Laura se constituiu como uma das referências de base com quem o grupo conta para realizar seus trabalhos de campo, como as ações de prevenção, mobilizações, rodas de conversa, etc.

O primeiro movimento organizado de mulheres prostitutas em Belo Horizonte, a APS-BH (Associação de Profissionais do Sexo de Belo Horizonte), foi criado em 2002 e obteve reconhecimento jurídico em 2005. A APS-BH foi profundamente influenciada pelo trabalho de base realizado pelo GAPA e pela Rede Brasileira de Prostitutas, que já estava se consolidando desde o final da década de 70. Laura, portanto, conhecida em praticamente todos os hotéis por sua solidariedade com as colegas prostitutas e pela postura de liderança que assumiu junto a elas, ingressou na associação, formalizando sua posição de liderança e representação das prostitutas. Atualmente, é vice-presidente da APROSMIG e realiza uma série de atividades políticas e culturais de coletivização das demandas das prostitutas. Conforme já mencionamos, se o advento da AIDS serviu, por um lado, para estigmatizar ainda mais a prostituta, por outro, deu condições políticas de

organização a essas mulheres, conforme se evidenciou na experiência de Belo Horizonte.

Há um trecho interessante da entrevista de Laura, em que ela descreve algumas atividades da associação:

*“... Antigamente, na zona boêmia, prostituta era muito rejeitada, tinha muito preconceito. Então, antigamente, acontecia alguma coisa com as mulheres e elas não tinham a quem recorrer. Então, hoje as garotas, profissionais, as meninas, têm segurança. Teve uma briga na Pensão Mineira um dia desses, as mulheres cometeram um duelo lá, uma bateu na outra, agrediu, a mulher ficou toda machucada. A Cida [presidente da associação] levou a menina pro pronto socorro... Uma morreu outro dia, [em outro episódio], eu mais a Cida fomos lá no Pronto Socorro, dar assistência pra ela... Então, a gente dá assistência; se alguma mulher adoecer, a gente leva no médico. Toda semana, ou de quinze em quinze dias, leva as meninas pra fazerem prevenção, tomar vacina, obter mesmo o teste de HIV, ou até mesmo fazer prevenção de câncer, vários tipos de prevenção. As meninas têm psicólogo, tem advogado... tudo que a associação oferece”.* (Laura, 56 anos, hotel Nova América, 29/11/2012).

Mas o trabalho da associação não se restringe à oferta de assistência social, psicológica e jurídica às prostitutas.

*“... a gente dá palestra em faculdade, no ministério público do trabalho, eu já dei palestra pro pessoal do governo. Eu participei numa atividade na Câmara, tava o Gabeira, tinha coronel, tava o pessoal dos bombeiros, tava a mídia toda, o alto escalão de Belo Horizonte. Aí ele falou que queria legalizar, né, pra assinar a carteira, e se a gente concordava. Aí eu falei: ‘na verdade as meninas não concordam, porque as meninas que fazem programas nos hotéis não podem ter a carteira assinada, porque noventa por cento não moram nem em Belo Horizonte’. Como o dono do hotel vai assinar uma carteira? Suponhamos, eu entro num hotel hoje, o movimento tá ruim, eu vou passar pra outro hotel, não tem nem jeito, não é mesmo? ‘É além do mais, as meninas não tão querendo colocar prostituta em carteira não, menino. Isso é bobagem’. Eu falei pro ‘homi’ lá [risos]...”* (Laura, 56 anos, hotel Nova América, 29/11/2012).

E prossegue, narrando um conflito vivenciado na Câmara dos Deputados, juntamente com a colega “Dos Anjos”, ex-militante da APS-BH.

*“Tinha um Deputado lá, o Preto, ele é metido, pediatra, aí ele falou que eles queriam que fechasse a zona boêmia porque as pessoas estavam reclamando que tinha uma garota de programa fazendo strip tease, pelada, na rua São Paulo, meio-dia. Aí eu falei pra ele: ‘Protesto seu vereador, o senhor está falando mentira’. Ó pra você ver o que eu falei pro vereador [risos]. Tava a Neusinha, Maria Elvira, tudo lá, né. E cada um é de um partido. Então, quando eu xingava eles, elas adoravam e aí batiam palma, né. Aí eu falei: ‘O senhor não sabe o que fala. Porque eu trabalho há 20 anos na zona boêmia e nunca vi uma mulher fazendo strip no meio da rua. Isso é mentira, é uma grande inverdade. O senhor querer abrir um projeto aí, dando uma de bom samaritano, querendo por moral na zona boêmia é uma coisa. Agora o senhor querer usar de inverdade pra fechar a zona boêmia é outra coisa. Além do mais, seu vereador, como nós vamos tirar as garotas de programa dos hotéis se a gente não tem onde colocá-las’. Ele falou: ‘Laura, muito simples. Vamos colocá-las no CEASA’. Eu falei assim: ‘Lá no CEASA não seu vereador... muitas mulheres foram mortas, jogadas na Mata das Abóboras e em muitos lugares por aí, e até hoje ninguém sabe quem matou. Tá*

*certo que vocês não valorizam prostituta e acham que prostituta não é gente, mas prostituta, como o deputado que falava que cachorro também é gente, prostituta também é gente, viu? Porque o mesmo sangue que corre na veia de uma prostituta corre no pai e na mãe de muitos aqui dentro. Porque todo mundo foi gerado de uma mãe. E até quando queriam jogar pedra em Maria Madalena, Jesus não permitiu, porque noventa por cento ali era tudo pior do que ela. Agora não venha inventar inverdade e falar que prostituta está fazendo strip tease na zona boêmia não, porque é MENTIRA, que eu trabalho lá há vinte anos, ta? Eu sou a vice-presidente da Associação das Profissionais do Sexo'. Ele falou: 'Ah Laura, mas eu nem sabia que existia Associação das Profissionais do Sexo'. Eu falei: 'O senhor nem merece o cargo e a cadeira que ocupa. O senhor quer ser vereador, eleito pelo povo, não sabe o que acontece dentro da cidade? O senhor tinha por obrigação de saber que existia a Associação das Profissionais do Sexo de Belo Horizonte. Se o senhor está tão interessado em fechar a zona boêmia, como que o senhor não sabe o que acontece dentro da zona boêmia?'"(Laura, 56 anos, hotel Nova América, 29/11/2012).*

O discurso inflamado de Laura, refeito na entrevista como se fosse naquele exato momento, demonstra a potência política com que as experiências vivenciadas por ela permitem a construção e manutenção de antagonismos sociais. A solidariedade que ela desenvolveu com suas colegas ao longo de 20 anos criou condições para que ela se envolvesse na mobilização coletiva das trabalhadoras do sexo. *"Ninguém melhor do que eu sabe o que uma prostituta passa. A gente tem que se unir. A gente sabe o que a gente vive. Só nós sabemos o que é ser prostituta. E só nós podemos lutar pelos nossos direitos"*. Laura construiu um sentido de "nós" a partir de sua experiência, e vem atuando em espaços políticos que apresentam maior potencial de interpelação da ordem estabelecida, buscando pautar as demandas do grupo que representa. Uma das bandeiras da APROSMIG é o reconhecimento jurídico da prostituição, sem, contudo, transformá-lo em trabalho assalariado.

Interessante notar que a entrevista de Laura foi uma das mais longas. Ainda que eu tenha feito a ela as mesmas perguntas do roteiro feitas a todas, muito do que ela parecia ter para narrar não estava nele contemplado. Ela falou pouco de sua experiência na prostituição através das atividades convencionais de prostituta. Todo seu discurso foi organizado pelas ações que desenvolve como militante política. A politização de suas experiências é um pano de fundo constante em suas narrativas, com a qual busca articular noções como direitos humanos, igualdade, autonomia e justiça. Vale ressaltar que todos os contatos estabelecidos com Laura – com exceção da visita de campo da PMPC – se deram no hotel em que trabalha. Ela foi abordada e convidada a participar da pesquisa no seu ambiente convencional de trabalho.

\*\*\*\*\*

A aproximação e inserção nos hotéis da Guaicurus foi marcada por uma série de experiências extremamente ambíguas e contraditórias. Em alguns dias – especialmente os primeiros – saí de lá com a certeza de que não haveria possibilidades de encontrar felicidade na vida daquelas pessoas (prostitutas e clientes). Em outros, cheguei a manifestar inveja e/ou desejo de vivenciar inúmeras das experiências com as quais me deparei ou que a mim foram narradas. Várias visitas foram feitas com a sensação de que fossem a primeira, já que as interações estabelecidas, assim como a variedade de interesses que eu carregava como pesquisador, faziam-me deparar corriqueiramente com situações inusitadas.

Havia três meninas sentadas na mesma cama. A princípio, tive dúvidas se estariam “disponíveis” para o trabalho ou se apenas não estariam se importando que os clientes vissem o que faziam. Com lixas de unha na mão e algumas cervejas espalhadas pela cama, a conversa era acompanhada de muitas risadas. Não estavam vestidas para um baile de gala, mas as roupas eram bem mais discretas do que o costumeiro nos hotéis. Vez ou outra, uma delas ia até outro quarto. Entrava e em seguida saía. Às vezes, fazia algum comentário com algum cliente. Como de praxe, os homens que por ali passavam, paravam e observavam. Em certo momento, uma delas pareceu ter apreendido um deles. A única coisa que consegui compreender do que ela disse, já com a voz alterada, foi a frase final: “*Vaza do meu quarto, filho da puta!*” Eu estava distante, não conseguia ver muitos detalhes. Mas pude observar algo diferente, naquele momento: aquele era o quarto mais “badalado” da noite, ainda que nenhuma das prostitutas ali tenha se disposto a fazer um programa. (Diário de Campo, Hotel Onda Livre, 29/07/2012, 21h).

Observar aquelas garotas no quarto, parecendo estarem se divertindo, foi uma cena no mínimo inusitada. Não imaginava encontrar naquele espaço algo diferente de mulheres trabalhando e homens procurando sexo. Mais tarde, quando decidi me aproximar, descobri que elas estavam vivendo nos mesmos quartos que usavam para o trabalho. Trabalhavam somente durante o dia – contou-me um cliente - mas pagavam a diária completa. E percebi que isso é uma constante. Há um número significativo de prostitutas que vêm de cidades do interior de Minas Gerais e de outros estados. Muitas delas continuam mantendo residência fixa em suas cidades de origem, revezando seu tempo entre Belo Horizonte e sua cidade natal. A clandestinidade do trabalho, associada aos princípios morais dos quais já tratamos (princípio da “boa vida” e busca pela autonomia) parecem desterritorializar a experiência de várias prostitutas. Seja para fugirem da desqualificação que

sofreriam sendo prostitutas em suas cidades, seja para alcançarem ganhos mais lucrativos na capital.

Esse é o caso de Jéssica. Quando veio para Belo Horizonte, ganhou um bom dinheiro e retornou para o Espírito Santo, onde mora com sua mãe e seu filho de 12 anos. *“Há 12 anos que eu faço as idas e vindas”*, afirmou Jéssica. No início, durante a estadia em BH, passava tempo integral no hotel em que trabalhava. Depois de um tempo, após a situação econômica ter-se estabilizado, alugou uma casa, que segundo ela *“é onde você descansa mais”*.

As “idas e vindas” também caracterizam a mobilidade de Madalena. Mas seus destinos não se resumiram apenas a duas cidades. Há um mês em Belo Horizonte, ela já esteve em inúmeros estados brasileiros e inclusive no exterior. Nascida em Brasília-DF, Madalena passou boa parte de sua vida no Rio de Janeiro, local onde se inseriu na prostituição. Antes de vir para cá, Belo Horizonte fazia parte de seu projeto já há alguns meses, quando teve a notícia de que a cidade oferecia muitas oportunidades econômicas. Madalena afirma que, em termos do “mercado” da prostituição em hotéis e nas ruas, Belo Horizonte realmente é melhor que várias outras cidades por onde já passou.

Essa informação também surgiu na entrevista de Gabriela. Estando apenas há três dias em Belo Horizonte na data em que foi feita sua entrevista, ela veio de São Paulo com duas amigas, para se certificar do que costumava escutar por lá: *“Minha amiga falou que aqui dava muito dinheiro”*. Gabriela também veio para Belo Horizonte pela fama da cidade: *“Eu não sei como se espalhou a fama de Minas. Todo mundo em São Paulo fala que Minas dá muito homem, dá muito dinheiro, e é rotativo”*. Mas ao contrário de Madalena, Gabriela decepcionou-se, ao perceber que o custo-benefício do trabalho em Belo Horizonte é menor do que em sua cidade, onde ela trabalhava em uma boate. Afirma que a desvantagem de Belo Horizonte é que *“dá pra ganhar muito dinheiro, mas precisa trabalhar muito pra ganhar muito dinheiro... Tem que abrir a sua porta às oito horas e fechar às onze. E sem almoçar, tudo aqui dentro do quarto, aí, você ganha”*. Gabriela parece colocar na balança outros elementos que não somente a renda, para avaliar suas condições de trabalho.

Capitu, nascida no interior de Minas, veio para Belo Horizonte aos 31 anos, para buscar uma vida melhor. Já tinha escutado falar dos hotéis da cidade, através de amigos. Ao chegar à rodoviária, tratou de buscar um dos hotéis, onde se instalou



provisoriamente. Durante alguns anos, fazia a “ida e vinda”, quinzenalmente, entre Belo Horizonte e Teófilo Otoni, até decidir se mudar de vez para a capital.

É interessante perceber que a prostituição agencia um modo de vida “nômade” de várias prostitutas. Laura nos informa que um levantamento realizado em 2011 demonstrou que a maioria das prostitutas da região boêmia de Belo Horizonte não reside na cidade. Elas têm de acostumar-se a viver em dois locais diferentes, dois territórios distintos. Assim, o anonimato da grande cidade possibilita a vivência menos regulada da prostituição. Capitu, por exemplo, confessa que *“não teria coragem nem condições de fazer isso perto de casa, dos amigos, vizinhos, colegas de escola, família...”* Além da busca por territórios específicos, as “idas e vindas” parecem estar relacionadas também aos processos de higienização, que segregam espacialmente e simbolicamente a prostituição na cidade. Para conciliá-la com outros contextos de vida, as prostitutas intensificam dinâmicas migratórias periódicas.

Mas esse fenômeno parece estar associado a outro fator, apontado por Rubin (1984/1989) como estratificação sexual, que nada mais é do que a constituição de espacialidades e territorialidades que congregam práticas sexuais específicas. Vejamos o que nos contam Jéssica e Capitu:

*“Ai... é muito comum aparecer cara, tipo assim, que pede pra gente penetrar eles, sabe... É... Tem cliente que pede pra usar a nossa roupa... Tem uns que gosta de apanhar... Me bater eu não aceito não, nem por um milhão, mas tem cliente que pede... E tem muita coisa nojenta, banho de ouro, já ouviu falar?... Quando era mais nova, muitos clientes me pagavam pra eu sair, aí me levavam pra um hotel pra gente fazer a três... Já atendi muito casal, mas agora não...”*

(Capitu, 41 anos, hotel Magnífico, 15/11/2012).

**Jéssica:** *“A maior parte dos homens, ao invés deles me comerem, eu tenho que comer eles.”*

**Pesquisador:** *“Como assim?”*

**Jéssica:** *“É que eu vou explicar pra você. Assim, tem homem que entra assim no quarto da gente querendo... ‘Nossa, você é linda’. Eu falo: ‘Ah amor são seus olhos’. ‘Fecha a porta. Você não tem um acessório aí?’ Eu digo: ‘Ah amor, depende. Você paga bem? Porque eu não faço por mixaria não’. ‘Eu vou te pagar direitinho e tal.’. Em vez dele me comer eu que vou comer ele”.*

**Pesquisador:** *“E você tem o seu consolinho ali?”*

**Jéssica:** *“Tenho, tenho. Como eu sou muito reservada eu deixo bem escondidinho. Outro dia eu quase cai pra trás com um cliente, que ele é meu cliente desde o Maravilhoso [hotel]. Ele entrou... Ficou sentado aqui conversando, porque eu dou muita atenção enquanto o cliente tira a roupa. Eu dou muita atenção. Quando eu abri, ele viu [o vibrador]. Ai ele: ‘Óh, você trabalha com consolo?’ Eu falei: ‘Trabalho’. ‘Eu não sabia’. Eu falei: ‘Bem, tem quantos anos você me conhece? Você vê que eu sou reservada, essas coisas ficam bem escondidinhas.’,*

*'Ah não, hoje eu quero uma coisa diferente.' Você não cairia pra trás? Eu não tô acostumada.."*

(Jéssica, 37 anos, hotel Magnífico, 13/11/2012)

A zona boêmia parece ser um território que possibilita o encontro de práticas eróticas não convencionais. A prostituição se constitui numa possibilidade de realização de desejos, fantasias e atos sexuais que ocupam posições desfavoráveis nas hierarquias sexuais. O processo de estratificação sexual, juntamente com o zoneamento das áreas de tolerância da prostituição, permite que se instale no entorno da rua Guaicurus um gueto de resistência e satisfação sexual.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação com as experiências da prostituição em Belo Horizonte nesta pesquisa nos mostrou o quão complexa é essa realidade. Carregados de ambiguidades e contradições, os contextos de vida das prostitutas entrevistadas demonstram que suas experiências são marcadas por intensas dinâmicas de subalternização.

Foi possível identificar ao longo do estudo uma série de dispositivos e mecanismos que se articulam na vida dessas mulheres, produzindo interdições morais, econômicas, simbólicas, emocionais e subjetivas em seus cotidianos. Um deles, o sistema sexo/gênero, parece restringir as possibilidades dessas mulheres se constituírem, material e subjetivamente, sem a convivência próxima com experiências de desqualificação e violência.

Certamente, isso já era por nós esperado. Tamanha é a negatividade que a modernidade logrou conferir a essa experiência social, que seria difícil um pesquisador se inserir neste campo sem pressupor a existência de cotidianos múltiplos de subalternização.

Cruzados, os inúmeros sistemas de poder que circunscrevem a vida dessas mulheres parecem se articular, tornando-a uma experiência, por vezes, racializada, classicizada, sexualizada e esteticamente hierarquizada. As hierarquias identificadas são múltiplas, e compõem uma alquimia de sentidos e significados de vida.

Ao identificarmos dispositivos de poder no cotidiano da zona boêmia, como os rituais da masculinidade, as normas do sistema sexo/gênero, a dicotomia puta/santa, as hierarquias sexuais, as precariedades subjetivas e as fragilidades políticas, contamos mais uma vez a versão de uma história que várias outras pesquisas já nos contaram sobre as prostitutas. História essa que, conforme alguns dados nos demonstraram, está impregnada em nossas instituições, em nossas predisposições de ação e percepção, em nossas organizações políticas e em nossas produções científicas: a história da puta que “não é...”, que “não pode...”, que “não deve...” e que “não tem...” Boaventura de Souza Santos já nos ensinou de que forma a localização de “ausências” em determinadas experiências sociais funciona como um dispositivo de instituição e legitimação da razão moderna e de desqualificação de inúmeras experiências epistêmicas.

Mas alguns dados da pesquisa nos indicam que parece haver outras histórias sendo criadas, compartilhadas e vividas por mulheres prostitutas. Madalena tem uma história para contar que é desconhecida da maioria das pessoas. Ela nos mostrou que somente parte dessa história é contada pelos “contadores de histórias” legitimados. Gabriela contou que, por dezesseis horas diárias, ela não é como a personagem que os livros insistem em descrever. A “Gabriela puta” volta todos os dias para casa com um bom dinheiro conquistado no trabalho. Paga a mensalidade da escola dos filhos, ajuda-os no “dever de cada” e sonha com eles a decoração da casa que está para chegar.

Laura também nos contou histórias não contadas. A senhora de 56 anos, mãe de filha universitária, distinta e respeitosa, sai de casa todos os dias para conquistar seu salário mensal na zona boêmia da cidade. Não se contentando, ela ainda tem tempo para passar algumas horas diárias na associação que representa sua “classe”, pensando formas de contar outras histórias, de si e de suas companheiras, diferentes daquelas que todos já conhecem.

As interdições psicossociais que circunscrevem o cotidiano das prostitutas da zona boêmia de BH parecem ter efeito de encobrir histórias. Mais do que isso, de contar uma história única sobre quem elas são e sobre como elas vivem. Spivak já nos demonstrou que essa é uma característica fundamental da subalternidade: é alijada do(a) subalterno(a) a possibilidade de contar suas próprias histórias.

E as histórias que elas nos contaram nesse estudo não são somente histórias de sujeição, de vitimização ou de violência. Madalena parece ter encontrado na prostituição a possibilidade de viver a vida que acredita valer a pena. Suas narrativas na pesquisa nos mostraram que essa vida interpela diretamente os parâmetros de reconhecimento diferencial que se produziram na modernidade. Sem muitos amigos ou uma casa para onde possa voltar, ela sente na pele os efeitos de uma sociedade que não reconhece a puta, libertina, despudorada e conhecedora de seu corpo e de seus desejos. Ainda assim, parece ser desta história que ela quer ser protagonista.

As entrevistadas parecem se misturar com a história das mulheres santas. Exaltada pelos “quatro cantos”, a santa parece ser a única possibilidade para se conquistar um papel de destaque. Em alguns momentos, elas se rendem a ela, mas em outros, parecem querer construir outro personagem para suas vidas.

Entre histórias e personagens, um dos elementos centrais desse estudo

permitiu-nos identificar algumas formas pelas quais as mulheres prostitutas têm buscado e afirmado suas autonomias. O trabalho rentável da prostituição permite a Gabriela seguir sua vida sem depender do ex-marido. Capitu parece ter encontrado na prostituição, ainda que a duras penas, uma alternativa à vida pacata que lhe destinaram no interior de Minas. Fadada a servir seus familiares em troca de migalhas, ela viu no conselho que recebeu de uma amiga uma forma de servir-se a si mesma. Ainda que, para isso, ela tivesse que sair do circuito instituído de reconhecimento social.

As narrativas das prostitutas entrevistadas nos dão pistas de que suas trajetórias se constroem entre sujeição e resistência à sujeição, heteronomia e afirmação de autonomia. A ambiguidade das dinâmicas sociais lhes permite interpelar os efeitos destrutivos da dominação e, como efeito disso, elas disseminam no tecido social outros saberes e outras histórias sobre suas condições de vida.

O pano de fundo moral que parece articular os enfrentamentos sustentados por elas demonstra que o contrapoder investido nesses enfrentamentos é, em alguma medida, compartilhado socialmente. O que nos leva a deduzir que a resistência é expressão de uma inscrição, tanto no poder, mas, sobretudo, na história e na cultura. Quando afirmam a autonomia, elas reavivam ideias, valores e princípios que buscam lograr-se como verdades na sociedade. Quando questionam o valor absoluto do trabalho útil e produtivo, elas parecem reativar princípios morais que foram desconsiderados para que a modernidade se fizesse verdade legitimada.

O maior empecilho que as prostitutas parecem enfrentar para desconstruir as verdades sobre sua condição de submissa são os efeitos de interdição produzidos pelas dinâmicas identitárias que envolvem a prostituição. Esses efeitos, que dificultam o estabelecimento de laços de solidariedade entre elas, fragilizam suas capacidades de acessar a política formal para legitimar seus saberes e suas histórias. A luta da prostituta, assim como a de outras experiências subalternas, é para conquistar espaço nos jogos modernos de estabelecimento de verdades.

Mas o que também percebemos é uma contingência histórica que fortalece as possibilidades de as putas de Belo Horizonte se organizarem. A experiência de Laura parece ser um dos frutos que essa contingência logrou produzir. A politização da sexualidade e da condição das mulheres prostitutas parece estar criando condições para o alargamento das lutas democráticas. O que não podemos perder de vista é a experiência que sustenta essas lutas.

Os discursos economicistas que são recorrentes nos estudos acadêmicos sobre a prostituição podem obscurecer outras hierarquias sociais que, conforme indicado em nossas análises, parecem se articular constantemente no cotidiano de mulheres, clientes e outros atores que se envolvem nessa rede de sociabilidade. Mais do que isso, esses discursos tornam invisível a dinâmica cotidiana de lutas simbólicas e enfrentamentos à opressão. A história tem nos mostrado que, quando coletivizados, esses enfrentamentos podem produzir efeitos maiores do que simplesmente o de “transformar necessidade em virtude”.

Esse fato é, certamente, um dos maiores limites deste estudo. A natureza política dos processos de transformação social exige de nós pesquisadores, análises que considerem as dinâmicas de coletivização das experiências individuais. A identificação de agenciamentos e posições de resistência à opressão são, em nosso ponto de vista, cruciais para compreendermos melhor como opera o poder nas microrrelações. Mas ela não dá conta da complexidade que envolve a politização do social e a socialização da política.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, S. R. G. (2010). Prefácio: apresentando Spivak. In G. C. Spivak. *Pode o Subalterno Falar?* (S. R. G. Almeida; Feitosa, M. P. F & A. P. Feitosa, trad.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Araújo, M. L. M. de. (1999). A Construção Histórica da Sexualidade (1999). In M. Ribeiro (Org.). *O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde* (pp.13-34). São Paulo: Gente, Cores – Centro de Orientação e Educação Sexual.
- Barreto, L. C. (2008). *Prostituição, Gênero e Sexualidade: hierarquias sociais e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Barreto, L. C, Silva, C. D. da, & Grossi, M. P. (2013). Notas etnográficas sobre prostituição masculina em Florianópolis: entre o trabalho, o afeto e a sexualidade. *Revista de Ciências Humanas*, 46, 511-534.
- Barros, L. A. de. (2002). Mariposas que trabalham: uma etnografia da prostituição feminina na região central de Belo Horizonte. *Jus Navigandi* (Teresina), n. 827, ano 9, 8 de outubro de 2005. Recuperado em 24 de setembro de 2012, de <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/23531-23533-1-PB.pdf>
- Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus Editora. (Trabalho original publicado em 1994).
- Bourdieu, P. (2005). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.
- Bourdieu, P. (2006). *A distinção: crítica social do julgamento* (D. Kern & G. Teixeira, trad., 2a ed. ver.). Porto Alegre: Zouk. (Trabalho original publicado em 1979).
- Brah, A. (2006). Diferença, diversidade e diferenciação. *Cadernos Pagu*, 26, 329-376.
- Brah, A. & Phoenix, A. (2004). Ain't I a woman? Revisiting intersectionality. *Journal of International Women's Studies*, 5(3), 75-86.

- Brasil (2012). Ministério da Saúde. Conselho Nacional e Saúde. *Resolução 196, de 10 e outubro de 1996/Versão 2012*. Altera diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos da Resolução 196/96. Recuperado em 20 de dezembro, de [http://conselho.saude.gov.br/web\\_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/23\\_out\\_versao\\_final\\_196\\_ENCEP2012.pdf](http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/23_out_versao_final_196_ENCEP2012.pdf)
- Butler, J. (2010). *Deshacer el género* (P. S. Beltran, trad.). Barcelona: Paidós. (Trabalho original publicado em 2004).
- Caldwell, K. L. (2000). Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Estudos Feministas*, 8, 91-108.
- Carneiro, C. B. L. (2005). *Programas de proteção social e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Castro, M. (2001). Feminização da pobreza em cenário neoliberal. In I. M. S. Galeazzi (Org.). *Mulher e Trabalho*. Porto Alegre: PED-RMPA.
- Castro, R. V. (1993). Representações sociais da prostituição na cidade do Rio de Janeiro. In M. J. Spink (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social* (pp.149-187). São Paulo: Braziliense.
- CIOMS. (1993). Diretrizes Éticas Internacionais para a Pesquisa Envolvendo Seres Humanos. Geneva: WHO. Recuperado em 11 de novembro de 2012, de <http://www.bioetica.ufrgs.br/cioms.htm>
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10, 171-188.
- Cruz, R. N. (2008). *A produção social do conhecimento na Psicologia Social brasileira: um estudo descritivo/exploratório a partir da revista Psicologia & Sociedade*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.



- Cunha, T. R. (2010). Pagamento a sujeitos de pesquisa na perspectiva ética de membros do sistema CEP/CONEP. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília. Recuperado em 10 de novembro de 2012, de [http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/8817/1/2010\\_ThiagoRochadaCunha.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/8817/1/2010_ThiagoRochadaCunha.pdf)
- Dalagasperina, E. C. (2010). *Mosaico sobre a pobreza: estudo sobre a compreensão histórica da pobreza humana*. Tese de Doutorado, Faculdade de Serviço Social, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Davis, A. (1981). El legado de la esclavitud: modelos para uma nueva feminidad. In A. Davis. *Mujeres, raza y clase* (Cap.1, pp.11-37). Madrid: Ediciones Akal.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações* (P. B. Pelbarde, trad., Coleção Trans). Rio de Janeiro: Editora 34.
- Douville, O. (2007). A jovem prostituta e sua mãe (P. Abreu, trad.). *Tempo Psicanalítico*, 39, 51-61.
- Elias, N. (1994). *A sociedade dos indivíduos* (V. Ribeiro, trad., R. J. Ribeiro, rev. técnica). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1987).
- Engel, M. (1989). *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense.
- Fábregas-Martinez, A. I. (2000). Traçando a batalha: breve perfil da prostituição em espaços privados de Porto Alegre. In A. I. Fábregas-Martinez & M. R. Benedetti (Orgs.). *Na Batalha: Identidade, sexualidade e poder no universo da prostituição* (pp.15-30). Porto Alegre: Dacasa: Palmarica.
- Farr, R. M. (1996). *As Raízes da Psicologia Social Moderna* (3a ed., Coleção Psicologia Social). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Fernandes, F. (2008). *A integração do negro na sociedade de classes* (3a ed.). São Paulo: Ática. (Trabalho original publicado em 1964).
- Fonseca, C. (1996). A dupla carreira da mulher prostituta. *Estudos Feministas*, (1), ano 4, 7-33.

- Fonseca, G. (1982). *História da Prostituição em São Paulo*. São Paulo: Resenha Universitária.
- Foucault, M. (1990). *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica. (Trabalho original publicado em 1981).
- Foucault, M. (2010). *Microfísica do Poder*. (28a ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal. (Trabalho original publicado em 1979).
- Fraser, N. (2002). Políticas feministas na era do conhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In C. Bruschini, & S. Unbehaum (Orgs.) *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34.
- Freire, P. (1967). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1985). *Pedagogia do Oprimido* (15a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1974).
- Garaizabal, C. (2001). Una mirada feminista a la prostitución. In *Jornadas Feministas: Feminismo.es... y será: ponencias, mesas redondas y exposiciones* (pp. 33-42). Universidad de Córdoba, Servicio de Publicaciones. Recuperado em 12 de outubro de 2012 de <http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=2218>
- Garaizabal, C. (2006). Por los derechos de las trabajadoras del sexo. *Viento Sur*, 87, julio, 62-72. Recuperado em 12 de outubro de 2012 de [http://vientosur.info/articulosabiertos/vs\\_0087.pdf](http://vientosur.info/articulosabiertos/vs_0087.pdf)
- Gil, A.C. (2011). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6a ed.). São Paulo: Atlas.
- Guimarães, K. & Merchán-Hamann, E. (2005). Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. *Estudos Feministas*, 13(3), 525-544.
- Guimarães, R. M. (2007). *Prostituição: patologia, trabalho, prazer? O discurso de mulheres prostitutas*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Departamento de Psicologia e Educação, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo. Recuperado em 25 de agosto de 2012 em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp107088.pdf>

- Gutiérrez, A. B. (2011). La producción y reproducción de la pobreza: claves de un análisis relacional. In J. A. Salgado, A. B. Gutiérrez, & J. Huamán (Coord.). *Reproducción de La pobreza en la América Latina: relaciones sociales, poder y estructuras económicas*. Buenos Aires: CLACSO, 113-138.
- Haraway, D. (1995). Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 07-41.
- Harding, Sandra. (1987). Is there a feminist method? (pp.1-14) In *Feminism and methodology*, Bloomington: Indiana University Press.
- Horkheimer, M. (1933). Teoria tradicional e teoria crítica. In *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- Jayme, J. G. (Coord.). (2011). *Mulheres da "Zona Grande": negociando identidade, trabalho e território* (Relatório de Pesquisa). Belo Horizonte, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
- Juliano, D. (2001). Abolir la discriminación. In *Jornadas Feministas: Feminismo.es... y será: ponencias, mesas redondas y exposiciones* (pp.82-90). Universidad de Córdoba, Servicio de Publicaciones. Recuperado em 12 de outubro de 2012 de <http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=2218>
- Laclau, E. & Moufee, C. (1987). *Hegemonía y estrategia socialista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Lagarde, M. (1997). *Claves feministas para el poderío y la autonomía de las mujeres*. Managua, Nicaragua, Puentes de Encuentro.
- Lane, S. A. (2000). Psicologia Social na América Latina: por uma ética do conhecimento. In R. H. Campos, & P. Guareschi (Orgs.). *Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana* (4a ed., pp.58-69). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lopes, C. S., Rabelo, I. V. M. & Pimenta, R. P. B. (2007). A bela adormecida: estudo com profissionais do sexo que atendem à classe média alta e alta na cidade de Goiânia. *Psicologia e Sociedade*, 19(1), 69-76. Recuperado em 23 de outubro de 2012 em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n1/a10v19n1.pdf>

- Macedo, A. & Amaral, A. (2005). *Dicionário da crítica feminista*. Porto: Edições Afrontamento.
- Machado, R. (2010). Introdução. In M. Foucault. *Microfísica do Poder*. (28a ed., pp.7-23). Rio de Janeiro: Edições Graal. (Trabalho original publicado em 1979).
- Marchiori, H. (2005). La personalidad de la mujer delincuente. In H. Marchiori, *Personalidad del delincuente* (6a ed., pp.191-205), México: Porrúa. Recuperado em 30 de setembro de 2012 em <http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/2/689/11.pdf>
- Martin-Baró, I. (1986). *Psicología de la Liberación*. Madrid: Trotta.
- Mattos, P. C. (2006). A mulher moderna numa sociedade desigual. In J. Souza (Org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira* (pp.153-196). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Mattos, P. C. (2007). O reconhecimento social e sua fundação filosófica em Charles Taylor. In J. Souza & P. Mattos (Orgs.). *Teoria crítica no século XXI* (pp.42-53, Coleção Crítica Contemporânea). São Paulo: Annablume.
- Mattos, P. C. (2009a). A dor e o estigma da puta pobre. In J. Souza. *A ralé brasileira: quem é e como vive* (pp.173-201). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Mattos, P. C. (2009b). Os efeitos sobre o reconhecimento: um estudo empírico sobre prostituição. In K. B. Oliveira & G. G. de Oliveira. *Olhares sobre a prevenção à criminalidade* (pp.81-98). Belo Horizonte: Instituto Elo. Coleção Cenários de Desigualdade e Violência.
- Mattos, P. C. (2011). O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil. In *Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia*, Curitiba. Mudanças. Recuperado em 22 de julho de 2012, de [http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CCcQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.sbsociologia.com.br%2Fportal%2Findex.php%3Foption%3Dcom\\_docman%26task%3Ddoc\\_download%26gid%3D2298%26Itemid%3D170&ei=pzsBUdb1I5Ls9ATe5YDwCg&usg=AFQjCNExfLP-39HvxbfVhExQxRetDmCug](http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CCcQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.sbsociologia.com.br%2Fportal%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D2298%26Itemid%3D170&ei=pzsBUdb1I5Ls9ATe5YDwCg&usg=AFQjCNExfLP-39HvxbfVhExQxRetDmCug)
- Mayorga, C. & Prado, M. A. M. (2010). Democracia, instituições e a articulação de categorias sociais. In C. Mayorga (Org.). *Universidade cindida, universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade* (pp.46-70). Belo Horizonte: Editora UFMG.

- McClintock, A. (1992). The Angels of Progress: Pitfalls of the term "Post-Colonialism". *Social Text*, 31/32, 84-98.
- Mead, G. H. (1982). *Espírito, persona y sociedad*. Buenos Aires: Paidós. (Trabalho original publicado em 1934).
- Molina, A. M. R. (2003). Prostituição Juvenil: uma condição existencial em busca de seus sentidos. *Psicologia, Ciência & Profissão*, 23(2), 22-29.
- Montero, M. (2000). Construcción, desconstrucción y crítica: teoría y sentido de la psicología social comunitaria en la América Latina. In R. H. Campos & P. Guareschi (Orgs.). *Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana* (4a ed., pp.70-87). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Neves, S. & Nogueira, C. (2005). Metodologias feministas: a reflexividade a serviço da Investigação nas Ciências Sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), 408-412.
- Nogueira, C. (2001). *Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Novellino, M. S. F. (2004). Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para as mulheres. In *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, MG: ABEP.
- Oliveira, M. W. de & Souza, F. R. (2011). Prostituição, corpos e sentidos: apreensão de saberes consolidados na noite. In *Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*, Salvador, BA. Recuperado em 25 de julho de 2012 de [http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306200999\\_ARQUIVO\\_textocompleto3.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306200999_ARQUIVO_textocompleto3.pdf)
- Pateman, C. (1993). *O contrato sexual* (M. Avancini, trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1988).
- Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, 11(2), 263-274.

- Piscitelli, A. (2011). Migração e sexualidade: do Brasil à Europa. In S. Corrêa & R. Parker (Orgs.). *Sexualidade e Política na América Latina: histórias, interseções e paradoxos* (pp.247-258). Rio de Janeiro: ABIA. Recuperado em 15 de abril de 2012 de [http://www.sxpolitics.org/pt/wp-content/uploads/2011/07/dialogo-la\\_total\\_final.pdf](http://www.sxpolitics.org/pt/wp-content/uploads/2011/07/dialogo-la_total_final.pdf)
- Prado, M. A. M. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, 8(11), 59-71.
- Prado, M. A. M. (Comentarista) (2012). *Parecer de banca de qualificação de Mestrado* [Digital áudio em MP3]. Belo Horizonte. Parecer pronunciado na Banca de Qualificação de Mestrado de Daniela Tiffani, Luana Carola e Lucas Furiati, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, realizada em 15/12/2012.
- Prins, B. (2006), Narrative accounts of origins: a blind spot in the intersectional approach. *European Journal of Women's Studies*, 13, 277-290.
- Ramazanoglu, C. & Holland, J. (2001). Introduction. In *Feminist Methodology: Challenges and choices* (pp.1-20). London: Sage.
- Rios, R. R. (2000). Prostitutas, Michês e Travestis: uma análise crítica do discurso jurídico sobre a prostituição e de suas consequências práticas. In A. I. Fábregaz-Martinez & M. R. Benedetti (Orgs.). *Na Batalha: Identidade, sexualidade e poder no universo da prostituição* (pp.81-94). Porto Alegre: Dacasa: Palmarica.
- Roberts, N. (1998). *As prostitutas na história*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Rodrigues, M. T. (2003). *Política e prostituição feminina em Brasília: um estudo de caso*. Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília. Recuperado em 03 de setembro de 2012 de [http://fci.uib.es/digitalAssets/178/178151\\_2.pdf](http://fci.uib.es/digitalAssets/178/178151_2.pdf)
- Rodrigues, M. T. (2009). Prostituição no Brasil contemporâneo: trabalho como outro qualquer? *Katalysis*, 12, 68-76. Recuperado em 10 de outubro de 2012 em <http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n1/09.pdf>

- Rodrigues, R. M. (2010). *Prostituição e construção de carreiras*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 19 de agosto de 2012, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-19072010-151358/pt-br.php>
- Rubin, G. (1986). El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. *Revista Nueva Antropología*, ano 8, n. 030, 95-145. (Trabalho Original Publicado em 1975). Recuperado em 10 de janeiro de 2012, de <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/159/15903007.pdf>
- Rubin, G. (1989). Reflexionando el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In C. S. Vance (Comp.). *Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina* (pp.113-190). Madrid: Revolución. (Trabalho original publicado em 1984). Recuperado em 13 de maio de 2012 de <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/Rubin%20G.pdf>
- Sandoval, S. (2000). O que há de novo na psicologia social latino-americana. In R. H. Campos & P. Guareschi (Orgs.). *Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana* (4a ed., pp.101-109). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sant’ana, R. B. (2009). Autonomia do sujeito: as contribuições teóricas de G. H. Mead. *Psicologia: eoria e Pesquisa*, 25(4), 467-477.
- Scott, J. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 15(2), 71-99.
- Scott, J. (2001). “Experiência” (M. Silva, trad.). *La Ventana*, n.13, 42-73. (Trabalho original publicado em 1992).
- Soares, L. C. (1992). *Rameiras, ilhoas, polacas... A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Ática.
- Soler, E. V. (Coord.). (2007). *Aspectos psicossociales y salud mental en la prostitución femenina: emigración y prostitución* (Relatório de Pesquisa). Ministerio de Igualdad, Instituto de la Mujer, Universidad de Valencia, Valencia, Espanha. Recuperado em 20 de novembro de 2012 de <http://www.sicarasturias.org/fotos/File/pdfs/Prostitucion%20Estudios/saludmentalyprostitucion.pdf>
- Souza, J. (2003). *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

- Souza, J. (2006). A gramática social da desigualdade brasileira. In J. Souza (Org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira* (pp.23-53). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Souza, J. (2010). O elo orgânico entre patrimonialismo e racismo de classe: a nova classe média no discurso liberal/conservador. In J. Souza (Org.). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* (pp.309-328). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o Subalterno Falar?* (S. R. G. Almeida; Feitosa, M. P. F & A. P. Feitosa, trad.). Belo Horizonte: Editora UFMG. (Trabalho original publicado em 1988).
- Strefling, S. R. (2006). O trabalho humano na perspectiva filosófica da Euclicia *Laborem Exercens*. *Revista Trimestral*, Porto Alegre, 36(154), 767-786.
- Tarnovski, F. L. (2004). "Pai é tudo igual?": significados da paternidade para homens que se auto definem como homossexuais. In A. Piscitelli, M. F. Gregori, & S. Carrara (Orgs.). *Sexualidade e Saberes: convenções e fronteiras* (pp.385-414). Rio de Janeiro: Garamond.
- Taylor, C. (1997). *As fontes do self: a construção da identidade moderna* (A. U. Sobral, & D. A. Azevedo, trad.). São Paulo: Edições Loyola. (Trabalho original publicado em 1989).
- Taylor, C. (2007). O que é agência humana? (R. Torres & F. Maciel, trad.). In J. Souza & P. Mattos (Orgs.). *Teoria crítica no século XXI* (pp.9-39). São Paulo: Annablume. (Coleção Crítica Contemporânea). (Trabalho original publicado em 1977).
- Viana, N. J. Q. (2001). Caminhos e descaminhos da prostituição viril. *Caderno de Estudos Sociais*, 20(2), 289-304. Recuperado em 17 de junho de 2012 de [http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=46&cad=rja&ved=0CFwQFjAFOCg&url=http%3A%2F%2Fperiodicos.fundaj.gov.br%2Findex.php%2FCAD%2Farticle%2Fdownload%2F634%2F598&ei=ixPOUPvcOo6m9gT2zYDgBQ&usg=AFQjCNHxRoMqBUwcnrGk\\_HplGBIE6SdxLA](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=46&cad=rja&ved=0CFwQFjAFOCg&url=http%3A%2F%2Fperiodicos.fundaj.gov.br%2Findex.php%2FCAD%2Farticle%2Fdownload%2F634%2F598&ei=ixPOUPvcOo6m9gT2zYDgBQ&usg=AFQjCNHxRoMqBUwcnrGk_HplGBIE6SdxLA)
- Viveros, M. (2009). La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latinoamericano actual. *Revista Latinoamericana de Estudios de Familia*, 1, 63-81.



Weeks, J. (2001). O Corpo e a sexualidade. In G. L. Louro (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (2a ed., T. T. Silva, trad., pp.35-82). Belo Horizonte: Autêntica.

## ANEXOS

### ANEXO I

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada para participar, como voluntária, em uma pesquisa. Pode decidir sem pressa se quer participar ou não. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo, **André Geraldo Ribeiro Diniz**, qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecida sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizada de forma alguma. Se tiver dúvidas você pode entrar em contato com o pesquisador pelo telefone ou e-mail informados abaixo.

#### **Esclarecimentos sobre a pesquisa**

Universidade Federal de Minas Gerais  
Título da pesquisa: Prostituição, Gênero e Sexualidade  
Orientadora: Cláudia Andréa Mayorga Borges  
Pesquisador: André Geraldo Ribeiro Diniz  
Telefone: (31) 8888-1886  
E-mail: andredinizbh@gmail.com

A pesquisa tem como objetivo estudar as relações entre prostituição, classe social, sexualidade e gênero. Estamos fazendo entrevistas com profissionais do sexo que trabalham na região da Guaicurus e Praça da Rodoviária em Belo Horizonte.

Caso decida fazer parte desta pesquisa, você deverá responder a algumas perguntas, de acordo com o roteiro elaborado pelos pesquisadores. Se sentir constrangimento ao responder alguma das perguntas pode negar-se a fazê-lo ou pode resolver terminar a entrevista. O tempo da entrevista é variável e pode ser necessário que seja feita em mais de um dia, para reduzir os desconfortos dos entrevistados. A entrevista será gravada e transcrita e o material será usado para auxiliar na elaboração de uma dissertação de mestrado. A participação nesta pesquisa não produzirá benefícios diretos ao participante.

O texto produzido a partir das informações coletadas será publicado e ficará disponível para consultas. Como parte da entrevista poderá ser usada para posterior publicação na dissertação de mestrado da pesquisadora e em artigos científicos, você poderá optar por ter ou não o seu nome revelado. Caso opte por não ter seu nome revelado, você terá garantido o sigilo de sua identidade.

A qualquer momento da pesquisa você poderá procurar os pesquisadores responsáveis para esclarecer possíveis dúvidas através dos contatos oferecidos acima.

Durante todo o processo da pesquisa, você terá direito de optar pelo término de sua participação e poderá retirar o seu consentimento. Neste caso, não haverá nenhum prejuízo para você.

---

**André Geraldo Ribeiro Diniz**

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_,  
RG ou CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar como sujeito da pesquisa “**Prostituição, Gênero e Sexualidade**”. Fui suficientemente informada a respeito das informações que li, ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo e discuti com **André Geraldo Ribeiro Diniz** sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido. Declaro ainda que recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do sujeito: \_\_\_\_\_

### REALIZAÇÃO

The logo for UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) consists of the letters 'UFMG' in a bold, sans-serif font. The 'M' is stylized with a red, wavy line passing through it.The logo for 'COEXÕES DE SABERES UFMG' features four stylized human figures in green, black, yellow, and red, standing side-by-side. Below them, the text 'COEXÕES DE SABERES UFMG' is written in a bold, sans-serif font.

### APOIO



## ANEXO II

### ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM PROSTITUTAS

*Adaptado de Barreto (2008)*

#### **A) Perfil**

Nome (pode ser real, de batalha ou outro)  
Idade  
Estado civil (e há quanto tempo)  
Filhos (quantos e idade)  
Naturalidade e cidade em que reside  
Com quem mora  
Escolaridade  
Ocupação (principal e secundárias)  
Renda mensal aproximada  
Religião (se possui e qual)  
Escolaridade dos pais  
Orientação Sexual

#### **B) Prostituição**

Trabalho

Há quanto tempo batalha  
Principal local de batalha  
Horário de trabalho  
Preço médio do programa  
Número de programas por dia  
Preço da diária / aluguel do quarto  
Aspectos positivos e negativos do trabalho  
Já batalhou em outros lugares? Quais? Principais diferenças?  
Profissão declarada  
Em quais situações e para quais pessoas declara que é prostituta?  
Qual a reação mais comum quando faz isso?  
Para você, o que é prostituição (definir)  
Para você, o que é ser prostituta (definir)

Legislação / Projeto de lei Gabeira / CBO

O que sabe a respeito da legislação sobre prostituição (se é legal, se as casas de prostituição são legais e etc.)

Acha que a prostituição deveria ser legal? Por quê?

Acha que os gerentes/empresários/casas deveriam ser legais? Por quê?

Acha que as prostitutas deveriam ter acesso a algum direito trabalhista?

Qual? Por quê?

Quais outros direitos as prostitutas deveriam ter?

Como a legislação poderia assegurar estes direitos das profissionais do sexo?

### **C) Violência/Discriminação**

Agressão verbal / discriminação / preconceito

Já sofreu algum tipo de discriminação por ser prostituta?

Como foi (qual situação, quem discriminou, o que a pessoa fez)?

Como reagiu?

Procurou (ou procuraria) alguma ajuda (de quem, de que forma, etc.)?

Violência física

Já sofreu alguma violência física por ser prostituta?

Como foi (qual situação, quem agrediu)?

Como reagiu?

Procurou (ou procuraria) alguma ajuda (de quem, de que forma, etc.)

### **D) Grupos**

Conhece algum grupo formado por prostitutas ou que faz trabalhos com prostitutas?

Qual?

Como ficou sabendo da existência deste grupo?

Quais você acha que são os objetivos deste grupo?

Quais são os trabalhos desenvolvidos por este grupo?

Participa de alguma atividade? Qual? Com qual frequência?

O que te leva a participar destas atividades?

Como avalia as atividades que são desenvolvidas (importância, pontos positivos e negativos, efeitos)

Que tipo de trabalho deveria ser feito?

Se deixou de participar ou nunca participou: por quê?

### **E) Outros**

Como negocia o trabalho com outras dimensões da vida

Como lida com discriminações e violências

Como lida com situações desagradáveis no trabalho

Há práticas "preventivas" no trabalho?